

**O EXAME CELPE-BRAS E O
FUNCIONAMENTO DO SENTIDO SOBRE A BRASILIDADE**

por

Tania Regina Martins Machado

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Letras.**

Orientadora: Prof.^a Dr. Eliana Rosa Sturza

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**O EXAME CELPE-BRAS E O
FUNCIONAMENTO DO SENTIDO SOBRE A BRASILIDADE**

elaborada por
Tania Regina Martins Machado

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Linguísticos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Eliana Rosa Sturza, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Valesca Brasil Irala, Dr. (UNIPAMPA)

Amanda Eloina Scherer, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 21 de fevereiro de 2011.

AGRADECIMENTOS

À professora Eliana, pessoa admirável e orientadora compreensiva.

A minha família querida, principalmente ao Jari, pelo amor, pela admiração, pelo incentivo e pela confiança.

Às amigas, Geice, Regina e Sara, pela amizade sempre presente, compreensiva e dedicada.

Às colegas e amigas, Juciane e Nédilã, sempre companheiras nos estudos, nas reuniões, nas viagens, nos momentos bons e naqueles mais críticos deste aprendizado.

À família Entrelínguas que cresce e cresce, mas, sobretudo, às professoras Glenda, Isaphi e Fabiana, com quem aprendi muito.

Ao programa de pós-graduação em Letras da UFSM, representado pela Irene e pelo Jandir, por sua organização, eficiência e disponibilidade em todas as horas.

À CAPES, pela bolsa que financiou meus estudos durante o ano de 2010.

Enfim, agradeço a uma força sagrada que nos reuniu e nos permitiu essa vivência e esse aprendizado.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

O EXAME CELPE-BRAS E O FUNCIONAMENTO DO SENTIDO SOBRE A BRASILIDADE

AUTORA: TANIA REGINA MARTINS MACHADO

ORIENTADORA: ELIANA ROSA STURZA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 21 de fevereiro de 2011.

A temática desta dissertação centra-se sobre o funcionamento do sentido sobre a brasilidade no exame CELPE-Bras. Assim, buscamos compreender o movimento de sentidos produzido na relação entre certificação oficial, cultura brasileira e circulação no exterior. Dessa forma, primeiramente, observamos como e porque o Brasil integra alguns blocos regionais ou globais, que obedecem a motivações políticas, econômicas ou linguísticas, como, por exemplo, sua entrada no MERCOSUL em 1991 ou na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) em 1996. Compreendemos que o CELPE-Bras cumpre uma função fundamental nesse contexto em que todas essas questões estão imbricadas. A partir desse pressuposto, buscamos ‘rememorar’ os sentidos que fundam o ‘discurso da brasilidade’ (ORLANDI, 1998), bem como, compreender o que legitima o CELPE-Bras a tomá-los como representação do Brasil e do brasileiro, para então difundi-los no exterior. Assim, procuramos investigar qual o papel do CELPE-Bras nessa representação. Para isso, retomamos a periodização estabelecida por Guimarães (1996) para o processo de gramatização do português no Brasil, dividindo-o em quatro fases, assim como, ‘o quinto período de gramatização do português no Brasil’, definido por Zoppi-Fontana (2007), a partir da reformulação da noção de ‘espaço de enunciação’. Compreendemos, então, que esse exame ocupa um lugar especial na História das Ideias Linguísticas (HIL), pois integra o processo de instrumentalização brasileira pela difusão do português do Brasil para espaços ‘transnacionais’. Por fim, consideramos esses pressupostos ao analisar dois áudios da Prova Coletiva do CELPE-Bras de 2010/1 e de 2009/1. Além disso, assumimos a perspectiva da Semântica do Acontecimento, que considera a historicidade na constituição dos sentidos, sendo que, atentamos às marcas da brasilidade das textualidades: ‘feijão com arroz’ e ‘cachaça’. E as analisamos considerando sua ‘reescrituração’ (GUIMARÃES, 2002b), que, sob diferentes recortes, promove a ‘deriva de sentidos’ desses nomes. A reconstrução dos diferentes momentos deste trabalho nos permite observar que essas marcas de brasilidade, que significam o Brasil e o brasileiro, perpetuam uma visão do português brasileiro, e assim, ‘reescrevem’ uma versão ‘da história brasileira’ legitimada e difundida no exterior pelo CELPE-Bras.

Palavras-chave: quinto período da gramatização brasileira; português língua estrangeira; CELPE-Bras; ‘discurso da brasilidade’; funcionamento de sentidos.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Post-Graduation Program in Languages
Federal University of Santa Maria

THE CELPE-BRAS EXAM AND THE FUNCTIONING OF THE SENSE OF BRAZILIANNESSE

AUTHOR: TANIA REGINA MARTINS MACHADO
ADVISOR: ELIANA ROSA STURZA

Date and Place of Defense: Santa Maria, February 21st, 2011.

The topic of this dissertation focuses on the functioning of the sense of 'Brazilianness' in the CELPE-Bras exam. We try to understand the movement of senses produced in the relationship among official certification, Brazilian culture and the circulation of brazilian portuguese abroad. We first observe how and why Brazil joins some regional and local blocs for economical or linguistic reasons, such as the case of its entry into MERCOSUL in 1991 or CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) in 1996. We understand that CELPE-Bras plays an essential role in the context in which all these subjects are related. From this presupposition, we try to 'recall' the senses on which the "discourse of Brazilianness" (ORLANDI, 1998) is based, as well as understand what legitimates CELPE-Bras to take these senses as a representation of Brazil and Brazilians, to spread them abroad. We intend to investigate what the place of CELPE-Bras is in this representation. We retake the periodization established by Guimarães (1996) for the process of grammatization of portuguese in Brazil, dividing it into four phases, besides "the fifth period" defined by Zoppi-Fontana (2007) from the reformulation of the notion of "space of enunciation". We understand that this exam has a special place in the History of Linguistic Ideas (HLI) because it integrates the process of Brazilian instrumentalization by the diffusion of brazilian portuguese to "transnational" spaces. Last, we consider these assumptions to analyze two pieces of audio of the Collective Test of CELPE-Bras from 2010/1 and 2009/1. Moreover, we have taken the perspective of the Semântica do Acontecimento which consider historicity in the composition of senses and thus to pay attention to the marks of 'Brazilianness' that integrate these textualities, such as "beans and rice" and "*cachaça*". We analyze these considering their "rewriting" (GUIMARÃES, 2002b) which, under different views, promotes the "derivation of senses" of these names. The reconstruction of the different moments of this work allowed us to see that these marks of Brazilianness, which characterize Brazil and Brazilians, perpetuate a vision of brazilian portuguese and "rewrite" a version of the "Brazilian history" legitimized and spread abroad by CELPE-Bras.

Keywords: fifth period of Brazilian grammatization; portuguese foreign language; CELPE-Bras; 'discourse of Brazilianness'; functioning of senses.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
1 O PORTUGUÊS: A LÍNGUA TRANSCONTINENTAL E SUA INSERÇÃO NO MERCADO MUNDIAL	11
1.1 A influência da Globalização sobre o Mercado de Línguas	11
1.2 A entrada do português brasileiro no Mercado de Línguas	14
1.3 O(s) movimento(s) da Lusofonia	16
1.3.1 Um exemplo de como ‘administrar’ uma língua	20
1.3.2 Novas perspectivas para a Lusofonia	22
1.4 A construção de uma política linguística ibero-americana	25
1.5 Quem pode mais nessa Língua	26
1.6 Reposicionamento: uma forma de garantir um lugar no Mercado de Línguas	29
1.7 CELPE-Bras: um instrumento da política linguística brasileira	31
1.8 Português brasileiro e a visão de uma ‘língua transcontinental’	34
2 AS MARCAS DA BRASILIDADE E SUA REPRESENTAÇÃO DO BRASIL	38
2.1 Uma descoberta de proporções continentais	38
2.2 Brasil colônia e os esforços por um Estado independente	42
2.3 Uma interpretação para o Brasil através de <i>meio e raça</i>	48
2.4 A igualdade das raças e a construção do ‘ser’ nacional	52
2.5 Cultura brasileira: identidade e consumo	55
2.6 O funcionamento do ‘discurso sobre a brasilidade’ no CELPE-Bras	60
2.7 Representações do Brasil através do ‘discurso sobre a brasilidade’ presente no CELPE-Bras	67

3 O LUGAR DO CELPE-BRAS NA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL	71
3.1 Conceção e elaboração do CELPE-Bras	71
3.2 CELPE-Bras: um ‘instrumento linguístico’	77
3.3 A história do português brasileiro	80
3.4 O espaço ‘enunciativo brasileiro’ e a relação de diversidade x unicidade linguística no CELPE-Bras	83
3.5 O CELPE-Bras e a História das Ideias Linguísticas no Brasil	86
3.5.1 A gramatização brasileira, segundo Guimarães	87
3.5.2 O quinto período de gramatização do Português brasileiro	89
3.6 A tomada da autoria sobre o português brasileiro	91
3.7 O CELPE-Bras e os ecos de uma ‘memória’ na língua	93
4 O FUNCIONAMENTO DO SENTIDO SOBRE A BRASILIDADE NO EXAME CELPE-BRAS	96
4.1 Memória e sentido: quando os ecos da brasilidade ressoam no exame CELPE-Bras	97
4.2 Feijão com arroz e a representação do Brasil: uma expressão de brasilidade	102
4.3 Academia da Cachaça: o tradicional e o novo, da cozinha brasileira para o mundo	108
4.4 O CELPE-Bras e um novo ‘espaço-tempo’ para o ‘discurso sobre a brasilidade’	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
ANEXO I	125
ANEXO II	126
ANEXO III	127

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Inconformada com a apatia que encontrei em minha turma de Estágio no Curso de Letras, habilitação em Espanhol, em 2007, percebi que cabia a mim a busca pela mudança dessa situação, ou seja, que cabe ao professor refletir sobre o ensino e buscar meios para que a aprendizagem se efetive. Por isso, retornei à universidade pelo Curso de Letras, habilitação em português, com o objetivo de manter-me em contato com as formas de ensino e com a estratégia de contrapor o modo de ensinar a língua materna e aquela língua estrangeira. No entanto, fazia-se necessário aliar essas questões estudadas à prática do ensino de línguas, à dinâmica própria do contato com o aluno. Assim, em 2008 procurei o Projeto Entrelínguas (Centro de Estudos sobre Práticas Linguísticas e Culturais), vinculado ao Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da UFSM, pois desenvolve pesquisas e extensão em interface com a língua espanhola e com o português para estrangeiros.

Nesse Projeto, passei a trabalhar com o ensino de português, sobretudo, para intercambistas hispanofalantes que vêm semestralmente para a UFSM através de um convênio que a instituição possui com a AUGM (Associação de Universidades do Grupo Montevideu). Considerando-se que o Curso de Letras - Português da UFSM não é direcionado para o ensino do português língua estrangeira, foi de grande valia minha formação em língua espanhola. Mas outro fator influenciou enormemente esse ensino do português, o exame CELPE-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros), pois o Entrelínguas é *posto aplicador* desse exame na UFSM.

Ao mesmo tempo, passei a considerar a sua proposta de avaliação do domínio do português para estrangeiros a partir de uma perspectiva comunicativa. Influenciada pela proposta, passei a utilizar vídeos, músicas, reportagens e tantos outros materiais para propor atividades tais como se apresentam no exame. Tive a oportunidade, também, de acompanhar a 'aplicação' desse Certificado pelo Projeto Entrelínguas. O envolvimento com essas questões de ensino, bem como, a soma

que tive em minha vida acadêmica com o Curso de Letras - Português, direcionaram-me a integrar seu grupo de estudos, Políticas de Línguas, e de levar ao Programa de Pós-graduação em Letras da UFSM, sob a orientação da professora Eliana Sturza, a proposta de investigar o funcionamento do sentido no CELPE-Bras.

Consideramos que o CELPE-Bras ‘rememora’ o ‘discurso fundador da brasilidade’ (ORLANDI, 1998) ao tematizar, em suas Tarefas, o samba, a feijoada, o futebol, etc. Essa referência à cultura brasileira dá a ideia de pertencimento ao Brasil, ao que é nacional, ao que é brasileiro. Desta forma, nos propomos a atender aos objetivos de nosso Projeto de Mestrado: *O exame CELPE-Bras e o funcionamento do sentido sobre a brasilidade*. Entretanto, voltando-nos para uma questão central: se o certificado ‘rememora’ o ‘discurso sobre a brasilidade’, que movimento de sentidos é produzido nessa relação entre certificação oficial, cultura brasileira e circulação no exterior? Como meio de responder a tal questionamento, organizamos nosso trabalho conforme a sequência abaixo:

No Capítulo I, apresentamos o processo de inserção do Brasil em blocos político-econômicos como o MERCOSUL, como também em associações de países voltados para a valorização da língua portuguesa, como a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Nesse processo, observamos que, mesmo que as aproximações tenham sido motivadas ou por questões linguísticas ou desencadeadas por fatores econômicos, políticos e sociais, elas, obrigatoriamente, se entrecruzam. Isso ocorre de tal forma que repercute no mercado cultural, ou mesmo no Mercado de Línguas (DINIZ, 2010). Nesse Capítulo, portanto, dedicamo-nos a verificar: como o Brasil se insere nesse contexto internacionalizado e como atua nesses diferentes grupos que integra¹?

No Capítulo II, traçamos uma linha de sentidos que foi sendo estabelecida para o Brasil e para o brasileiro, desde as perspectivas histórica, antropológica e social. Para compô-lo, buscamos, em obras e autores clássicos da literatura da formação brasileira, como *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre [1933] e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda [1936], os traços sempre ‘rememoráveis’ do ‘ser’ brasileiro. Relacionando-os ao ‘discurso sobre a brasilidade’,

¹ Ao final do Capítulo I apresentamos um mapa representando as relações do Brasil com outros países através da associação em diferentes blocos, bem como os países que oferecem a realização do exame CELPE-Bras.

procuramos compreender: como se dá a representação do Brasil, seja para o próprio brasileiro, seja para o estrangeiro?

No Capítulo III, submergimos, então, nas questões linguísticas brasileiras e localizamos nela a presença do CELPE-Bras. Este Capítulo se desenvolve sob a perspectiva da História das Ideias Linguísticas (HIL), área vinculada aos estudos linguísticos e que vem sendo desenvolvida no Brasil. Eni Orlandi dirige um amplo programa de pesquisas sobre a HIL, vinculado ao Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp (ZOPPI-FONTANA, 2009). Interessa-nos, sobretudo, a periodização que Guimarães (1996) estabelece para o processo de gramatização do português no Brasil, dividindo-o em quatro fases. Na esteira dessas investigações, Zoppi-Fontana (2007) apresenta o quinto período de gramatização do português do/no Brasil², configurado pela instrumentalização brasileira, que através do CELPE-Bras legitima o português brasileiro para ocupar espaços internacionais. Neste Capítulo nos dedicamos a verificar: qual é o lugar do CELPE-Bras na HIL?

No Capítulo IV procedemos à análise de nosso *corpus* – dois áudios da Prova Coletiva do CELPE-Bras de 2010/1 e de 2009/1, respectivamente. Tendo por aporte teórico a Semântica do Acontecimento, que considera a historicidade na constituição dos sentidos, ou seja, que ‘o acontecimento historiciza’ (GUIMARÃES, 2002b). Pois temos, tal como Guimarães (2002b), que a compreensão dos sentidos não se dá apenas pelo estudo do funcionamento do enunciado, que este não é o lugar dos sentidos, mas apenas parte de uma questão mais complexa. Sendo assim, fixamos no estudo de nomes que rememoram sentidos, através do ‘feijão com arroz’ e da ‘cachaça’ (áudio do CELPE-Bras 2010/1 e 2009/1).

Utilizando, então, a ‘reescrituração’ (GUIMARÃES, 2002b), buscamos compreender como esse dispositivo opera a ‘deriva de sentidos’ desses nomes, que em diferentes momentos dessas textualidades, ‘rememora’ o ‘discurso sobre a brasilidade’. A partir do movimento nos sentidos de ‘feijão com arroz’ e de ‘cachaça’ nas textualidades analisadas, observamos que os mesmos são polissêmicos. Mas, sobretudo, observamos que os mesmos cumprem a função de definir, reforçar, predicar, determinar os sentidos para o Brasil, para o brasileiro, para o português brasileiro. Sendo assim, ‘reescrevem’ uma versão ‘da história brasileira’ legitimada e difundida no exterior pelo CELPE-Bras.

² Empregamos a expressão ‘português do/no Brasil’ para nos referirmos à gramatização do português que, ao mesmo tempo, teve início no país e também passou a ser brasileiro.

1 O PORTUGUÊS: A LÍNGUA TRANSCONTINENTAL E SUA INSERÇÃO NO MERCADO MUNDIAL

Dedicamo-nos, nesse Capítulo, a verificar como o Brasil se insere em um contexto internacionalizado, seja por sua participação no MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), seja por sua atuação junto aos países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Bem como, discutir a condição do português como uma língua “transcontinental” (conforme refere Simonetta Luz Afonso, presidente do INSTITUTO CAMÕES), dado ao fato de estar presente em todos os continentes, por via das diásporas, não só portuguesas, mas também da língua portuguesa. Sendo assim, temos como objetivo imediato compreender como se dá essa reconfiguração mundial e quais implicações isso traz ao campo linguístico, bem como, compreender o modo como atua o Brasil nesse novo período do mercado mundial, influenciado pela Globalização. Buscamos, então, compreender o processo de (re)organização dos países em grupos pela integração econômica, social, cultural e política que teve início na virada do séc. XX para o séc. XXI, aproximados pelo uso de uma língua em comum ou por tradições culturais vinculadas a ela. Verificamos, nesse fenômeno, que uma de suas características se dá pelo tratamento que esses grupos vêm dispensando a tais questões, pela busca em comum da valorização da língua, associando a ela bens da indústria cultural.

1.1 A influência da Globalização sobre o Mercado de Línguas

Há alguns anos, o mercado mundial vem se consolidando como cenário de uma disputa política engendrada sobre os espaços ocupados pelas mais diversas línguas existentes. A língua, desta forma, ganha valor econômico, como a moeda. Os dirigentes dessas comunidades de falantes exploram suas potencialidades visando o lucro, o prestígio social, um maior poder de decisões, etc. A década de 1960 serviu como marco para que essa problemática se transformasse em objeto de estudo, pois a observação das línguas como uma variável econômica passa a constituir um novo campo a ser investigado. Segundo Mariani:

Se as línguas passam a ser pensadas como uma variável econômica, seja por lingüistas, seja por economistas, isso permite tomá-las como objeto de planejamento e decisões, um elemento a mais em cenários econômicos reais ou projetados, com custos e benefícios a serem calculados. (MARIANI, 2008, p. 2)

A autora salienta que pesquisas visando à compreensão das relações que a política estabelece com as línguas e com questões econômicas não são novas, tendo em conta a investigação da expansão linguística e do mercantilismo durante as navegações. Sobre tal problemática, destaca que, além da bandeira e da língua, eram levadas aos territórios conquistados uma moeda e uma forma de negociar. Entretanto, Mariani (2008) considera importante problematizar a formulação de discursos sobre a língua como variável econômica no ambiente acadêmico e na mídia, pois crê ser imprescindível o debate, sob pena da disseminação, da repetição e da naturalização de certa direção de sentidos para tal expressão.

A pesquisadora pondera, ainda, que os países ex-colônias devem ter maior atenção na receptividade de tais discursos, pois os discursos sobre a questão da língua como variável econômica podem funcionar como uma nova maneira de silenciar outros discursos. Entre os discursos que podem ser silenciados, localiza aqueles que retomam, criticamente, a historicidade da hegemonia das línguas de colonização. Neste sentido, questiona:

E, considerando que não há língua sem os sujeitos que a falam, atribuir valores econômicos para as línguas não seria também determinar o valor de uma sociedade e o valor dos falantes, tanto no caso de língua materna quanto no caso de se tratar de segunda língua?³ (MARIANI, 2008, p. 3)

A problemática levantada pela linguista reflete o momento atual de reorganização geopolítica, influenciada por inúmeros fatores, tais como a tecnologização dos meios de produção; as migrações internas; o alto custo da mão-de-obra; a competitividade dos produtos, etc. Neste contexto, chamado de 3ª ordem mundial, o mercado obedece ao modelo globalizado e os países passaram a associar-se em blocos econômicos para potencializar suas forças na competição por espaços políticos e econômicos. Este é o fenômeno da Globalização, que permite a

³ Língua Materna (LM) “é, em geral, a língua que se representa como primeira para seus falantes”, segundo Guimarães (2005, s.p.), sob a perspectiva da Semântica. De acordo com Bottaro (2002), a partir da Linguística Aplicada, Língua Segunda (L2) é a língua materna de uma comunidade aprendida por falantes que possuem outra língua materna, mas que integram a mesma comunidade.

seus integrantes realizar contatos comerciais, culturais, financeiros e tecnológicos em nível mundial. No entanto, na organização dos países em blocos econômicos para garantir melhores condições de negociação durante a concorrência comercial, um fator é de extrema relevância, a língua.

O processo de Globalização tende a centralizar os elementos envolvidos na formação de um mercado mundial único, como a língua e a moeda – a exemplo disto temos a influência que o dólar exerce sobre as economias emergentes. Pois, segundo Diniz (2010, p. 36), esse processo traz consigo “mutações nas formas de poder”. Já em relação à língua, “além da menção da necessidade de uma língua única, menciona-se também o fato de já estar em curso uma ‘comunicação global’ com o predominante uso da língua inglesa.” (MARIANI, 2008, p. 10).

Diniz (2010, p. 36) ressalta, ainda, que “a designação ‘globalização’ é, em determinadas formações discursivas, associada a imagens idealizadas – tais como as de integração, desenvolvimento e comunicação -, do que resulta um apagamento dos processos de exclusão que engendra”. Em resposta à centralização na língua inglesa (ou ‘apagamento de suas línguas’), muitos países recorrem à estratégia de unir-se regionalmente, mas visando que suas ações reflitam globalmente, ou seja, valorizam as línguas locais para garantir seu espaço econômico e linguístico.

Com esse pensamento, podemos citar aqui alguns exemplos de esforços pela defesa e/ou aumento de espaços linguísticos, como a Francofonia, a Hispanofonia e a Lusofonia. O primeiro diz respeito ao movimento de preservação do francês frente à hegemonia do inglês – considerado como a língua da comunicação. O segundo corresponde, em grande medida, ao trabalho desenvolvido pelo Instituto Cervantes juntamente com a *Real Academia Española* (RAE), que visa à preservação e à expansão do espanhol no mundo (DEL VALLE e VILLA, 2005). Por último, a Lusofonia – que em nosso trabalho merece a maior atenção, movimento em que os países da CPLP investem no aumento do número de falantes da língua portuguesa, sobretudo o Brasil, que vem construindo mecanismos para a promoção e expansão do português brasileiro.

Com a promoção das fonias, multiplicam-se as ações realizadas entre parcerias internacionais pelo intercâmbio linguístico, cultural e econômico. Nesse contexto, torna-se relevante a verificação de como o português vem sendo integrado a esse comércio linguístico, mas, sobretudo, como o Brasil vem agindo para que sua língua ocupe aí um lugar de maior destaque político.

1.2 A entrada do português brasileiro no Mercado de Línguas

Conforme vimos na seção anterior, inúmeros países, para agir no mercado globalizado, têm apostado em integrar-se localmente, buscando garantir melhores perspectivas de bom desempenho no comércio global. Observando-se a política externa brasileira, é possível localizar como sua porta de entrada ao comércio exterior o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL – bloco econômico integrado por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela). Em nosso trabalho, interessamos, em sobremaneira, tratar da questão da língua, portanto, buscamos, aqui, compreender como o português brasileiro encontra nesse mercado regional uma forma de atuação no mundo globalizado.

Diniz (2010) coloca que a assinatura do Tratado do MERCOSUL desencadeou o processo de gramatização brasileira do português língua estrangeira (PLE). Tomando como base esse pressuposto, buscamos compreender a importância desse bloco regional para a internacionalização do português brasileiro, bem como, a atuação dessa língua nesse meio, observamos a aproximação que faz com a análise tetraglóssica.

A análise tetraglóssica foi elaborada por Gobard em 1976. E, no ano seguinte, reinterpretada como modelo tetralinguístico, por Deleuze e Guattari em 1977⁴. A partir desse modelo, então, Diniz (2010) propõe-se a observar a língua portuguesa no momento em que é lançada para além das fronteiras nacionais. Segundo ele, Gobard elabora uma tipologia linguística a partir de uma perspectiva macrosociolinguística, levando em consideração aspectos linguísticos, sociolinguísticos, históricos, étnicos e culturais. Define, assim, quatro tipos de linguagem em uma determinada realidade cultural: vernácula, veicular, referencial e mítica.

A linguagem **vernácula** – local, falada espontaneamente – é aquela ligada ao componente afetivo, que pode ser considerada a língua materna ou natal. A linguagem **veicular**, por sua vez busca a universalidade, tendendo a destruir as linguagens vernáculas, quaisquer que sejam seus parentescos genéticos ou suas proximidades sociolinguísticas. Ela está ligada à comunicação, apresentando-se como “objetiva”, “neutra” e “pertencente a todos”, diferentemente da vernacular, que exprime as especificidades de

⁴ GOBARD, H. *L'aliénation linguistique*. Analyse tétraglossique. Paris: Flammarion, 1976; DELEUZE, G, GATTARI, F. O que é uma literatura menor? In: _____. *Kafka*. Por uma literatura menor. Tradução Julio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977. p. 25-42.

uma determinada comunidade. A terceira linguagem – a **referencial** – é aquela que funciona como referência cultural oral ou escrita: provérbios, ditados, literatura, retórica, etc. Em comunidades não deslocadas, o referencial é o bem comum de todos; em sociedades em deslocamento, ele pode servir, por um período, como elemento de coesão étnica ou nacional. Por fim, a linguagem **mítica**, tal como a referencial, está em uma relação direta com a temporalidade; todavia, trata-se de uma temporalidade fora do século, ligada à eternidade. Espacialmente, a linguagem mítica se encontra em um lugar além da compreensão. (DINIZ, 2010, p. 73) [grifos do autor]

Deleuze e Gattari realizam uma interpretação das investigações de Gobard. Enquanto este autor tratou de diferentes tipos de linguagem, aqueles autores trataram, especificamente da língua. E, segundo Diniz, identificaram a língua “vernácula” como a de comunidade ou origem rural, sendo a língua territorial. A “veicular”, urbana, estatal ou mesmo mundial, que é aprendida por necessidade e destinada à comunicação entre as cidades, é a língua da primeira desterritorialização. Trata-se da língua da sociedade, da burocracia do intercâmbio comercial, da ação. A língua “referencial”, por sua vez, opera uma reterritorialização cultural, uma reconstrução do passado, correspondendo assim, à língua do sentido, da cultura. Por fim, a língua “mítica”, por representar o horizonte das culturas é uma língua de reterritorialização espiritual ou religiosa (DINIZ, 2010, p. 75).

Mariani, em *Colonização Lingüística*, estabelece uma comparação entre as ‘línguas de colonização’, o português e o inglês, e observa que a forma como foi ocorrendo a ‘descolonização linguística’ em cada uma influenciou na constituição de sentidos sobre elas. Enquanto que nos Estados Unidos, a língua e a cultura foram desenvolvidas obedecendo uma necessidade de adaptação ao novo ambiente e de uso para fins comerciais, no Brasil, a língua é vinculada a um legado português. “Do lado português, observa-se sua inscrição numa tradição europeia de estudo e valorização dos textos como forma de se ter acesso à língua em sua forma culta” (MARIANI, 2004, p. 169). Assim, de certa forma, o atual espaço dessas línguas também é resultado do trato dispensado a elas nas respectivas ex-colônias. Nesse sentido, o português brasileiro vem “aparentemente buscando cumprir o seu destino, a memória do futuro anunciada pelos *founding fathers*, a língua inglesa vem tomando o lugar de uma língua universalmente aceita” (MARIANI, 2004, p. 171).

Somando-se a esses pressupostos, encontramos a investigação de Diniz (2010), que trabalhou, inicialmente, com a hipótese de o português do Brasil funcionar nesse bloco regional como língua de integração, dado ao fato de a gramatização brasileira ter sido desencadeada por assinaturas de tratados como o

MERCOSUL. Entretanto, ao expor ao ‘modelo tetralingüístico’ os instrumentos linguísticos por ele analisados em *Mercado de Línguas*, conclui que a representação de língua aí veiculada aproxima-se da “língua veicular”. Ou, conforme suas palavras:

A análise de nosso corpus nos permite perceber que o português do Brasil é representado não só como uma língua presente em todo o território nacional, mas como uma língua que está por toda parte, se inserindo no “mundo globalizado”. (DINIZ, 2010, p. 80) [aspas presentes no texto original]

Levando em consideração as conclusões a que chega Diniz, compreendemos que a partir de políticas brasileiras, entre elas, Linguísticas⁵, o português brasileiro vai sendo lançado para o exterior. E neste movimento de ‘exportação’ vai galgando seu espaço em territórios internacionais e em espaços ‘desterritorializados’. A partir dessa perspectiva, propõe-se que o português brasileiro pode estar em toda parte, de modo que pode funcionar como uma língua de comunicação global – ‘veicular’. A língua vai se constituindo com esses sentidos a partir de uma Política Linguística de Estado que promove e interfere neste processo de modo a expandi-lo e redimensioná-lo.

1.3 O(s) movimento(s) da Lusofonia

Chegamos a tratar da expansão do português brasileiro na seção anterior, mas é imperativo considerar que esse movimento não se dá em separado ao movimento da Lusofonia. A partir da reflexão sobre esse conceito, Rocha-Trindade⁶ delinea sua significação:

Compreende os falantes da língua, seja ela materna, oficial ou estrangeira; os espaços onde se situam e, por extensão, os eventualmente não lusófonos que os habitem; os países soberanos onde essa língua é predominante e, bem assim, as comunidades minoritárias que se reclamam do Português, ou da correspondente cultura, ou de uma ancestralidade, conhecida ou simplesmente provável, que com Portugal esteja relacionada (ROCHA-TRINDADE, 1998, p. 43).

⁵ Podemos citar como exemplo de política linguística do Estado brasileiro pela expansão do português do Brasil as negociações para a implantação de seu ensino na Argentina, em contrapartida ao ensino de espanhol no Brasil.

⁶ Diretora, em 1998, do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Internacionais (CEMRI), ligado à Universidade Aberta de Lisboa (UAb).

Conforme é possível constatar com a concepção apresentada por ela, percebemos que a questão da Lusofonia é um tema complexo, pois envolve países diferentes, constituídos de modos diferentes em épocas diferentes e que também projetam um futuro segundo o modo como se percebem. É certo que os países que se mobilizaram na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)⁷, por possuírem língua oficial portuguesa, objetivam alcançar um desenvolvimento econômico, político e social integrado.

A meta empreendida por essa Comunidade ao estimular a Lusofonia é de proporcionar o desenvolvimento político e econômico aos países que a integram. Embora ela seja de difícil concretização – pois para tanto, seus integrantes devem superar inúmeros desafios intrínsecos a essa união –, esses países apostam no mercado cultural para atingir tal realização. Focalizam seus esforços, desta forma, em países que conformam a comunidade de língua portuguesa, de descendentes de portugueses, onde a língua praticada mantém traços do português, embora a língua materna seja outra.

A respeito da Lusofonia, Moreira (1998) argumenta que o estabelecimento de políticas eficientes para assegurar o lugar do português entre as línguas das grandes potências é algo necessário, pois, sem tal mobilização na organização de unidades multinacionais, a língua portuguesa continuará a ser excluída. Como exemplo disso temos o que ocorreu na criação das forças multinacionais de intervenções humanitárias e de manutenção da paz, Euromarfor (forças marítimas) e a Eurofor (forças terrestres), criadas em 1995 pelo Conselho Ministerial da UEO (União da Europa Ocidental), tendo em vista que na formação dessas forças, ganharam espaço o espanhol, o francês e o italiano como línguas de trabalho, sendo que em seu quadro não foi incluído o português.

Casos como esses, em que a língua portuguesa e, por conseguinte, os países lusófonos ficam fora das organizações mundiais, fizeram despertar nos países de comunidade lusófona o entendimento da necessidade de se apoiarem em busca da solução de inúmeros problemas, entre eles, o da valorização da língua portuguesa no cenário internacional. Assim, nas palavras de Moreira, percebemos o

⁷ O primeiro passo para a criação da CPLP foi dado em São Luís do Maranhão, em 1989, durante encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a convite do então Presidente da República, José Sarney (Histórico – CPLP: <http://www.cplp.org/id-45.aspx>).

pensamento que motivou a mobilização pela Lusofonia, nos anos 90:

O grupo lingüístico destes Estados ganha significado e peso em todos os organismos internacionais em que o modelo de assembléia tem de funcionar: são os casos da ONU, das organizações especializadas como a UNESCO, a OMS, a FAO, o BIT, porque é ali que os pequenos Estados demonstram que o número tem algum significado nos mecanismos democráticos de decisão, e que a participação na mesma língua soma, ao número dos Estados, a autoridade dos valores em que inevitavelmente participam (MOREIRA, 1998, p.24).

Encontramos, nessa colocação, além de um dos mais importantes objetivos da organização da CPLP – que é o fortalecimento, pela união, dos países envolvidos, para obter representatividade nas organizações internacionais – a importância dos números neste contexto, e principalmente o potencial de desenvolvimento econômico dos países envolvidos. Haja vista que, se a soma dos países garante maior representatividade nessas organizações, correlativamente, o Brasil é um representante de peso entre os países Lusófonos, pois possui quase 190 milhões de falantes de português. Certamente, não só esse motivo impera para que o Brasil tome a frente nas negociações. Entretanto, isso nos dá indícios da existência de uma tensão na disputa por lugares políticos em organizações mundiais, além do mais, nos faz perceber que dentro da CPLP também pode haver conflitos dessa natureza. Por isso, Santilli “considera a explosão demográfica brasileira e os decorrentes milhões de falantes do Português” para concluir que: “hoje somos os maiores legatários da língua portuguesa, no tempo” (SANTILLI, 1998, p. 30).

Ao abordar a problemática do papel do Brasil na Lusofonia, essa autora coloca que nessa relação estão envolvidos oito países, interligados, não só pela língua: trata-se “do enraizamento cultural ou do lastro da cultura européia comum e das forças que o alimentam ou o preservarão entre os povos politicamente descolonizados” (SANTILLI, 1998, p. 26). Assim, sempre há, na perspectiva do Brasil em relação a Portugal, uma busca pela emancipação, embora politicamente estabilizada, com a independência do Brasil e com a separação dos Estados português e brasileiro. Mas os laços históricos, lingüísticos e culturais geram discursos que fazem emergir a antiga relação colônia *versus* metrópole.

O Brasil, no entanto, busca superar essa situação, integrando a unidade pela

Lusofonia, mas defendendo a diversidade que o constitui. O início da mobilização brasileira em busca de sua identidade nacional se deu, marcadamente, com o Modernismo.⁸ Nesse movimento artístico/literário do início do século XX, Mario de Andrade buscou marcar, definitivamente, a diferença do Brasil em relação a Portugal. De modo que:

A imagem da Antropofagia prestava-se a significar o re-entendimento da ingestão de culturas(s) forasteiras(s), ingestão tão humana quanto fora sua procedência. Mas, uma ingestão que, portanto, se reconhecia e do que se pretendia digerir: Ou como substância, no processo *ad hoc* de metamorfoses culturais (SANTILLI, 1998, p. 26).

Segundo a autora, o ano de 1922 merece destaque na constituição da 'identidade brasileira', pois nele os modernistas brasileiros vivenciam as celebrações do centenário da independência do Brasil. Destacando que: "Comemorar, em 1922, também se traduzia por transgredir, desenhando a outridade que se queria patentear" (SANTILLI, 1998, p. 27). No entanto, da mesma forma que o Brasil, cada país que compõe a CPLP busca definir-se através da diversidade em relação a Portugal.

No entanto, a configuração da identidade não deixa de passar pela língua e pelas relações de poder implicadas por ela, conforme o exposto por Rocha-Trindade. A autora se refere às soberanias exercidas pela força, quando dominar a língua do colonizador era uma condição necessária para o reconhecimento de direitos individuais ou coletivos. Isso nos dá um direcionamento para a compreensão do papel da língua quando estão em jogo relações de poder. A respeito disso, afirma:

Como primeiro meio de comunicação no seio dos grupos humanos, a língua é, necessariamente, o principal veículo de exercício do poder, seja este imposto pela força, aceito como legítimo ou recomendado por interesses fundamentais ou colaterais (ROCHA-TRINDADE, 1998, p. 39).

E, a partir dessa colocação, identificamos na política da Lusofonia a busca pela expansão, através do uso da língua portuguesa, por sua difusão para um número cada vez maior de falantes. Isso, progressivamente, agregaria mais valor à língua e lhe daria maior força e poder de representatividade em organismos

⁸ No Capítulo 3 mostraremos, com GUIMARÃES (1996), a continuidade desse processo, mas sob a perspectiva da gramatização do Português brasileiro.

internacionais. Da mesma forma que o país que detiver maior poder sobre a gestão da língua portuguesa, necessariamente será o de maior representatividade no cenário internacional.

1.3.1 Um exemplo de como ‘administrar’ uma língua

Neste movimento pela promoção das línguas, devemos considerar a investida do Instituto Cervantes, sobretudo sua atuação sobre o MERCOSUL. Isso porque as relações linguísticas e comerciais com a Espanha não são devidas a um coincidente interesse pela língua espanhola no Brasil, mas consistem no resultado do trabalho empreendido pelo Estado espanhol pela promoção de sua língua como produto de consumo em nosso país, buscando nele a conquista de clientes para seus produtos. Também é reflexo disso o fato de que nos últimos anos nos tornamos um dos maiores parceiros econômicos da Espanha, na América Latina.⁹ O trecho abaixo é representativo para ilustrar essa situação:

(...) uno de los mercados penetrados por la punta de lanza de la lengua española es precisamente Brasil. El interés de las agencias españolas de política lingüística por este país se inscribe en el contexto generado por el crecimiento económico de España a partir de finales de los ochenta, la liberalización de las economías latinoamericanas en los noventa y la consecuente expansión de empresas españolas (especialmente de los sectores energéticos, financiero, de telecomunicaciones y editorial) por una Latinoamérica que se abría a las inversiones internacionales (DEL VALLE e VILLA, 2005, p. 204).

Relacionada a esse momento econômico da Espanha está a criação do Instituto Cervantes, em 1991, como uma política linguística do Estado Espanhol direcionada à promoção da língua espanhola no mundo. Como estratégia para isso, ou seja, para desenvolver a Hispanofonia, juntamente com a RAE, esse Instituto tem se dedicado a fortalecer a imagem pública dessa língua.

Assim, é construída e apresentada uma ‘imagem moderna’ para a língua espanhola (DEL VALLE e VILLA, 2005). Qual seja a de uma língua comum para as

⁹ No período correspondente à última década do século XX e à primeira do século XXI o investimento do capital espanhol faz com que a Espanha seja o segundo investidor estrangeiro em nosso país, após os Estados Unidos. Atualmente, inúmeras companhias espanholas como Endesa, BBVA, Telefónica, entre outras, são geradoras de emprego no Brasil.

várias culturas da Espanha, de prestígio internacional, que se lança para o futuro como uma língua democrática e que é capaz de promover as expressões culturais de todos os países que possuem o espanhol como língua oficial. Desta forma, a Espanha reconhece a variedade¹⁰ da língua e da cultura espanhola, mas reserva para si o encargo de administrá-las. A respeito disso, Del Valle e Villa (2005, p. 200) comentam: “Como podemos apreciar, el Cervantes ha aportado también su grano de arena a la consolidación de la unidad panhispánica al erigirse en promotor de las expresiones culturales de ambos lados del Atlántico”. Dessa forma, tais autores mostram como a língua é tomada como um produto de valor econômico dado o seu ‘consumo’, como também, pela promoção da indústria cultural sobre a língua. Tendo em vista que, com essa indústria, com a circulação e com a valorização dos seus produtos em um determinado mercado, esse país é beneficiado. Podemos relacionar tais considerações às reflexões de Mariani, sobre as disputas políticas entre diferentes Estados, para que suas línguas ocupem espaços cada vez maiores, conforme item 1.1.

Observando-se, portanto, as estratégias para a valorização da língua espanhola, torna-se mais fácil compreender a atuação do Instituto Cervantes junto ao governo brasileiro. Assim, através de suas políticas econômicas e linguísticas, busca agir no mercado brasileiro. É representativa a atuação da Espanha no modo de administrar a língua espanhola, ou seja, explora seu produto linguístico associado à cultura e ao turismo. De tal forma, incorpora valor econômico à imagem pública do espanhol. Essa língua passa, então, a ser um produto, uma marca da Espanha, conforme é possível compreender pelas palavras do linguista espanhol e professor da *Universidad Autónoma de Madrid*:

Respecto a la imagen del español, está claro que los procesos de globalización, de mundialización, le han ido dando una importancia creciente al concepto de “Estado marca”. La imagen de los países está cada vez más asociada a determinados productos, y la lengua es uno de ellos. Esto lo han comprendido muchos países, en los que existen distintas instituciones dedicadas a promover en el mundo su “marca” (LODARES, 2004, s/p).

¹⁰ Empregamos esse termo desde a perspectiva da sociolinguística e conforme Bagno (2003). Segundo ele, ‘variedade’ designa características linguísticas (fonéticas, morfosintáticas, lexicais, etc.) de um dado conjunto de falantes, de acordo com características sociais (zona de residência, classe socioeconômica, grau de escolaridade, faixa etária, etc.). Ainda segundo o autor, o termo pode substituir outros, como ‘dialeto’, ‘falar’, ‘linguajar’ e “norma” (BAGNO, 2003, p.30).

Na mesma direção, a CPLP tem discutido e apresentado projetos que no chamado conjunto dos países lusófonos pensa a promoção da língua nesta perspectiva de valor econômico. No tocante ao Brasil, muitas ações foram e estão sendo realizadas pela consolidação do português como língua transnacional (ZOPPI-FONTANA, 2007). Entretanto, há que se considerar que ações empreendidas unilateralmente pelo Brasil beneficiam, em maior grau, a promoção do português brasileiro.

1.3.2 Novas perspectivas para a Lusofonia

Algumas perspectivas para o desenvolvimento da Lusofonia vêm sendo apresentadas. Nesse sentido, já em 2001 – Ano Europeu das Línguas, sobre a problemática do português no mundo, Isabel Faria¹¹ questionava:

Como assegurar, na prática internacional, o direito à expressão e compreensão, em Português, a estes cerca de 200 milhões de falantes? Será que a dimensão internacional da Língua Portuguesa constitui, nestes países [onde o Português é língua materna ou primeira língua da maioria dos cidadãos, como é o caso de Portugal ou do Brasil], um valor a preservar, uma prioridade a estabelecer? (FARIA, 2001, p.1).

Os questionamentos apresentados por Faria refletem a incompreensão da realidade da língua portuguesa, que, embora seja constantemente mencionada como a quinta língua mais falada no mundo, não tem seu *status* de grande língua internacional reconhecido. Ainda que falada por mais de 200 milhões de pessoas em todo o mundo, sua representatividade demográfica não ganha visibilidade. Para que isso ocorra, são necessárias políticas direcionadas para esse fim.

Nessa oportunidade, ao tratar da língua portuguesa como uma das línguas europeias, apresentou estatísticas que demonstravam que nessa comunidade o português era falado por pouco mais de 3% dos cidadãos¹². Confrontando tais dados com o número de portugueses ou lusodescendentes que vivem nos demais países da União Europeia, constatou que essas pessoas ou não falam ou não dizem que falam sua língua de origem, nem mesmo a exigem como disciplina escolar a que

¹¹ Presidente da Associação Internacional de Linguística do Português – AILP.

¹² Informações que, segundo Faria (2001), podem ser encontradas na página do IIE – Ano Europeu das Línguas 2001: <http://area.dgjidc.min-edu.pt/innovbasic/proj/ael2001/index.htm>.

têm direito nas comunidades onde vivem. Aponta, então, três fatores responsáveis por essa realidade, ou seja, que são tomados como empecilho para a aprendizagem do português:

A '**diversidade**' da oralidade e da escrita (que não pouca vezes aparece como factor impeditivo de compreensão entre as duas variedades nacionais com maior número de falantes, a portuguesa e a brasileira), a '**proximidade**' (linguística e também geográfica) do Português relativamente ao Espanhol, língua de maior expansão, e que, numa perspectiva menos esclarecida, pode parecer de mais fácil acesso e sucesso durante a escolarização e, finalmente, o '**prestígio**', aparentemente inquestionado, de uma outra grande língua internacional que assegure maior sucesso, nomeadamente nos campos da comunicação e do mercado de trabalho (FARIA, 2001, p.2).

Nas palavras de Faria encontramos alguns dos principais obstáculos ao desenvolvimento da Lusofonia. Obstáculos que somente poderão ser vencidos com a organização e planeamento conjunto dos países de língua portuguesa pela promoção de sua língua. Organização e planeamento conjunto constituem um ponto chave para a autora, que considera que valorizar a diversidade linguística e cultural da língua portuguesa é uma questão internacional que não deve ser adiada, mas que obrigatoriamente exige uma política linguística comum entre os países interessados em promover o português como língua estrangeira. Esse parece ser o objetivo da CPLP.

Para aprofundarmos as reflexões sobre a questão da diversidade linguística e cultural entre esses países, trazemos Orlandi (2009), quando coloca que a Lusofonia não deve ser pensada evocando-se os sentidos herdados da colonização, mas sim, a partir de uma unidade ideal, como a da união dos diversos países que compõem a CPLP, e de uma diversidade concreta. Pois, conforme refere:

E é a partir daí que podemos pensar a lusofonia, não como algo homogêneo e estabilizado mas como algo extremamente heterogêneo, instável mas também se representando, na diferença, como tendo uma unidade ideal: aquela em que nos representamos, face às línguas européias, como fazendo parte dos grupos que falam línguas românicas, uma delas, o brasileiro, que se filia ao português. (ORLANDI, 2009, p. 160)

Nesta passagem a autora usa como exemplo o Brasil, mas julga necessário pensar, também nesse contexto, todos os países de colonização portuguesa. Para ela, essa é uma maneira atual e moderna de se pensar a Lusofonia, que não está atrelada ao passado e à colonização, mas ao futuro e às possibilidades de mudança,

pois vê nesse movimento o lugar da multiplicidade linguística e cultural, por conseguinte, da riqueza pela diversidade. Além disso, a autora de *Língua Brasileira e outras histórias*, dá sugestões práticas para a promoção da língua pelo Brasil, como dar consistência e continuidade às instituições que tratam da presença da cultura brasileira no mundo e desenvolver ações que coloquem à disposição de outros países a produção cultural brasileira, entre outras. A respeito de ações futuras, pontua:

(...) podemos dizer que seria interessante pensarem-se projetos de promoção da nossa língua tanto enquanto escrita como oral. Sem, no entanto, deixar de considerar que o que estamos falando da língua portuguesa, ou da lusofonia, não deve ignorar que ela representa um campo multilíngüe onde muitas outras línguas, como a brasileira, constituem sua diferença (ORLANDI, 2009, p. 164)

Segundo ela, é fundamental que a produção intelectual em língua portuguesa ganhe visibilidade, porque há uma ideologia de ciência que passa pela língua com a qual o conhecimento é veiculado. Assim, chama atenção para esse problema, pois enquanto o conhecimento produzido em língua portuguesa ficar dentro das fronteiras dos países de origem ou precisar ser traduzido para outras línguas para ir para o exterior, a comunidade de língua portuguesa não será reconhecida como produtora de conhecimento. Portanto, continuará sendo considerada uma mera importadora e reprodutora da ciência dos grandes centros. Nesse sentido, o reconhecimento da língua portuguesa como língua científica depende do lugar a ser conquistado pelos países da CPLP no mundo globalizado. No trecho que segue, justifica:

Não são pois só aspectos lingüísticos e culturais que se perdem quando não conseguimos promover nossa língua mas também, e creio mesmo, primordialmente, aspectos científicos e tecnológicos que, na atualidade, são a moeda de troca entre países e continentes (ORLANDI, 2009, p. 165).

Podemos projetar, a partir dessa colocação, a necessidade que se tem, enquanto expressividade econômica e cultural em sua relação com os demais grupos e blocos, do investimento dos países que integram a CPLP na busca por um lugar para sua língua no meio científico, promovendo-a como uma 'língua veicular', conforme Diniz (2010).

1.4 A construção de uma política linguística ibero-americana

Consonante com o que apresentamos anteriormente, a efetivação de uma política linguística de expansão do português brasileiro é facilitada pela união de diferentes forças por um objetivo comum, o de elevar o prestígio internacional e garantir seu lugar entre as línguas das entidades representativas das nações. Neste sentido, Varela e Otero (2005) consideram que a cooperação entre países propicia o desenvolvimento de uma política linguística ibero-americana, dada a criação da SEGIB (Secretaria Geral Ibero-americana). Essa organização visa ao fortalecimento do português e do Espanhol, para tanto, coloca em foco a questão do ensino e a valorização de seus aspectos culturais. Segundo esses autores, até a criação da Secretaria, a comunidade ibero-americana não havia encontrado mecanismos de decisão e gestão direcionados a atingir objetivos linguísticos comuns, bem como o desenvolvimento local. A respeito disso, acrescentam que:

El establecimiento de la SEGIB, que entre sus funciones deberá hacerse cargo de los programas de la cooperación iberoamericana, coordinar los diferentes organismos iberoamericanos, y contribuir a la proyección internacional de la Comunidad Iberoamericana, abre nuevas posibilidades de desarrollar una política lingüística iberoamericana, o al menos de dar un nuevo impulso a la cooperación iberoamericana en materia de lenguas. (VARELA e OTERO, 2005, p. 2)

Para esses autores, essas iniciativas vão se institucionalizando, o que foi sendo conquistado com as sucessivas reuniões presidenciais, ganhando assim respaldo político, maior visibilidade e maior capacidade de impacto. Sobre a SEGIB, eles comentam:

En el proceso que estamos analizando se ven emerger los esbozos de una política lingüística supranacional original: a diferencia de otros bloques lingüístico-culturales como el de la Francofonía, los contornos de la región iberoamericana quedan definidos por dos grandes lenguas policéntricas, cuya cercanía genética, geográfica y cultural invita a poner en práctica las más variadas formas de intercomprensión y cooperación. (VARELA e OTERO, 2005, p. 4)

Desta forma, consideram o investimento desses países na expansão de seus vernáculos como uma política linguística inovadora, supranacional, que se diferencia do exemplo francês dado a sua composição, por duas línguas 'policêntricas': o português e o espanhol. Além disso, apontam a expectativa de especialistas em

política linguística, graças a sua intervenção em diferentes campos:

[...] el corpus de la lengua (las decisiones que afectan la "materia" lingüística: elaboración de la norma, producción de gramáticas y diccionarios); el status de la lengua (decisiones acerca de su estatuto jurídico, defensa o promoción de sus funciones sociales o institucionales, etc.) y la adquisición de la lengua (decisiones referidas a su enseñanza). En los tres campos se pueden señalar avances que resultan del trabajo en cooperación; algunos de ellos son notorios pero se limitan respectivamente a las áreas del portugués y el español, y en particular, en este último caso, a lo relativo al corpus de la lengua (VARELA e OTERO, 2005, p. 5).

Com a internacionalização do mercado editorial, muitos setores do mercado linguístico encontram problemas em comum e passam a se associar em busca de soluções práticas. Ao tratar dessa temática, Varela e Otero (2005, p. 4) opinam que “Cabría esperar entonces una iniciativa similar a la del Instituto Cervantes en el ámbito del idioma portugués”. Os autores referem-se ao exemplo a ser considerado, ou seja, à criação de um certificado internacional do domínio do espanhol, o Sistema de Certificação Internacional de Domínio do Espanhol como Língua Estrangeira. Isso porque esse Certificado abrangeria as variedades linguísticas dos países hispanofalantes, estabeleceria critérios de qualidade e exigências acadêmicas comuns e facilitaria a coexistência dos diferentes instrumentos de certificação em uso nos países ibero-americanos, bem como o mútuo reconhecimento deles por parte das instituições. É importante pontuar, no entanto, uma diferença de visão entre a SEGIB e a CPLP a respeito da Lusofonia, pois, enquanto a primeira pensa a Lusofonia desenvolvida em contrapartida da expansão do espanhol, a segunda, focaliza somente a promoção da língua portuguesa.

1.5 Quem pode mais nessa língua?

Muito se fala sobre a imperiosa necessidade de iniciativas conjuntas pela promoção da língua portuguesa. Um polêmico exemplo disso encontramos no empenho do governo brasileiro que resultou na assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em 2008, considerado como um acordo comercial em benefício das editoras. Essa medida responde também à problemática anteriormente exposta, parafraseando Faria (2001), de que um dos obstáculos à promoção da língua

portuguesa residiria na variedade linguística, principalmente dos países de maior número de falantes, Portugal e Brasil.

Até o estabelecimento do Acordo, o português era a única língua que admitia dupla grafia oficial, e a busca por sua aprovação entre os países integrantes da CPLP (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) foi dirigida pelo Brasil (de 1990 a 2008). Gera questionamentos, no entanto, o fato de Portugal ter sido um dos últimos países a aceitar a assinatura do Acordo, o que, possivelmente, tratava-se de uma tentativa de assegurar sobre seu poder a detenção das decisões sobre a língua.

Mas desde a década de 1980 os países de fala portuguesa já se mobilizavam por políticas linguísticas¹³, como a criação do IILP (Instituto Internacional da Língua Portuguesa)¹⁴, que, desde 1989, atua para atingir os objetivos da CPLP. Este Instituto se dedica, principalmente, às questões de *status* e aquisição do português, conforme consta em seu site oficial:

O IILP tem como objectivos fundamentais a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais. (IILP, 2010).

Entretanto, se observarmos alguns fatores envolvidos na questão da expansão do português, percebemos que há alguns empecilhos para uma real expansão da Lusofonia: de um lado há o “ranço histórico” do Brasil em relação a Portugal, perspectiva que sempre presentifica o passado colonial; do outro lado da mesma moeda está o posicionamento de Portugal como representante da língua portuguesa, como país matriz dessa língua, ou seja, que o português do Brasil surgiu do português de Portugal e não diretamente do latim, conforme Orlandi (2009). Representatividade que o Brasil vem questionando ao projetar-se como uma potência da língua portuguesa que detêm o maior número de falantes – quase 190, dos aproximadamente 204 milhões de falantes lusófonos. Corrobora para esse entendimento, a colocação de Oliveira e Dornelles (2007, p. 1): “Quando se trata de

¹³ Trata-se de política linguística conforme Oliveira (2007, p. 8-9), para quem “política linguística”, para além de uma multidisciplina constituída de conhecimentos técnicos de linguística, antropologia, sociologia, história, direito, economia, politologia, mobilizados para análise das situações linguísticas é [...] uma prática política, associada à intervenção sobre as situações concretas que demandam decisões e planificação de políticas públicas”.

¹⁴ A ideia inicial da criação do IILP surgiu do então Presidente da República do Brasil, José Sarney (http://www.iilp-cplp.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=54).

idear políticas lingüísticas específicas, sin embargo, surgen conflictos de intereses, sobre todo entre Brasil y Portugal, ya que los países africanos y Timor Oriental ocupan una posición modesta en la gestión del portugués.”

Além disso, algumas opiniões sobre o Acordo Ortográfico firmado entre os países da CPLP levantam a polêmica de que a pressão exercida pelo Brasil por sua assinatura consistia num investimento no mercado lingüístico ou editorial do português. A finalidade residiria, sobretudo, sobre a venda de materiais didáticos de editoras brasileiras aos países da comunidade de língua portuguesa. Dão testemunho disso as palavras de Moura:

A adoção do Acordo redundará em total benefício do Brasil. Os PALOP e Timor ficarão completamente dependentes da edição e das indústrias culturais brasileiras. E isso virá a acontecer em Portugal. No resto do mundo, o Acordo não fará aumentar numa só página a quantidade de peças traduzidas, numa só pessoa o número de estudantes ou falantes da língua e num só fórum internacional a utilização dela (MOURA, 2008, s/p).

A colocação desse escritor português reflete a insegurança de Portugal frente ao avanço da entrada do português brasileiro em locais em que antes o português de Portugal era hegemônico, particularmente, na África. No entanto, mesmo em Portugal, o Brasil encontrou apoio em seu intento pela unificação da grafia do português, focalizando a expansão do português como língua estrangeira (PLE). Tal receptividade foi confirmada com a assinatura do acordo em 2008, como também nas palavras do Reis¹⁵:

Os traumas antibrasileiros são intoleráveis e absurdos. (...) Torna-se absolutamente necessário que a equação do Acordo seja equacionada não apenas de dentro para dentro (como fazem alguns em Portugal), mas sobretudo de dentro para fora (...), pensando o português em função do mundo mais amplo do que o país que lhe deu origem. (REIS, 2009, s/p).

No entanto, além do apoio à assinatura do Acordo, podemos traçar algumas considerações que estão inter-relacionadas nessa questão político-lingüística e que caracterizam a política lingüística desenvolvida, sobretudo, por Brasil e Portugal. De tal forma, a leitura de Reis (2009) nos orientam em direção a algumas delas, como:

a) o Brasil foi o grande agente na busca pela assinatura do documento que prevê a

¹⁵ Reitor da UAb (Universidade Aberta, de Lisboa).

unificação da escrita; b) alguns dos envolvidos com a questão linguística em Portugal se ressentem com a ação brasileira; c) tradicionalmente, Portugal pensa apenas no português como língua materna e d) ao assinar o Acordo, Portugal concorda em se aliar ao países da CPLP pela expansão do PLE.

1.6 Reposicionamento: uma forma de garantir um lugar no Mercado de Línguas

Sobre o panorama atual, Oliveira (2010) chama a atenção para a velocidade dos processos e a ‘nova centralidade’ que ganha a questão das línguas, em todo o mundo, pois, segundo ele: “Não é por acaso que a UNESCO declarou, em 2008, que ‘As línguas importam!’ através do Ano Internacional das Línguas [...]” (OLIVEIRA, 2010, p.22). Ao tratar desse assunto, esse autor propõe-se a pensar sobre o ‘peso das línguas’ no presente momento político e social da América Latina. Neste sentido, considera a importância da elaboração de uma teoria a respeito disso. Tendo em vista que uma teoria se reverte em um instrumento para analisar e formular ‘políticas linguísticas’ voltadas para uma língua, comparando-a a outras línguas, posicionadas dentro de um mesmo mercado.

Segundo Oliveira, a explicação para o questionamento sobre a repentina centralidade das línguas no mercado pode ser respondida por suas participações no que pode ser chamado de ‘Nova Economia’. Novo modelo de economia que passou a estruturar-se desde a década de 1980, opondo-se ao modelo fordista que vigorou até meados de 1970 e que se estendeu a outros campos da sociedade, como a escola. Em resposta ao questionamento de o que o ‘modo de produção enxuto’ – que caracteriza a ‘Nova Economia’ – tem a ver com as línguas na sociedade, o autor considera que:

Segundo vários autores, uma das características mais evidentes da “produção enxuta” – *just-in-time* – em contrapartida ao modo de produção fordista - é o fato de a comunicação ocupar o centro do processo produtivo, mantendo relações complexas com a inovação tecnológico-produtiva. (OLIVEIRA, 2010, p. 23) [aspas e itálicos do autor]

De modo que, a maior presença da comunicação na produção eleva consideravelmente a participação das línguas na economia, é, portanto, o fator responsável pela valorização linguística e por gerar a necessidade da gestão

linguística no início do século XXI. A “comunicação é insumo central de produção. Se isso procede, temos então repercussões diretas sobre o lugar das línguas e mais, sobre as próprias línguas: o novo modelo comunicativo condiciona o status e o corpus das línguas” (OLIVEIRA, 2010).

Segundo o autor, há um constante reposicionamento de agentes político-linguísticos, pois os contextos das relações entre as línguas são altamente mutantes e as oportunidades de manutenção ou ampliações dos espaços de usos das línguas são altamente fugidias. Neste ‘novo Capitalismo’, a produção se dá, portanto, em um número muito maior de línguas justamente para conquistar o mercado dessas línguas, aproveitando os vários pequenos mercados para o consumo de produtos, consumo que em um mercado muito maior encontra-se saturado.

De acordo com Diniz (2010), as línguas passam a obedecer a uma lógica de mercado, trata-se de uma nova ordem, em que o ‘sucesso’ está diretamente relacionado à visibilidade das mesmas. Aproximamos a ‘nova ordem mercadológica’ que determinaria as relações entre línguas, proposta por Diniz a esse reposicionamento no mercado de línguas, conforme Oliveira (2010). Para este autor, esse reposicionamento é caracterizado pelo consumo segmentado e foi chamado por ele de ‘virada linguística’ do ‘novo Capitalismo’ (OLIVEIRA, 2010, p. 26). E, nesse contexto, a ideia de convergência a uma língua única é desfeita, pois a própria estrutura do ‘novo Capitalismo’ estimula a existência de vários mercados, em várias línguas. Assim:

É o mapeamento destes novos mercados linguísticos, ainda em constituição, e o reposicionamento dos centros de gestão de línguas dos diversos países com capacidade estratégica e tática para colocá-los dentro da sua tutela, que tem tornado a disputa pelas línguas, de repente, tão acirrada (OLIVEIRA, 2010, p. 27).

Como exemplo de reposicionamento das línguas em um mercado, o autor apresenta o caso da entrada do português na Argentina, fato que forçou a reestruturação desse mercado em que já atuavam outras línguas. Sua entrada nesse mercado, conforme coloca Oliveira (2010), ocasionou a ‘reciclagem’ de professores de italiano e de francês, tradicionais línguas de ensino, para se habilitarem para o ensino do português. Nesse caso, também os Estados necessitam se reorganizar, pois passam a ter sob sua tutela não apenas uma língua oficial e nacional, mas mais de uma língua, que serão geridas de maneiras

diferenciadas. Segundo o autor, tais empreendimentos não são possíveis sem uma relação de reciprocidade em matéria de gestão de línguas:

Mas de novo parece que o que acontece com as línguas não é alheio ao que ocorre com o sistema de produção e com seus correlatos políticos em termos da organização de países: estar em novos contextos de gestão, reposicionar-se para obter controle sobre mercados, parece envolver-se em ações de **reciprocidade**: para que a sua língua possa estar aqui é preciso que a minha língua possa estar aí. (OLIVEIRA, 2010, p. 28) [grifos do autor]

No caso citado, a partir da Lei 16161/05, estabeleceu-se a obrigatoriedade da oferta do ensino de espanhol no Brasil. Na Argentina, com a Lei Nacional de Educação, de 2007, o ensino do português é oferecido à educação básica. Essas ações recíprocas influenciaram a valorização do português entre os países da América do Sul e apoiaram a Argentina num processo de nova gestão do Espanhol, disputando mercados com a Espanha. A partir de uma política de reposicionamento, a Argentina volta-se para o mercado externo do Espanhol com ações como a elaboração de um exame oficial da língua espanhola, o CELU – *Certificado de Español Lengua y Uso*. Esse certificado também é fruto da parceria com o Brasil, pois foi inspirado na tecnologia do CELPE-Bras.

1.7 CELPE-Bras: um instrumento da política linguística brasileira

Tratando particularmente das ações brasileiras, uma das medidas que contribuem para estimular o desenvolvimento econômico dos países da CPLP, como também, dos países que integram o MERCOSUL, e que está associado ao uso do português brasileiro, são os intercâmbios acadêmicos. Professores e instituições envolvidas nesse processo sentiram a necessidade de sistematização e avaliação desse ensino. Passaram, então, a organizar exames que pudessem avaliar o uso da língua portuguesa por parte dos estudantes e/ou profissionais estrangeiros que trabalham no Brasil ou que possuem negócios com empresas brasileiras no exterior.

No tocante tanto ao Brasil quanto a Portugal, Oliveira e Dornelles mostram o modo de organização desses países pela política do português língua estrangeira:

A partir del final de la década de los 80, las preocupaciones de Brasil y Portugal se centraron en la expansión del portugués como lengua

extranjera. Portugal respondió a esta demanda a través del Instituto Camões, que fue creado en 1992, vinculado al Ministerio de Educación, pero cuya tutela pasó al Ministerio de Asuntos Exteriores portugués (MNE) en 1994. En Brasil, la función de promover la lengua portuguesa y la cultura brasileña internacionalmente corresponde al Departamento Cultural del Ministerio de Relaciones Exteriores (MRE) o a las diversas acciones del propio Ministerio de Educación brasileño (MEC) (OLIVEIRA e DORNELLES, 2007, p. 2).

Verificamos, dessa forma, que, desde os anos 1980, os dois países vêm se mobilizando pela promoção do português em território estrangeiro. Recordamos a criação da CPLP e do IILP, também, entre as décadas de 1980 e 1990. Formando parte desse mesmo movimento, desde a década de 1990 há o intenso desenvolvimento, no Brasil, da área de ensino/aprendizagem de português (LE). Esse processo foi motivado, como vimos, pelo crescente número de intercâmbios econômicos, culturais e científicos do Brasil com outros países e também pela procura maior por cursos de graduação e de pós-graduação no país. Tal realidade pode ser confirmada e melhor ilustrada por Júdice, que nesta passagem nos dá um panorama geral da situação no país:

No Brasil, dão testemunho desse crescimento iniciativas como a elaboração de um exame nacional de proficiência, a criação de uma associação de profissionais desse campo de estudos, a realização de eventos, a publicação de coletâneas e de materiais didáticos e ainda a oferta de disciplinas e/ ou cursos voltados para a formação de professores de português para estrangeiros (JÚDICE, 2005a, p.7).

A partir da situação apresentada pela autora, constatamos que várias realizações foram empreendidas na área do português para estrangeiros, uma delas foi a certificação brasileira do português do Brasil, o CELPE-Bras – exame que certifica o domínio dessa língua, exigido, por exemplo, para que um estrangeiro tenha o direito de realizar um concurso público no Brasil. O início de seu desenvolvimento foi em 1993, quando o MEC fez os primeiros esforços para sua elaboração, já no ano seguinte é instituída uma Comissão Permanente do exame. Após a realização de um teste-piloto, verificaram-se resultados positivos, então, desde 1998 o CELPE-Bras vem sendo aplicado semestralmente no Brasil, em 22 instituições de ensino superior, e em mais 39 postos credenciados no exterior, em 27 países (BRASIL, 2010a).

Segundo Scaramucci, integrante dessa Comissão desde sua criação, em

entrevista a Leandro Diniz¹⁶, diversas instituições de ensino superior do Brasil vinham desenvolvendo exames próprios para atender a essa demanda, entre elas a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e foi dela que o MEC tomou o modelo para criar o CELPE-Bras. A professora esclarece que esse Certificado manteve os princípios fundamentais daquele que já vinha sendo utilizado na Instituição da qual faz parte: de ser um exame que procura avaliar os aspectos comunicativos da língua, que utiliza materiais que não aqueles criados para fins didáticos, que tratam de temáticas cotidianas passíveis de surgirem em situações de interação real nas quais os aprendizes estarão inseridos.

Para melhor ilustrar a natureza desse exame, trazemos uma das explicações sobre o exame, disponível para leitura em seu Manual do Candidato, na página do MEC:

3. O que é um exame de proficiência?

Um exame de proficiência é aquele que tem objetivos de avaliação e conteúdo definidos com base nas necessidades de uso da língua-alvo. No caso do Celpe-Bras, essas necessidades incluem as habilidades exigidas para realizar estudos ou desempenhar funções de trabalho no Brasil ou no exterior, quando o uso do português se fizer necessário. Essas habilidades incluem comunicar-se em situações do dia-a-dia: ler e redigir textos, interagir oralmente ou por escrito em atividades do contexto escolar (esclarecer dúvidas com o professor, fazer provas, apresentar seminários etc.) e externas a ele (fazer relatos, fazer compras, obter informações, reclamar, ir ao médico etc.). Por ser um exame de proficiência, o Celpe-Bras não é elaborado com o objetivo de avaliar a aprendizagem em um determinado curso, mas o que o examinando consegue fazer na língua-alvo, independentemente de *onde*, *quando* ou *como* essa língua foi adquirida. Essa aprendizagem pode ter ocorrido pela convivência com falantes dessa língua ou em situação formal de ensino.

Figura I: Item 3 do Manual do Candidato para o exame CELPE-Bras (BRASIL, 2010a, p. 3)

Já no tocante a Portugal, em 1999 o Instituto Camões, o Departamento de Educação Básica e a Universidade de Lisboa reconheceram a criação dos exames que certificam o domínio do Português de Portugal. Esses exames integram o SCAPLE (Sistema de Certificação e Avaliação do Português como Língua Estrangeira). Ao considerar que cada um desses países representantes da Lusofonia possui um exame próprio de avaliação de PLE e que em 2008 foi assinado o Acordo Ortográfico entre os países da CPLP, a princípio, para unificar o sistema de escrita, surge, então, o questionamento: por que não unificar esses exames que avaliam o domínio estrangeiro da língua portuguesa?

¹⁶ Essa entrevista foi realizada em 2005 e conjuntamente com o exame CELPE-Bras e com os livros didáticos de PLE de autoria brasileira compõe o *corpus* analisado por Diniz em sua dissertação, que resultou na publicação do livro Mercado de Línguas (2010).

A resposta para essa questão não é simples, mas as palavras da professora Scaramucci revelam os motivos iniciais que impediram a realização dessa proposta, visto que houve uma tentativa de unificação por parte do governo português:

Entrevistada: sim... quer dizer... não foi da nossa parte... foi Portugal tem um exame... que... são vários na realidade... várias siglas porque é um exame pra cada nível... não é como o nosso... que é um único que classifica em vários níveis... tem na página... se você entrar na página da... da... da... do Instituto Camões... éh... você pode encontrar esse exame... ele... éh:... quem gerencia é o Instituto Camões... que é o órgão português que cuida dessa divulgação do português no exterior... né? E o Instituto Camões fez um contato com o Ministério da.. da Educação... três a quatro anos atrás... éh propondo uma junção dos dois exames... para usar os nossos... a nossa infra-estrutura... aplicar... e usar... assim como os centros do Instituto Camões também... né?

(...)

acontece que nós fizemos uma análise do exame... e o exame é muito diferente do Celpe-Bras... é um exame de base estruturalista... ainda bem bem éh tradicional... com uma visão de linguagem tradicional... e a gente nem quis... a gente achou que não era o exame que a gente queria... e mesmo porque... também... a gente considera o exame.. né... um instrumento de política linguística... brasi/ do Brasil... da variedade brasileira... e também uma questão de... de iden... é uma questão de identidade da nossa língua... da nossa variedade... então a gente não quis juntar... (DINIZ, 2010, p. 125-126)

Conforme observamos pela transcrição da entrevista, a fusão dos exames, português e brasileiro, não foi possível dado as diferentes visões do que é proficiência em uma língua entre os elaboradores do exame português e brasileiro. Mas também, depreende-se daí que o CELPE-Bras é considerado, pela Comissão responsável por sua elaboração e constante reavaliação, como um instrumento da política linguística do Estado brasileiro. Portanto, embora o Brasil esteja unido aos países da CPLP em prol da promoção da língua portuguesa, não abre mão de sua identidade e de promover o português brasileiro.

1.8 Português brasileiro e a visão de uma ‘língua transcontinental’

Retomando o pensamento de Oliveira (2010), no ‘Novo capitalismo’ as línguas têm lugar central, pois o motor dessa nova economia é a comunicação. Nesse contexto, com a velocidade que ganha a comunicação em rede, a colocação das línguas pode mudar repentinamente, de acordo com a criação e/ou extinção de pequenos mercados para essas línguas. Segundo o autor, uma estratégia que vem

sendo empregada por diversos países e que assegura a expansão desses pequenos mercados é o apoio mútuo, fazendo surgir uma demanda pelas línguas através de um sistema de troca.

Para Cocco, essa situação revela uma crise, e explica: “A crise da relação entre o centro e a periferia aparece como possibilidade de ultrapassar suas dimensões hierárquicas e deterministas: é o centro na periferia”. De acordo com esse cientista político, com a Globalização, muitos países estão aproveitando para vender seus ‘produtos’ culturais, pois as intensas relações favorecem um olhar sobre o que os países periféricos têm a oferecer. Propondo uma relação entre a temática deste item e a colocação de Cocco, colocamos que Portugal era considerado o centro da língua portuguesa, e os outros países que também possuem essa língua como língua oficial, como países periféricos nas decisões sobre a mesma. No entanto, atualmente, essa relação vem sendo transformada. Nesse sentido, os outros países que possuem o português como língua oficial também podem atuar nesse mercado em que o português está inserido. Sendo assim:

(...) são as dinâmicas que se constituem na periferia para a periferia sem passar pelo centro: em lugar de sumir, as periferias resistem – e falam cada vez mais alto, produzindo mundos culturais paralelos (...) dentro dos quais passa a viver a maioria da população dos vários países, inclusive do Brasil (COCCO, 2009, p. 59).

Nesta ação de cooperação internacional, entre outras ações, o Brasil vem procurando encontrar diversas formas de desenvolver o PLE. De acordo com o que apresentamos anteriormente, na América Latina, vem atuando através do MERCOSUL, junto aos países da CPLP, vem reforçando as ações pela Lusofonia, mas ainda há outro grupo em que o país se insere para fortalecer sua participação internacional: o BRIC. A explicação de como funciona esse grupo – composto por Brasil, Rússia, Índia e China, desde 2001 – pode ser encontrada nas palavras de Raza:

O grupo possuirá mais de 40% da população mundial e juntos terão um PIB de mais de 85 trilhões de dólares (US\$). Esses quatro países não formam um bloco político (como a União Europeia), nem uma aliança de comércio formal (como o Mercosul e ALCA) e muito menos uma aliança militar (como a OTAN), mas formam uma aliança através de vários tratados de comércio e cooperação assinados em 2002 para alavancar seus crescimentos. (RAZA, 2008, s/p)

A participação do Brasil, seja no MERCOSUL, na CPLP ou no BRIC, se dá por meio de políticas externas, e tais políticas não se realizam de forma isolada das políticas linguísticas, o que vem a confirmar o peso das línguas na sociedade atual – para reescrever o que Oliveira apresentou em *O lugar das línguas*. As palavras do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmam tal colocação, pois demonstram que, para serem atingidos os propósitos econômico-políticos do BRIC, é necessário fazer valer a voz dos países que o compõem:

Seguiremos defendendo a democratização do processo multilateral de tomada de decisão. Os países pobres e em desenvolvimento têm o direito de serem ouvidos. Reduzir o fosso que os separa dos países ricos não é só questão de justiça. Disso depende a estabilidade econômica, social e política mundial. É nossa melhor contribuição para a paz. (SILVA, 2010, s/p)¹⁷

Mas esse posicionamento do BRIC no mercado globalizado, a partir da perspectiva dos dirigentes desses países e de administradores e economistas, tais como os que foram apresentados acima, só é possível porque trata-se de países que vêm atingindo marcas representativas de desenvolvimento social e econômico. Países que no futuro podem ser as grandes potências mundiais, mas que por hora, para atingir alguma representatividade, necessitam aliar-se em organismos internacionais.

Recordamos que Diniz (2010), a partir de suas análises sobre o CELPE-Bras e sobre os livros didáticos de PLE, considera que o português veiculado por esses instrumentos não pode ser tomado como uma ‘língua veicular’ na concepção forte do termo, pois, embora levem essa Língua aos mais diversos países, ela se fortalece ao voltar-se para seu país de origem, o Brasil. Assim, propomos pensar o português brasileiro, tal como é empreendido pelos portugueses, como ‘língua transcontinental’. Por ‘língua transcontinental’ compreende-se aquela que está presente em vários continentes, seja pela colonização, seja pelas migrações, seja por seu fortalecimento nas comunidades lusodescendentes. Segundo Faria, sua condição de ‘língua transcontinental’ lhe propicia o interesse e/ou necessidade nas comunidades em que está inserida. Pois

¹⁷ Como presidente da República, preparou esse artigo antes da abertura da Reunião de Cúpula dos Bric para o View Point Network, serviço de notícias global, publicado no Brasil, exclusivamente, por O Estado de São Paulo.

(...) se observarmos bem os percursos de falantes estrangeiros que aprenderam ou que pretendem aprender o Português como L2, facilmente verificamos que esta dimensão transcontinental é, frequentemente, ela própria, razão de aprendizagem da nossa língua, já que é nela, e a partir dela, que muitos não nativos identificam novos percursos e objectivos (FARIA, 2001, p. 3).

Compreendemos, desta forma, que se apresenta promissor o investimento dos países lusófonos na promoção da língua portuguesa como língua estrangeira, dentre outros motivos, por ser uma língua que propicia o diálogo com países visando uma economia conjunta e por sua situação demográfica e geopolítica. Enfim, ao se tentar compreender como o Brasil se insere nesse contexto internacionalizado e como atua nesses diferentes grupos que integra? Consideramos que, nesse contexto, o Brasil se faz presente aproveitando as oportunidades que vêm surgindo com iniciativas políticas, econômicas e linguísticas. E o faz, principalmente, através de três pontos de integração: regional – com o MERCOSUL, transcontinental – a partir da Lusofonia, e global – através da união com países de economia emergente na aliança do BRIC. No próximo Capítulo trataremos dessa ‘presença’ do Brasil no mundo com o CELPE-Bras, pois cumpre uma função especial nesse contexto, por ser um Certificado oficial que leva uma representação do país ao exterior.



Figura II: relações do Brasil com outros países através da associação em diferentes blocos, bem como os países que oferecem a realização do exame CELPE-Bras¹⁸.

¹⁸ Mapa de <http://blogalize.net/mapa-mundi-politico.html>. Entretanto, desenvolvemos a legenda apresentada.

2 AS MARCAS DA BRASILIDADE E SUA REPRESENTAÇÃO DO BRASIL

Neste Capítulo, primeiramente traçamos o percurso de constituição do Brasil e do brasileiro, passando por questões históricas, mas também por visões, desde as perspectivas antropológica e social. Para compô-lo, buscamos, em obras e autores clássicos da literatura da formação brasileira, como *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre [1933] e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda [1936], os traços ‘rememoráveis’ do ‘ser’ brasileiro. Ao final deste Capítulo, retomamos alguns aspectos desse ‘ser’ e de sua cultura tratados por esses autores para então, relacioná-los ao que Orlandi (1998) chamou de ‘discurso fundador da brasilidade’, pois compreendemos que aspectos dessa como festas, hábitos alimentares, entre outros, foram ganhando sentidos de brasilidade. Para, então, a partir deles, procurarmos compreender como, com esse imaginário do que seja brasilidade, procedem à representação do Brasil, seja para o próprio brasileiro, seja para o estrangeiro.

2.1 Uma descoberta de proporções continentais

No ano de 1453, o Estreito de Bósforo, onde Europa e Ásia quase se tocam, foi bloqueado, impedindo o milenar comércio entre Oriente e Ocidente. Isso foi devido à tomada de Constantinopla, haja vista que sua conquista não apenas deu um grande impulso ao império otomano como se tornou uma das datas de maior importância na história da humanidade, tanto que sua conquista inaugurou a Era Moderna, mudando a geopolítica mundial (FAUSTO, 1996).

Graças a isso, Portugal teve sua vida econômica dificultada, por ser um dos países europeus que fica mais longe de onde se dava o comércio, conseqüentemente, o preço pago pelas mercadorias tornava-se elevadíssimo. Foi então que os navegadores da Escola de Sagres resolveram direcionar seus esforços para ir buscar muitos produtos direto na fonte, planejaram contornar a África para chegar por mar à Índia. Assim, obteriam, não somente sedas e porcelanas por um

preço bem mais acessível, mas principalmente, pimenta, noz-moscada, cravo e canela. Esses produtos moviam o mercado no século XVI porque, além de usos medicinais, ajudavam a preservar os alimentos (FAUSTO, 1996).

Essa era a época das Grandes Navegações e Portugal tinha uma das melhores escolas de Navegação. Portanto, eram experientes navegadores e no currículo das conquistas marítimas portuguesas já constavam as descobertas da Ilha da Madeira, em 1419 e da Ilha dos Açores, em 1427 (as Ilhas Canárias haviam sido encontradas antes por Castela). Tais ilhas serviram para dar início ao projeto de colonização português, a primeira, por exemplo, teve a mata virgem queimada para o plantio dos primeiros canaviais portugueses. Holanda relata que na Ilha da Madeira e em outras ilhas do Atlântico, o cultivo da cana-de-açúcar era realizado pelo negro da Guiné. No entanto, pontua que tal empresa não se desenvolveu por uma ‘vontade criadora e arbitrária’ dos colonos portugueses’. Mas que:

Foi a circunstância de não se achar a Europa industrializada ao tempo dos descobrimentos, de modo que produzia gêneros agrícolas em quantidade suficiente para seu próprio consumo, só carecendo efetivamente de produtos naturais dos climas quentes, que tornou possível e fomentou a expansão desse sistema agrário (HOLANDA, 1997, p. 47).

Da mesma forma que encontraram as duas ilhas, esses conquistadores estavam certos de que iriam encontrar outras, acreditavam nas ilhas lendárias, na terra da bem-aventurança (FAUSTO, 1996). Para esses navegadores, segundo Paim (2009, p. 61), essas seriam ilhas de refúgio, de abundância e de salvação, “que apelavam à colonização – As afortunadas”. Essas ilhas, de acordo com a autora, vinham do imaginário greco-romano, desde Hesíodo, Platão, Virgílio e Ovídio, realimentado por Isidoro de Sevilha, quem influenciou a cartografia do Ocidente. Assim

A ilha prometida conflui toda a aventura sempre descrita com brisas perfumadas e clima temperado, solo fecundo e safra abundante, onde o homem sempre jovem não tinha necessidade de trabalhar, sem governo, sem vestes, sem leito vivendo ao ar livre, morriam docemente aos cento e cinquenta anos (PAIM, 2009, p. 62).

Desta forma, compartilhando as aspirações da época, Cristóvão Colombo ‘descobre’, em 1492, um novo continente que, posteriormente, vêm a ser chamado

de América. Ao saber da conquista da Espanha, D. João II¹⁹ deu início às negociações pela posse das novas terras, pois considerava que lhe pertenciam por direito, fato que culminou na assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494. Esse documento estabelecia que Portugal era o país soberano sobre todas as terras localizadas a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde (FAUSTO, 1996).

Na investida pelo comércio com o Oriente, Vasco da Gama contorna o Cabo das Tormentas e domina a rota marítima para a Índia. Durante o retorno a Lisboa, o explorador avista aves seguindo em direção às terras descobertas por Colombo, mas segue para Portugal para notificar ao novo rei (D. Manuel) de que o objetivo de chegar à Índia havia sido alcançado. Na sequência, em 9 de março de 1500, a frota de Cabral inicia viagem à Calicute para estabelecer relações diplomáticas com o samorim, mas, no mês seguinte, é atingida por uma tempestade que a leva a outro rumo. Em 21 de abril, os marinheiros percebem as aves descritas por Vasco da Gama e ao final da tarde de 22 de abril Cabral avista um monte, denominando-o Monte Pascoal (FAUSTO, 1996).

A respeito da questão, largamente debatida, sobre o descobrimento ou nascimento do Brasil, Boris Fausto considera que elas se prestam ao engano e que podem dar a ideia de que não havia presença humana no 'Novo Mundo' antes da chegada dos portugueses. Por isso ele faz questão de recordar a existência da população indígena nessas terras:

Quando os europeus chegaram à terra que viria a ser o Brasil, encontraram uma população ameríndia bastante homogênea em termos culturais e linguísticos, distribuída ao longo da costa e na bacia dos Rios Paraná-Paraguai (FAUSTO, 1996, p. 37).

Pelo predomínio desse grupo na costa brasileira, e particularmente, onde desembarcaram, o primeiro contato dos portugueses foi com um grupo Tupi. Eles eram caçadores, pescadores, coletores e horticultores, praticavam uma agricultura precária, baseada no cultivo de mandioca, feijão e cará; fumavam tabaco e bebiam cauim – bebida produzida a partir da fermentação da mandioca; dominavam a técnica da cerâmica, viviam em aldeias, andavam nus e adornavam seu corpo com

¹⁹ Rei de Portugal de 1481 a 1495.

requite (FAUSTO, 1996). Esse grupo praticava a antropofagia²⁰, suas vítimas eram os prisioneiros das guerras com outros grupos indígenas e ocupavam a costa litorânea desde onde hoje é o Ceará, até onde fica Cananéia, em São Paulo²¹. Fausto, apresenta a percepção dos indígenas frente à chegada dos europeus:

A chegada dos portugueses representou para os índios uma verdadeira catástrofe. Vindos de muito longe, com enormes embarcações, os portugueses, e em especial os padres, foram associados na imaginação dos tupis aos grandes xamãs (pajés), que andavam pela terra, de aldeia, em aldeia, curando, profetizando e falando-lhes de uma terra de abundância. Os brancos eram ao mesmo tempo respeitados, temidos e odiados, como homens dotados de poderes especiais. (FAUSTO, 1996, p. 40).

No entanto, como existiam inúmeros grupos dispersos, que muitas vezes entravam em conflito, não foi difícil ao português encontrar aliados entre os próprios índios.

Cabral, quando partiu para a Índia, deixou dois degredados para aprender a nova língua e conhecer os costumes dos índios habitantes da costa em que aportaram – prática comum e largamente empregada na África, pelos portugueses. Segundo Paim (2009), esses homens assumiam o papel de ‘línguas’. Dessa forma eram chamados os homens que aprendiam as línguas desconhecidas e seu trabalho permitia maior aproximação com os povos descobertos ou com os quais se pretendia empreender relações comerciais. Eles deram origem à função de intérprete. Essa função tratava-se de uma obrigação atribuída aos degredados pelos descobridores, que os lançavam em terras descobertas para aprender a geografia e a língua local. Embora, a partir da leitura de Mariani (*Quando as línguas eram corpos*, 2007), Paim (2009, p. 162) afirme que: “A atuação dos línguas existe antes da chegada do processo de colonizador propriamente dito”.

Enquanto isso, a embarcação comandada por Gaspar de Lemos foi a Portugal comunicar ao rei D. Manuel que haviam encontrado novas terras, batizadas por Cabral como Ilha de Vera Cruz – renomeada, pelo rei, como Terra de Santa Cruz. Essa nau levou ao soberano português inúmeras cartas, entretanto, apenas

²⁰ É o ato de consumir carne humana em cerimonial mágico, diferentemente de hábito alimentar predatório (canibalismo). Paim (2009, p. 74 [nota 91]) baseia-se em Godinho (1990) para afirmar que “a antropofagia despertava medo e horror, mas nem sempre era considerada prova de bruteza”.

²¹ O grande grupo Tupi era dividido em oito subgrupos: Potiguar (CE), Tabajara (PE e PA), Caeté (de Itamaracá, CE, até a foz do Rio São Francisco), Tupinambá (da foz do Rio São Francisco à Bahia), Tupiniquim (sul da Bahia e em São Paulo), Temininó (ES), Tamoio (Baía de Guanabara), Carijó (Cananéia, SP) (FAUSTO, 1996).

duas sobrevieram aos rigores do tempo, a mais importante delas é a carta de Pero Vaz de Caminha, ao Rei de Portugal, dando notícias do achado.

Após 20 meses de aprendizado, os degredados foram recolhidos pela primeira expedição enviada para explorar o novo território. O responsável pela divulgação na Europa, da descoberta de um novo mundo foi Américo Vespúcio, que integrou essa expedição enviada oficialmente para explorar o local que viria a ser conhecido como Brasil. Esse florentino escreveu uma carta intitulada *Novo Mundo*, defendendo a tese de que as terras descobertas por Portugal integravam um novo continente, este, a partir de 1506, passou a ser chamado de *América*. Paim (2007, p. 164) corrobora com essa colocação ao concluir que: “Américo Vespúcio foi o responsável pelo saber sobre o Novo Mundo, pois Colombo sempre acreditara ter chegado aos confins da Índia, e a *Carta de Caminha* foi publicada trezentos anos depois”.

Vespúcio, durante os seis meses de expedição, não encontrou ouro ou especiarias, mas o que lhe chamou atenção foi a quantidade de pau-brasil, árvore nativa do Oriente, que já era conhecido há dois séculos pelos europeus. Seu pó servia para tingir tecidos de vermelho (cor de brasa), e era, na verdade um produto muito valioso, visto que os portugueses negociavam, na África, algas, sementes e bagas de tinturaria. Durante o Renascimento e com a expansão da indústria têxtil, a cor da moda europeia era o vermelho, de modo que o pau-brasil passou a ser muito cobiçado. Resultou, dessa forma, que o comércio dessa madeira foi a primeira fonte de lucro que a Coroa portuguesa encontrou na nova colônia. E foi de tal importância que a Terra de Santa Cruz passou a ser chamada de Terra do Brasil, ou seja, os motivos religiosos perdiam o espaço para os motivos econômicos perante Portugal. Corroboram para essa interpretação as palavras de Paim, quando diz que:

Essa tensão inicial a respeito do nome da colônia releva da tensão existente na sociedade portuguesa, entre aqueles que davam prioridade às atividades comerciais e aqueles que queriam a união destas com a pregação e à conversão religiosa (PAIM, 2009, p. 65).

2.2 Brasil colônia e os esforços por um Estado independente

A partir do momento em que se percebeu a potencialidade do novo empreendimento, deu-se início à exploração da colônia pela metrópole. Mas nessa

empresa, os colonizadores encontraram condições naturais diversas e adversas, as quais foram responsáveis por inúmeras consequências que resultam na configuração do Brasil e dos brasileiros. Entretanto, alguns fatores para essa formação foram trazidos pelos portugueses, que, diferentemente de outros países europeus, já se apresentavam grandemente miscigenados – e, por conseguinte, de acordo com Holanda (1997), sensíveis às relações com grupos étnicos distintos – e também por serem mais flexíveis na separação de classes sociais, além de se valerem de trabalhos mecânicos a despeito de sua posição social. Tais características permitem a colonização do Brasil pela união, principalmente, do português com a mulher índia ou negra, que por sua vez possibilitou a necessária adaptação a novas formas de existência.

Embora os portugueses tenham vencido dificuldades e se estabelecido em terras muito diferentes das de sua origem a custo de seu esforço, uma de suas características marcantes é a repulsa do culto ao trabalho, conforme refere Holanda (1997, p. 38): “Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia.” Tal característica peculiar desse povo pode ser associada a outra, a de pequena capacidade para a organização social em grêmios ou associações, seu círculo é extremamente restrito a familiares e amigos. Mas como compreender então a disposição desses homens para lançarem-se ao mar e conquistar outros povos?

Segundo Holanda (1994, p. 44), dois foram os determinantes psicológicos do movimento de expansão colonial portuguesa na América: o aventureiro e o trabalhador. O sujeito que se caracteriza pelo primeiro tem por objetivo “colher o fruto sem plantar a árvore”. Para tanto, costuma aproveitar os obstáculos como forma para atingir seus ambiciosos propósitos. Já o segundo, é caracterizado pelo esforço lento e persistente, mas que “mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante”. Este se orienta pelo trabalho, aquele, pela aventura, mas esses dois aspectos combinaram-se, em menor ou em maior grau, para a ação dos portugueses na colônia. Entretanto, foi fundamental sua tendência aventureira no período de viagens marítimas, nos contatos com novos povos, nas bandeiras e mesmo durante a colonização.

A despeito disso, na lavoura predominou o caráter trabalhador, mas Holanda (1997) assegura, no entanto, que não foi fruto da vontade criadora do colono português a organização sob o latifúndio agrário na nova colônia. O cultivo surgiu

por conveniência do mercado europeu, que na época dos descobrimentos ainda não estava industrializada, e, por conseguinte, produzia gêneros agrícolas suficientes, necessitando apenas de produtos naturais dos trópicos. Para atender tal demanda, aproveitaram as terras férteis do nordeste para a plantação da cana-de-açúcar. A abundância dessas terras possibilitou a rentabilidade dessa atividade, além do estabelecimento da grande propriedade rural como unidade de produção “de índole semicapitalista” (HOLANDA, 1997, p. 49). Assim, verificamos com Holanda que, tão logo se esgotou o pau-brasil para extração, Portugal passou a apostar no solo fértil da colônia como forma de garantir outro tipo de exploração de rentabilidade certa.

Atividade essa, que inicialmente foi apoiada no trabalho do índio, entretanto, tal empreendimento resultou em tentativa frustrada, fazendo-se necessário a introdução do negro para trabalhar nas lavouras. Esse quadro é explanado pela colocação que faz o autor de *Raízes do Brasil*:

Pode dizer-se que a presença do negro representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais. Os antigos moradores da terra foram, eventualmente, prestimosos colaboradores na indústria extrativa, na caça, na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação de gado. Difícilmente se acomodavam, porém, ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais. (HOLANDA, 1997, p. 48):

O desenvolvimento da lavoura açucareira, bem como seus rendimentos, guarda um agravante para a economia colonial, pois com a escravidão e com o grande desenvolvimento da lavoura latifundiária, foi esquecido qualquer esforço de cooperação em outras atividades produtoras. Nesse contexto, segundo o referido autor, era predominante o trabalho escravo, assim como a indústria caseira, que garantia a independência das famílias ricas, o que dificultava o desenvolvimento do comércio e também o surgimento de artífices livres nas comunidades, ou seja, era praticamente impossível sobreviver em ambiente urbano na colônia.

Conforme tais colocações, a estrutura da nova sociedade se estabeleceu sob o meio rural. Segundo Holanda (1997, p. 73), direta ou indiretamente, essas condições coloniais “governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje”. A colocação desse historiador é de suma importância para o nosso trabalho, pois nos dá a sustentação para a reflexão de algumas particularidades da constituição da colônia

que interfere na realidade do Brasil, bem como, na própria representação que o país tem sobre si e que passa aos outros. Então:

Nessa perspectiva, o procedimento discurso do outro que nos conta é a constituição do imaginário necessário para a formação de um país: para concretizá-lo como um projeto, constituí-lo, na sua especificidade, como um objeto simbólico (PAIM, 2009, p. 230).

Percebemos a partir da leitura de *Raízes do Brasil*, no entanto, uma ruptura entre essa realidade e a evolução nacional, ela ocorre com a Abolição da Escravatura²², durante o Brasil Império. Nesse Regime Monárquico, os fazendeiros escravocratas dominavam a política, mantendo a estabilidade das instituições sob seu domínio. Entretanto, muitos de seus representantes passaram a contestar aquilo que dava base ao progresso dessa classe, o trabalho escravo, e acabaram por comprometer seu prestígio e abalar a situação tradicional de onde vinham. Haja vista que os grandes idealizadores da libertação dos escravos eram os filhos desses fazendeiros, influenciados por pensamentos que circulavam na Europa, onde eram enviados para estudar.

Segundo Orlandi (1997, p. 24), os positivistas brasileiros do século XIX, ou seja, as pessoas que acreditam nos ideais do Positivismo, “falam contra a escravidão ao mesmo tempo em que desenham um lugar político próprio e decisivo, instituindo ao mesmo tempo uma forma particular para o cidadão brasileiro: uma forma positiva, a do não escravo”. No entanto, faz a ressalva de que é pela via ditatorial, e não pela liberal, que pretendem abolir a escravidão, pois pedem ao Chefe de Estado que decrete a abolição.

Lançadas as bases de uma nova organização social, a partir da segunda metade do século XIX, há um grande surto de desenvolvimento, com as sociedades anônimas, a fundação do Banco do Brasil, do Banco Rural e Hipotecário, da primeira linha telegráfica, a abertura da primeira linha de ferro, etc. Esse direcionamento da economia cresce à margem das atividades agrícolas e, após a assinatura da Lei Áurea, com a mudança econômica e a ascensão da burguesia, ocorre o conflito entre progresso e tradicionalismo. Essa disputa ideológica acontece porque os engenhos ainda eram considerados, por esses, os responsáveis pela riqueza e, conseqüentemente, detinham o poder de decisão nos domínios rurais, de modo que,

²² Extinção da Escravidão no Brasil, que se deu com a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, em 1888.

eram a base e o centro de toda a organização. Assim é que, embora o país se reorganize econômica e politicamente, continua a ser modelo a família patriarcal, esse modo de organização é que vai gerir a vida política, a relação entre governantes e governados.

Essa reorganização econômica e política, que se consolida com a proclamação da República, em 1889, ocorre sob a bandeira do positivismo. Holanda (1997) faz uma reflexão sobre o porquê do pensamento de Comte influenciar enormemente o planejamento para o futuro do país. Ele sustenta que é da índole do povo brasileiro o gosto pela regularidade das ideias claras, definitivas, que lhe sirva como paradigma. Assim, de acordo com sua concepção, o brasileiro encontra nas definições imperativas desse sistema a segurança procurada.

No entanto, o autor considera que as mudanças, verdadeiramente, não aconteceram, e que o pensamento positivista serviu apenas em algumas instâncias como representação de novo para aquilo que já é velho, ou seja, deram uma cara nova ao tradicional. Nesse sentido, afirma que “Nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade” (HOLANDA, 1997, p. 160). Depreendemos, dessa leitura, que os pensadores da época tomaram lemas positivistas para seu discurso, mas as reformas continuaram ocorrendo de cima para baixo e assim passou-se a exercitar a democracia no Brasil.

Isso se deve à teoria do Estado do positivismo em geral, ou seja, “a arte de governar é a arte de explicitar, dar forma ao estado da sociedade tal como ele já existe. (...) Nessa perspectiva, o governo deve ser centralizado e exercido por um chefe forte” (ORLANDI, 1997, p. 24). Trata-se da forma como deve ser a sociedade, pois, de acordo com esse pensamento, nem todos podem governar, somente os fortes. Essa concepção estabelece, então, a existência de governantes e governados, bem como os relaciona a fortes e fracos. Assim, retomamos a referência de Holanda, de que as decisões no Brasil são tomadas por poucos, mas que devem ser e são acatadas pelo povo. Pois:

O senso da medida, condição da postura política, é atributo da ciência e da razão e logo só os que são capazes de sabedoria e bom senso podem exercê-lo: logo, o chefe é o que sabe, é o que pode interpretar a ordem social para levar ao progresso.

E o povo, que já tem incorporados na memória da sua relação com o poder os sentidos positivistas tal como eles trabalham nossa história (...), faz eco, ou seja, reflete e acentua esse sentido do Chefe (ORLANDI, 1997, p. 43).

De tal forma, os idealizadores do Regime Republicano justificavam a implantação por estar mais de acordo com as aspirações de nacionalidade, mas em realidade percebiam o país como inferiorizado por considerar seu governo antiquado frente a outros países da América Latina, que se mostravam independentes. Mas, de todas as formas, a urbanização e a organização em Estado nacional fez com que o Brasil se tornasse, cada vez mais, independente de Portugal. A respeito disso, o autor coloca que:

No dia em que o mundo rural se achou desagregado e começou a ceder rapidamente à invasão impiedosa do mundo das cidades, entrou também a decair, para um e outro, todo o ciclo das influências ultramarinas específicas de que foram portadores os portugueses (HOLANDA, 1997, p. 172).

Neste contexto, é visível o progressivo desaparecimento das formas tradicionais de organização coincidente com a desvalorização da lavoura açucareira, ocorre, no entanto, sua substituição pela produção do café. Essa diferença de cultura muda o eixo produtivo, que antes, vinculado à cana-de-açúcar, proporcionava o surgimento de aristocracias e, conseqüentemente, a estratificação da sociedade, para um maior nivelamento de classes. Cafeicultores de São Paulo são pioneiros em uma inovação na produção, eles se afastam do modo de produção de engenho da cana-de-açúcar e do seu aspecto de autossuficiência. A lavoura de café passa a ser, então, um meio de vida, e seus cultivadores vivem, geralmente, em meios urbanos. Assim, o meio agrário, antes familiar e aristocrático, passa a ser um centro de desenvolvimento industrial.

Conforme o exposto acima, nesse período, o Brasil afasta-se de sua relação colonial com Portugal para equiparar-se a outros países latino-americanos, como ele, ex-colônias, isso devido à necessidade brasileira de superar seu sentimento de inferioridade, como um reflexo de auto-afirmação. Segundo Holanda (1997, p. 177), a imagem do Brasil passada para o exterior (contemporânea à publicação de *Raízes do Brasil*, 1936) e fixada no subconsciente coletivo brasileiro ainda era condizente com aquela formulada no Brasil Império: a de “um gigante repleto de bonomia superior para com todas as nações do mundo”. Exemplarmente, se deram as relações internacionais durante o Segundo Império, em que entre os países platinos

o Brasil tentava ser considerado, antes, pela imagem grandiosa que criou de si mesmo que pela força. A forma como se dá o posicionamento brasileiro frente ao contexto internacional em que está inserido foi desenvolvida no Capítulo I.

2.3 Uma interpretação para o Brasil através de *meio e raça*

O que é cultura brasileira? O que lhe dá a identidade nacional? São questões que sempre estiveram presentes para o Estado brasileiro, e em forma de problema a ser resolvido por seus intelectuais. A definição do que é cultural sempre foi uma questão política, uma relação de poder; e a problemática apontada foi respondida de diferentes formas, por diferentes grupos sociais em suas diferentes relações com o Estado brasileiro.

Nos diferentes momentos de organização política brasileira, foi recorrente a busca da definição da identidade brasileira, que se distinguisse daquela que caracterizava a metrópole. Talvez a explicação para isso esteja no fato de que toda identidade se define em relação à outra, que lhe é exterior, estrangeira. Desse modo, faz sentido a caracterização da identidade do Brasil, em oposição ao seu outro – Portugal. Outra preocupação afetava o Estado brasileiro e mantinha estreitas relações com a afirmação de sua identidade, o intuito de abandonar o rol dos países de Terceiro Mundo. Dessa forma, considera-se que essa incômoda posição exige do país (de alguns intelectuais, ligados a seus dirigentes) a definição de uma identidade que não fosse cópia ou transplantação da metrópole. Segundo Renato Ortiz, com essa busca de definição, os intelectuais brasileiros, no século XIX, chegaram ao consenso de que o Brasil é diferente de todos os outros países, mas não chegaram a um meio termo em relação à questão: onde ou em que residiria a unicidade brasileira, que contém a ‘essência da identidade²³ brasileira’ (ORTIZ, 1994).

De acordo com esse sociólogo e antropólogo, os ideais que serviram de paradigma para se pensar tais questões no século XIX pertencem aos teóricos precursores das Ciências Sociais no Brasil: Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha. Tais autores influenciaram a “*intelligentsia* brasileira”, delimitando toda a produção teórica da época dentro do Positivismo de Comte, do Darwinismo

²³ Compreendemos ‘identidade’ como uma representação de algo, que, por vezes, pode ser estereotipada, ou seja, intrinsecamente pejorativa.

social e do Evolucionismo de Spencer. O Evolucionismo fornece, então, a esse grupo de pensadores, subsídios para a compreensão da inferioridade brasileira em relação à superioridade européia. Fundam, dessa forma, o pensamento de que este quadro seria uma etapa da evolução do país, que se encontra em 'atraso'. A necessidade passa a ser a de explicar as razões do 'atraso' e apontar a possibilidade de o Brasil se estabelecer como nação, o que ficaria para o futuro. Nesse sentido, esses estudiosos encontram a explicação da especificidade brasileira nas noções de *meio* e *raça*:

Quando se afirma que o Brasil não pode ser mais uma "cópia" da metrópole, está subentendido que a particularidade nacional se revela através do meio e da raça. Ser brasileiro significa viver em um país geograficamente diferente da Europa, povoado por uma raça distinta da européia (ORTIZ, 1994, p. 16 a 17).

Neste sentido, *meio* e *raça* fornecem dois elementos base para a compreensão da identidade nacional, através do que é nacional e do que é popular. Isso significa dizer que seu 'material étnico' constitui o povo (a raça – o popular) dentro das fronteiras geográficas nacionais (o meio – o nacional). Entretanto, permanece a dúvida para a inteligência brasileira: se todas as civilizações têm por base *meio* e *raça*, por que não haveria civilização no Brasil? Passa-se à procura de uma explicação para esse impasse. E as possibilidades de resposta são visualizadas nos vícios do homem, inerentes à raça, concepção que irá desembocar na *mestiçagem*. Infelizmente, ainda hoje encontramos resquícios desse pensamento no discurso sobre o brasileiro, seja de origem interna ou externa ao país.

A literatura também foi responsável por parte da inteligência brasileira. Assim como os estudiosos citados anteriormente, os escritores românticos buscam pela identidade brasileira. Para isso, tentam promover o índio a símbolo nacional, sem considerar, no entanto, o negro como parte integrante da miscigenação brasileira. "Dentro desse movimento de criação da identidade nacional brasileira, exerce um papel central o romance *O guarani*, de José de Alencar, que concebe um mito de origem da nação brasileira" (FIORIN, 2008, p. 29). Segundo esse autor, com esse romance, funda-se não só a nacionalidade, mas a língua falada no Brasil.

É, então, somente com a Abolição que passa a ser possível de ser pensada essa composição racial como parte da vida social e econômica do país, ainda que o pensamento dominante fosse o do branco como detentor da hegemonia racial na

construção da sociedade brasileira. Conforme é possível ler em *Casa Grande e Senzala*, sobre a formação do brasileiro: “Pelo intercuro com mulher índia e negra multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele puro ao clima tropical.” (Freyre, 2006, p. 17). Haja vista que o branco era considerado como superior e o mestiço, como portador dos defeitos do ‘cruzamento entre raças desiguais’, pelos intelectuais do século XIX. Contudo, procura-se, ‘na evolução social’, ‘eliminar tais estigmas’ com o ‘branqueamento da população brasileira’. Isso somente seria possível com o progressivo ‘cruzamento’ do índio e do negro com o branco, e a conseqüente predominância das ‘características’ dessa raça, de modo que a construção de um Estado nacional passa por uma ‘raça nacional’, ‘mais branca’, e é colocada como uma meta a ser realizada no futuro, não como realidade presente.

No entanto, destoa desse grupo Manuel Bonfim (s. d.), sociólogo e historiador contemporâneo a Euclides da Cunha, que se opõe ao grupo brasileiro que reduz a questão nacional aos parâmetros de *meio* e *raça*. Para tanto, apoia-se na *teoria biológica do social* desenvolvida por Augusto Comte. Para ele, a questão nacional passa pelas relações políticas existentes entre América Latina e Europa. Dessa forma, através de argumentos biológicos, coloca o ‘atraso’ brasileiro como uma ‘doença hereditária’. Bonfim (s. d.) elabora a *teoria do imperialismo* baseada em termos de parasitismo social e considera que o *meio* da América Latina é propenso à evolução social e coloca o colonizador como parasita e o colonizado como parasitado. Com sua teoria, defende que aquele se atrofia, involui e as mazelas do parasita são transmitidas, hereditariamente, para o parasitado. Segundo esse historiador, o Brasil teria herdado de Portugal as características: conservantismo e falta de espírito de observação. De acordo com seu pensamento, isso faria com que o povo dominado regredisse, por considerar que o apego às tradições conservadoras impede o progresso social do país.

No entanto, tais qualidades herdadas são aliadas às de origem negra e índia, e compõem o espírito brasileiro. Para o autor, tal encontro é ‘renovador’, embora considere que essas raças não possuam as qualidades orientadoras do progresso como a branca, ou seja, aquelas que proporcionam a evolução da sociedade. Refuta, entretanto, as qualidades de indolência, apatia e imprevidência atribuídas ao índio, ao negro e ao mestiço pela elite intelectual da época. Mantém, outrossim, um discurso contra a pretensa desigualdade das raças humanas. Já a ‘característica’

brasileira, apontada por Bonfim (s. d.), da falta de espírito de observação, refere-se à problemática da imitação das ideias, exaustivamente questionada pela elite intelectual brasileira durante a Semana da Arte Moderna, que ocorreu em 1922. No entanto, as teorias nas quais se baseavam tais pensadores já se encontravam em declínio na Europa, ainda que, em plena hegemonia no Brasil. Todavia, Ortiz (1994, p. 28) destaca que a importação da cultura europeia se dá de forma diversificada no país, pois ocorre de acordo com as necessidades brasileiras. A respeito disso é possível depreender que tanto a cultura, como as teorias européias influenciavam o pensamento dos intelectuais brasileiros, mas não eram copiadas, essas eram adequadas a sua realidade, eram reinterpretadas. Esse quadro nos faz compreender que, no final do século XIX, o intelectual brasileiro vive o dilema de definir a identidade nacional em meio a um tipo de economia que está falido, à Abolição, à imigração estrangeira em função da economia capitalista, etc. A configuração de tal quadro pode ser verificada abaixo:

A questão da raça é a linguagem através da qual se apreende a realidade social, ela reflete inclusive o impasse da construção de um Estado nacional que ainda não se consolidou. Nesse sentido, as teorias “importadas” têm uma função legitimadora e cognoscível da realidade. Por um lado elas justificam as condições reais de uma República que se implanta como nova forma de organização político-econômica, por outro lado possibilitam o conhecimento nacional projetando para o futuro a construção de um Estado brasileiro (ORTIZ, 1994, p. 30 – 31).

Segundo o autor, os pensadores desse período reproduzem, em seus discursos, as contradições reais da sociedade da época. Eles encontram na inferioridade racial a explicação de o porquê do atraso brasileiro, mas chegam à conclusão, também, de que a noção de *mestiçagem* aponta para a formação de uma possível unidade nacional. Manuel Bonfim (s. d.), no entanto, opõe-se a essas teorias racistas. As teorias deste historiador são mais condizentes com a Revolução de 30²⁴ - que traz a evolução à economia e à sociedade brasileira. Pois a sua visão ‘renovadora’, a despeito do ‘atraso’ proposto por Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, corresponde ao momento da mobilização nacionalista que compõem o ideal desse movimento.

²⁴ Golpe de Estado liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que depôs o presidente da república Washington Luís e impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs fim à República Velha, dado o Estado de corrupção em que se encontrava o Brasil.

2.4 A igualdade das raças e a construção do 'ser nacional'

A partir da Segunda Guerra Mundial são realizados inúmeros esforços para a construção de uma consciência nacional e de uma sociedade, como exemplo disso, temos a “Propaganda Nativista” de 1919, que inclui em seu programa o princípio da igualdade das raças. Ortiz (1994) esclarece que ao observar as relações entre cultura e Estado fica mais fácil compreender como o elemento mestiço, até então considerado o produto do cruzamento do branco com uma raça inferior (negro e/ou índio), passa a ser tratado como categoria que apreende a própria identidade nacional, com a qual se busca, simbolicamente, constituir o 'ser nacional'. No trecho que segue, ele apresenta a frustrada investida romântica pela mudança de perspectiva em relação à concepção do 'ser' brasileiro e à própria constituição da identidade nacional, e aponta, além do mais, o porquê desta tentativa ser frustrada, ou seja, explicita que esse movimento estrutura a formação nacional sobre o índio, idealizado, e sobre o branco, ficando o negro isento desta participação:

O movimento romântico tentou construir um modelo de Ser nacional, no entanto, faltaram-lhe condições sociais que lhe possibilitassem discutir de forma mais abrangente a problemática proposta. Por exemplo, o *Guarani*, que é um romance que tenta desvendar os fundamentos da brasilidade, é um livro restrito. Ao se ocupar da fusão do índio (idealizado) com o branco, ele deixa de lado o negro, naquele momento identificado à força de trabalho, mas até então destituído de qualquer realidade de cidadania (ORTIZ, 1994, p. 37).

Outro movimento em busca da identidade do brasileiro se dá com os folcloristas, dessa forma, os estudos sobre o folclore tentam desvendar a questão da identidade do brasileiro seguindo uma direção oposta à do romantismo. Entretanto, até a década de 70 o negro continua ausente inclusive dessas análises. Para Ortiz (1994), essa ausência inviabiliza o pensamento do Brasil como um todo, de modo que, a respeito dos fatores responsáveis por essa lacuna conclui: “A abolição coloca limites epistemológicos para o desenvolvimento pleno da atividade intelectual. Somente com o movimento abolicionista e as transformações profundas por que passa a sociedade é que o negro é integrado às preocupações nacionais” (ORTIZ, 1994, p. 37 a 38).

A partir dessa profunda mudança na organização econômica e social que se dá com a Abolição da Escravatura, passa-se a afirmar que o brasileiro é o produto

da mestiçagem das raças branca, negra e índia. A partir desse momento, a sociedade brasileira passa da economia escravista para a capitalista, da organização monárquica para a republicana, e, conseqüentemente, por um momento de transição, de reorganização em que busca resolver o problema da mão-de-obra com a imigração de populações europeias, como com os grupos de alemães e italianos, por exemplo, que compõem as colônias de imigração.

Até então, as qualidades que determinavam a racionalidade do espírito capitalista eram aquelas atribuídas à raça branca, excluindo tais qualidades do mestiço. Esse pensamento, que está associado àquele apresentado pelos intelectuais do século XIX, nega as possibilidades do real desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A despeito disso, a partir das primeiras décadas do século XX, aceleram-se a urbanização e a industrialização, neste dado momento as teorias raciais já não respondem mais às necessidades de tal quadro. Segundo Ortiz (1994, p. 40), “a realidade social impunha outro tipo de interpretação do Brasil” e “o trabalho de Gilberto Freyre vem atender a esta “demanda social””.

Um dos grandes pensadores da constituição brasileira, Gilberto Freyre, retoma a temática racial como objeto de estudo para a compreensão do Brasil. Entretanto, volta-se ao culturalismo de Boas²⁵, tratando o conceito de raça do ponto de vista cultural. Segundo Ortiz (1994, p. 41), em *Casa Grande e Senzala*, tal autor transforma em “positividade” a “negatividade” atribuída ao mestiço e, segundo Fiorin (2008, p. 28), nesse clássico, “considera-se eufórica a mistura”, “exaltando o enriquecimento cultural e a ausência de fronteiras de nossa cultura”. Mas para se compreender tal mudança de perspectiva, deve-se considerar que existiam condições sociais para isso, pois, passado o período de transição, já estavam mais claros os rumos para o desenvolvimento e também um novo Estado procurava orientar as mudanças.

A partir do marco estabelecido por Freyre, a ideologia da mestiçagem é reelaborada e busca-se a liberdade das teorias raciais da passagem do século XIX ao XX. Ela se difunde socialmente, a ponto de se tornar senso comum e de ser celebrada através das ações do cotidiano ou nos grandes eventos, como no carnaval, em que o mestiço é tomado como tema de samba-enredo, por exemplo.

²⁵ Franz Boas (1858-1942), antropólogo alemão, considerado o fundador da “antropologia cultural” - Escola etnológica surgida nos Estados Unidos que estuda as relações entre a cultura e a personalidade básica do indivíduo.

Consideramos relevante para nosso trabalho a interpretação de Ortiz (1994), quem observa que antes tudo que era relacionado ao mestiço era considerado ruim, mas que a partir da publicação desse ‘clássico’ se opera uma mudança de pensamento, o mestiço passa a identificar o que é nacional. Conforme coloca Fiorin (2008, p. 29): “Lembremos a beleza e a sensualidade da mulata, a mistura, que poderíamos exemplificar com Rita Baiana (...)”²⁶. Desta forma, a mestiçagem ganha uma conotação valorativa e passa a representar um aspecto da identidade do brasileiro. A respeito disso, Ortiz salienta que:

O livro possibilita a afirmação inequívoca de um povo que se debatia ainda com as ambigüidades de sua própria definição. Ele se transforma em unicidade nacional. Ao retratar a problemática da cultura brasileira, Gilberto Freyre oferece ao brasileiro uma carteira de identidade. A ambigüidade da identidade do Ser nacional forjada pelos intelectuais do século XIX não podia resistir mais tempo. Ela havia se tornado incompatível com o processo de desenvolvimento econômico e social do país.” (ORTIZ, 1994, p. 42)

Com o estímulo dessa nova perspectiva, a partir dos anos 30, busca-se transformar o conceito de homem brasileiro. Assim, qualidades como preguiça e indolência, consideradas como inerentes ao mestiço, aos poucos vão sendo abandonadas. Por outro lado, passa a ser valorizada a ideologia do trabalho, essa perspectiva é que vai constituir a base das ações do Estado Novo. Pela consolidação dessa nova ideologia, o governo de Getúlio Vargas, por exemplo, combate à música da malandragem como uma das medidas adotadas para estimular o trabalho como valor fundamental da sociedade brasileira. Nesse período se busca uma profunda transformação cultural, bem como preparar os brasileiros para a um Brasil moderno.

Esse trabalho ideológico é possível graças à concretização da concepção do país como fruto da miscigenação das três raças, que se deu com *Casa Grande e Senzala*, porque a partir das colocações postuladas por Freyre, em 1943, indivíduos de todas as classes sociais e de diferentes grupos de cor puderam interpretar as relações que vivenciavam. Exemplo disso é o samba, antes tomado como manifestação própria dos grupos negros, ganha o título de nacional, os brasileiros passam a apontá-lo como elemento identificador de sua cultura, em contrapartida, diversas manifestações culturais, próprias desses grupos, já vêm marcadas pela

²⁶ Personagem de *O cortiço*, de Aluisio Azevedo.

brasilidade. Essa é a concepção que se criou para a cultura brasileira, a cultura da mistura²⁷, que, segundo Fiorin (2008), favorece o comércio cultural.

2.5 Cultura brasileira: identidade e consumo

Após o conceito de *cultura* ocupar o espaço do de *raça* nas produções da inteligência brasileira (durante os anos 30, na 'era Vargas'), esse vem a sofrer uma reformulação durante os anos 50. Nas produções intelectuais da época, cultura seria algo a se realizar, uma ficção visualizada para o futuro, era considerada, por conseguinte, como um elemento de transformação sócio-econômica, tornando-se, assim, fundamental a elaboração de um projeto social, visando o desenvolvimento do país.

Mas essas oscilações a respeito da compreensão do que, afinal, é cultura não se restringem à realidade brasileira, tampouco há uma determinação simplista de qual seja seu significado. No entanto, Dourado e Poshar traçam uma linha de evolução histórica do termo. Segundo as autoras:

De origem latina, a palavra cultura esteve, até o século XVI, atrelada ao cultivo da terra. Já da 2ª metade do século XVI em diante, o termo assumiu sentido figurado, significando cultivo do espírito e desenvolvimento da mente. No século XVIII, Johann G. Von Herder (1744-1803) observando a diversidade das línguas, a pluralidade das culturas, as características particulares dos diferentes povos, nações e períodos, empregou o termo cultura no sentido de cultivo, melhoramento e enobrecimento das qualidades físicas e intelectuais de uma pessoa ou de um povo (DOURADO e POSHAR, 2010, p. 35).

Aproximamos a elaboração desse tal projeto de desenvolvimento do Brasil a essa concepção de cultura do século XVIII, ou seja, tomada no sentido de melhoramento e enobrecimento das qualidades físicas e intelectuais do indivíduo. Sobretudo, porque um novo elemento ganha destaque na história brasileira, seja ele o povo. Conforme vimos no item 2.2, com Orlandi (1997), o povo, a partir desse

²⁷ Para Fiorin (2008), há dois tipos fundamentais de cultura: de exclusão e de participação, o primeiro é o da triagem e o segundo o da mistura. Entretanto, ao analisá-los, constata que eles se entrecruzam. Pois mesmo no discurso anti-racista da mistura do negro, do índio e do branco pensava-se na aproximação do branco, ou seja, numa política de branqueamento, como a da imigração europeia, financiada pelo governo brasileiro. Conclui, desta forma, que: "Quando vemos as relações entre as línguas naturais dentro do espaço cultura brasileiro, devemos dizer que nossa cultura operou muito mais com o princípio da triagem do que com o da mistura" (FIORIN, 2008, p. 31).

período²⁸, é um produto do ideal positivista, é o elemento da sociedade brasileira que não tem capacidade para governar, por isso precisa ser governado. Esse passa a ser considerado por intelectuais, em fins dos anos 50, como ente político, maduro, dotado de discernimento e vontade própria, como principal ator do processo político. Isso significa dizer que o povo tem seu direito de cidadão de escolher, através do voto, alguém para governá-lo, para ser o Chefe de Estado.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek é apontada a obrigatoriedade do desenvolvimento, sob a ideologia do positivismo. Para tanto, o país aposta em medidas práticas, como a racionalização, a formação tecnológica, a maximização do ritmo de crescimento, que passariam por uma planificação visando à eficácia das ações. No entanto, os trabalhos nessa área sofrem a influência da ação revolucionário-reformista durante os anos 60, momento em que a ideologia nacionalista transpassava toda a sociedade e se consolidava, unindo diferentes grupos e classes sociais. De acordo com as colocações de Ortiz (1994), nesse contexto, a luta antiimperialista é temática recorrente nas manifestações estudantis da época. Além disso, a cultura popular tem caráter eminentemente nacional e mesmo nacionalista.

Dessa forma, as produções culturais estimuladas por esse pensamento compõem uma política nacional que tem por objetivo fazer frente à cultura estrangeira, num movimento de reafirmação da identidade nacional, como por exemplo, com as reivindicações do cinema novo pela implantação de uma indústria cinematográfica nacional. No entanto, trata-se de uma visão de cultura que extrapola a noção de cultura do século XVIII, exposta acima, pois, segundo Dourado e Poshar (2010, p. 35), “Wilhelm von Humboldt (1767-1835), por outro lado, ampliou a noção de cultura ao sugerir que todas as línguas possuíam uma *visão de mundo*”. Esse conceito de cultura está na origem do pensamento que, no final do século XVIII, início do século XIX, é difundido por historiadores e filósofos alemães baseados no Iluminismo. Sendo assim, torna-se o conceito clássico de cultura, “que entendia cultura como a soma de saberes acumulados e transmitidos pela humanidade” (DOURADO e POSHAR, 2010, p. 36).

Nesse sentido, ao fazer frente à cultura estrangeira, dá-se o reconhecimento de que a cultura brasileira diferencia-se daquela, de tal forma, é única e traduz o

²⁸ De acordo com Orlandi (1997, p. 43), “O modo de existência de suas idéias ‘se estende consideravelmente, ainda que de maneira latente”.

modo do brasileiro interagir no mundo. E, a partir dessas movimentações iniciadas nesse período, o Estado estabelece uma política cultural de nível nacional de valorização da cultura local. É quando surgem organizações como a FUNARTE (Fundação Nacional de Artes) e como a TV Globo, que passam a atuar como administradores culturais. A partir de então, o problema do nacionalismo que enfrentava o da alienação, como nos anos 60, perde o sentido (ORTIZ, 1994).

No entanto, toda a manifestação popular passa a ser inserida em um espaço de subordinação, imposto a partir do alto. Surge nesse entremeio um novo campo da cultura onde as formas de dominação tomam configurações distintas, em que o Estado estabelece, para diferentes órgãos administrativos, uma divisão de tarefas relacionadas à economia e à cultura. Assim: “O nacionalismo das novas produções brasileiras, das manifestações folclóricas, do turismo é neste sentido puramente simbólico, mas ele recupera uma identidade nacional que se encontra harmoniosamente fixada no nível do imaginário” (ORTIZ, 1994, p. 78).

Segundo Ortiz (1994), para se pensar como se estrutura o campo da cultura nos anos 90, é necessário levar em consideração a atuação do Estado brasileiro. Ele considera o ano de 64 um marco na história do Brasil, e coloca que, além do sentido político, o golpe militar abarca mudanças econômicas que orientam o país em direção ao capitalismo. Como não poderia ser diferente, as relações entre cultura e Estado são alteradas, as técnicas de planejamento inicialmente aplicadas na economia expandem-se a outras esferas governamentais. Dessa forma, essas transformações, que atingem toda a sociedade brasileira, chegam também ao domínio cultural.

Já o ano de 1975 marca um período de euforia graças ao que ficou conhecido na história brasileira como o ‘milagre econômico’²⁹. Ortiz (1994) destaca que a área da cultura é beneficiada com incentivo financeiro e com novos empreendimentos, como, por exemplo, com a política de turismo, que causa um impacto importante no processo de mercantilização da cultura popular. O Estado autoritário³⁰ do período deixa às empresas privadas a administração de massa e investe, sobretudo, no teatro, no cinema, no livro didático, nas artes e no folclore. Esse tratamento privilegia a cultura do “visível”, ou seja, aquela que já na segunda metade do século XVI

²⁹ O ‘milagre econômico brasileiro’ corresponde ao período de excepcional crescimento econômico ocorrido durante a ditadura militar, especialmente no governo Médici (1969 e 1973).

³⁰ Característico do governo de Regime Militar, que no Brasil se deu de 1964 a 1985.

referia a elementos como artes, ciências e letras. Segundo Dourado e Poshar (2010, p. 33), essa é “uma concepção que põe em evidência a maneira como um grupo social representa sua produção material, seja ela, arte, literatura, arquitetura ou artefatos da vida diária, e que Kramsch define como **C**ultura com **C** maiúsculo”.

Embora se tenha um conceito clássico para cultura, essas autoras destacam que na época de sua elaboração já existiam outras definições concorrentes a ele. Pois:

Ainda no mesmo século XVIII, o termo cultura ganhou outros significados passando a designar também os traços próprios de uma comunidade além do desenvolvimento intelectual do indivíduo. Dessa forma, o conceito de cultura foi expandido, passando a envolver não apenas a parcela de produção intelectual cultivada no homem, mas também, todo o comportamento aprendido ou adquirido pelo homem em sociedade. (DOURADO e POSHAR, 2010, p. 36-37).

A cultura brasileira é observada à luz dessa concepção e considerada, então, sob a noção de heterogeneidade. Ela é compreendida como plural e variada e se funda, assim, sob o aspecto da diversidade. “Os elementos branco, negro e índio apontam neste sentido para uma dimensão que desde a obra de Gilberto Freyre vinha sendo colocada como pluralidade étnica, cultural e física. Brasil: pluralidade de culturas, diversidade de regiões.” (ORTIZ, 1994, p. 92 a 93).

Observamos que a divisão regional aparece nesse discurso. A região é, assim, significada como uma das partes que contribui com sua diversidade para constituir a unidade nacional. Portanto, “O elemento da mestiçagem contém justamente os traços que naturalmente definem a identidade brasileira: unidade na diversidade.” (ORTIZ, 1994, p. 93). Essa concepção reúne a variedade das culturas na unidade nacional.

Esse plano cultural propõe levar a todos o benefício da cultura, como, por exemplo, estimulando a indústria cinematográfica. No entanto, tal indústria reformula a categoria de *popular*, que passa a significar consumo. Sendo assim, a cultura da identidade nacional é aquela vinculada a valores culturais que identificam o povo brasileiro. Sobre a ação do Estado, Ortiz (1994) assegura que:

O Estado manipula a categoria de memória nacional no interior de um quadro de racionalização da sociedade. Esta memória lhe possibilita, por um lado, estabelecer uma ponte entre o presente e o passado, o que o legitima na história de um Brasil sem rupturas e violência. Por outro, ela se

impõe como memória coletiva, isto é, como mito unificador do Ser e da sociedade brasileira. (ORTIZ, 1994, p. 124).

Segundo o autor, no interior desse pensamento, as indústrias culturais fazem uma associação do conceito de *democracia* à perspectiva mercadológica. Para elas, a noção de cultura de massa pressupõe a ideia de democracia. Sendo assim, o Estado e as indústrias culturais despolitizam a questão da cultura, pois as relações sociais são apreendidas como expressão popular. Ainda segundo ele, tal ideologia é seguida por instituições como TV Globo, Abril Cultural e, inclusive, por multinacionais, que no interior do mercado brasileiro retomam as categorias de nacional e de popular. Dessa forma, sob o financiamento do Estado, as relações de poder são difundidas por essa cultura e assimiladas através do consumo desses bens culturais.

A *democracia* passa, dessa forma, a constituir a essência da brasilidade, o que, para Ortiz (1994), significa reconhecer a efetiva existência de uma verdadeira cultura brasileira, espontânea, sincrética e plural. Sua essência definiria a realidade de uma identidade nacional que se realizaria no 'ser' do homem brasileiro: democrata por formação e espírito cristão, amante da liberdade e da autonomia. A *cultura brasileira* é vista, então, dentro desta perspectiva, como o conjunto de valores espirituais e materiais acumulados através do tempo: ela é um patrimônio e deve ser preservada. De modo

(...) que essa forma de conceber a língua abarca o que Garcez chama de cultura invisível, i.e., forma de ver, ser, agir e pensar o mundo, a qual se constrói nas e pelas práticas discursivas, sendo, portanto, constitutiva da língua e vice-versa. (DOURADO e POSHAR, 2010, p. 34).

Além disso, postula-se que a cultura que deve ser levada para cada um é aquela das tradições do Brasil. Portanto, permanece a definição da *identidade nacional* como democrática e plural. Nesse contexto, há também a questão da *cultura* versus o *desenvolvimento*. Propõe-se, então, que a cultura seria um complemento ao desenvolvimento tecnológico. Entretanto, ao colocar a cultura como elemento complementar do desenvolvimento, ela passa a ser subordinada a outras áreas de interesse do Estado, em particular à economia.

A ideologia da mestiçagem, que ainda possibilitava a definição da memória nacional e de uma origem para o homem brasileiro é absorvida pelos novos

pensamentos, mas os dilemas estruturais se impõem a um Estado que se moderniza. O Estado aposta nos administradores, intelectuais jovens e de carreira promissora, capazes de lhe oferecer a ideologia da modernidade e lhe possibilitar ações efetivas no terreno cultura, que estivessem de acordo com as perspectivas de desenvolvimento econômico.

Na esteira desse movimento é focalizado o público, e o seu consumo dos produtos culturais transforma-se em índice de avaliação da própria política cultural. A partir da observação dessa perspectiva, Ortiz (1994) considera que o acesso à cultura se apresenta, pois, como argumento ideológico essencial, considerando-se que ele define o grau de democratização da própria sociedade brasileira. Bem como que a exploração da cultura passa a ser vista como negócio rentável e até como fonte de lucro. Esse autor relata que a política cultural inicia, então, a exploração de patrimônios históricos como bens rentáveis, como por exemplo, fazendo de imóveis tombados locais de visitação turística. Surge daí a integração da política de cultura a uma política de turismo, como meio de equilibrar os investimentos na cultura com o consumo lucrativo dos bens culturais.

Observamos, assim, que os profissionais a serviço do Estado brasileiro deixam de ter uma visão estanque do que é cultura, ou seja, aquela que somente representa as artes, a ciência e as letras brasileiras, mas passa a fazer parte de sua concepção “a cultura invisível, denominada por cultura com c minúsculo por Kramsch” (DOURADO e POSHAR, 2010, p. 34). Haja vista que costumes, práticas e crenças do povo passam a integrar as políticas de Estado, não somente as culturais. Este é o conceito para *cultura* que assumimos em nosso trabalho, também é o que encontramos nas referências à cultura no CELPE-Bras, conforme o item que segue.

2.6 O funcionamento do ‘discurso sobre a brasilidade’ no CELPE-Bras

Leandro Diniz (2010), em *Mercado de Línguas*, tem como objeto de estudo o CELPE-Bras, mais propriamente as capas do seu Manual do Candidato. Assim, além de considerar o contexto sócio-histórico em que está inserido o exame, apoiando-se nas imagens do mapa-mundi, do continente americano e do Brasil, bem como nas cores e na disposição em que são representados, ele conclui que “elementos do **discurso fundador** funcionam como referência no imaginário

constitutivo do Brasil também quando o espaço de enunciação do português brasileiro é ampliado” (DINIZ, 2005, p. 2).

Para se chegar ao conceito de ‘discurso fundador’, tomado por ele, faz-se necessário um percurso teórico que passa por Pêcheux e Orlandi. Segundo Pêcheux (1990, p. 17), em toda comunidade há inúmeros rituais, como batizados, enterros, aulas em escolas, etc. Entretanto, o que focalizamos aqui é que esse pensador chama atenção para a realidade de que “não há um ritual sem falha”. De tal forma, nessa ‘ruptura’ que esse se quebra, com o lapso ou com o ato falho, é que “o frágil questionamento de uma ordem” pode “romper o círculo da repetição”. Assim, é no ato falho ou no lapso que acontece em um ritual que surge o novo, a ‘ruptura’ entre o que era e o que virá a ser, surge então uma nova tradição de sentidos. Orlandi (1993) encontra aportes em tal noção pecheutiana para pensar a noção de ‘discurso fundador’: um discurso que irrompe entre as falhas de algum ritual e instaura outra “tradição” de sentidos. Assim, “ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra” (ORLANDI, 1993, p. 13). Corroboram para o entendimento desse conceito as palavras de Paim, pois, segundo ela:

A característica do discurso fundador é criar sentidos onde outros já existem, instituir uma memória outra, uma outra história. Pelo fato de não existir rituais sem falhas esse discurso aproveita fragmentos do já dito para instalar o novo. (PAIM, 2009, p. 234).

Segundo Orlandi (1998), o ‘discurso fundador’ contribui em grande medida para a formação do imaginário de um país, e acaba influenciando na formação da memória nacional. Refletindo acerca da instauração do ‘discurso fundador’, ela conclui que ele se dá a partir do sem-sentido, ou seja, quando é preciso explicar o novo, busca-se na tradição de sentidos, na memória, algo que dê sentido àquilo que deve ser explicado. Considera, portanto, que o ‘discurso fundador’ constitui ‘lugares de memória’. Então, ao fundar um discurso, instaura-se ‘memória’, o desconhecido passa a ser conhecido por sua identificação a algo que lhe é familiar.

Observamos que para o desenvolvimento de nossa pesquisa nos é imperativo compreender a noção de ‘memória’. E é Pêcheux (1999, p. 50) quem nos dá o direcionamento do que pode ser: “Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da

memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador.”

É pertinente considerar, assim, o caso do Brasil, pois quando os portugueses chegaram aqui encontraram um mundo de coisas que não conheciam. Dessa maneira, precisaram recorrer ao que conheciam para atribuir sentido àquilo que encontraram. Tratava-se, portanto, da apreensão dos acontecimentos, através dos “Efeitos de sentido que dependiam do reconhecível, capaz de desencadear um processo de interpretação”, pois, segundo Paim (2009, p. 144), “O novo, por sua vez, desestabiliza, movimentando os sentidos, funda um lugar para a diferença. Esse é um movimento necessário à constituição do discurso e do sentido que contém em si o mesmo e o diferente”.

De tal forma, alguns discursos históricos marcaram, não só a história brasileira, como também, o ‘ser’ brasileiro, pois esses ‘discursos fundadores’ criaram uma tradição de sentidos, e a partir dela estabeleceram um passado incontestável, que por sua vez influencia o dia-a-dia dos brasileiros (ORLANDI, 1993). Um dos mais célebres ‘discursos fundadores’ é reconhecido nas palavras de Pero Vaz de Caminha – escrivão de bordo que acompanhou Pedro Álvares Cabral – quando se deu o descobrimento do Brasil: “em se plantando tudo dá”. Visto que, a primeira versão é a seguinte:

Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d’agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! (CAMINHA, [1500] 2010).³¹

A respeito de sua perpetuação na memória nacional, Orlandi (1998) considera que o que faz o discurso ser propagado como sentido dado é a ‘imagem enunciativa’ que se constrói sobre ele. A autora entende que ‘imagem enunciativa’ vem a ser a versão mantida, que gera uma identidade histórica, legitimada e institucionalizada. E, além disso, que a passagem do sem-sentido ao sentido se dá através do simbólico, pois nele não atua a razão, mas o inconsciente. O gesto de atribuir sentido é um modo de identificação que retorna sobre aquele que atribui, é uma forma de identificar-se no mundo. A respeito da atribuição de sentidos, Paim (2009,

³¹ Carta a El Rei D. Manuel, disponível em: <http://www.studioamerica.com.br/500/carta.htm>

p. 230) coloca que: “Sentidos podem ser fundados lá onde outros estão instalados, atualiza-se a propriedade que reside na criação de uma nova tradição, ressignifica-se o que veio antes e institui uma memória outra”.

Ao analisar o *Diálogo sobre a Conversão Gentio* (escrito em 1558 ou 1557, pelo Padre Manoel da Nóbrega), tido como o ‘discurso fundador’ da literatura brasileira, Orlandi (1998) considera que ele construiu uma fundação interpretativa da brasilidade. Assim, pelo gesto de interpretação, essa obra é entendida dentro do ‘espírito brasileiro’ (ORLANDI, 1998, p. 134) – esse, por sua vez, é o resultado da ordem de sentido, isto é, dos efeitos do jogo de língua inscritos na materialidade da história. De tal forma, Orlandi coloca que:

(...) à nos yeux, le rôle plus important de ce texte n’est pas de fonder la littérature brésilienne – cela restant une question propre au littéraire – mais le fait qu’il atteste para la matérialité de son écriture une brésilienneté naissante. Et cela, le discours l’accomplit par sa matérialité même, c’est-à-dire non pas par un contenu nouveau, imaginé par l’auteur, mais par la création d’un site de signification nouvelle, qui instaure, comme que nous venons de le décrire, le travail d’un autre discours dans le discours” (ORLANDI, 1998, p. 142)³².

Tal análise é realizada em *Les discours fondateurs de la brésilienneté*, e, a partir dela, essa autora constata que nessa região de sentido se fundou um discurso negativo sobre o que significa ser brasileiro. Assim, inconstância e irresponsabilidade foram qualidades atribuídas, precipitadamente, aos brasileiros, pois graças a equívocos interpretativos, os brasileiros passaram a ser reconhecidos por características, como preguiça, mentira, ociosidade confiança excessiva no futuro e por hábitos muito ruins. Portanto, esses foram atributos fixados como sendo naturais do brasileiro.

Para Paim (2009, p. 230), “O sentido de brasilidade foi constituído a partir de uma radical experiência de ruptura: o homem novo, o sujeito renascentista promete a si mesmo um mundo totalmente outro”. A partir das considerações de Orlandi e Paim, compreendemos, então, por ‘discurso fundador da brasilidade’ aqueles enunciados, ou melhor, aquelas ‘imagens enunciativas’ (ORLANDI, 1998) sempre

³² “(...) a nosso ver, o papel mais importante deste texto não é encontrado na literatura brasileira - este continua a ser um problema específico para as obras literárias - mas o fato de que atesta a materialidade de sua escrita uma brasilidade nascente. E esse discurso realizado em sua materialidade, isto é, não com novos conteúdos, criado pelo autor, mas criando um lugar de significação novo, que instaure, como já descrito, um outro discurso no discurso” (ORLANDI, 1998, p. 142).

reivindicadas quando se busca identificar ou definir o brasileiro, seja em sua caracterização ou em seu modo de ser. Conforme a exposição acima, esse discurso remonta a uma tradição de memória particular, que estabelece um direcionamento para o gesto interpretativo a partir de um passado, por ela dado como inequívoco. Conseqüentemente nos acostumamos a sermos definidos pelos outros, parafraseando Paim (2009); naturalizamos os sentidos que historicamente nos foram outorgados, sentidos esses, que, a princípio, constituíam uma forma de tomar posse das terras ‘descobertas’ e de tudo o que havia nela, inclusive do outro (nós)³³.

Em nossa história, temos diferentes momentos em que esse ‘discurso fundador’ é rememorado e re-significado. Um deles se dá com aquilo que Ortiz (1994) chamou de ‘documento de identidade do Brasil’, ou seja, com o livro *Casa Grande e Senzala*, em que Holanda reformula a composição resultante da miscigenação do branco, do índio e do negro. O Brasil continua a ser visto como um país rico, graças a todas as qualidades naturais que possui, mas a visão sobre sua gente, que trabalha para que ele seja cada vez melhor, é, assim, re-significada. A partir dessa obra de Holanda, o negro passa a integrar a brasilidade, passa a compor, também, a imagem do ‘ser’ brasileiro. A cultura trazida pelo negro passa a servir como identificador nacional.

Novamente o ‘discurso fundador’ é ‘rememorado’ e re-significado durante o Brasil Império, quando o país é considerado em sua imersão na América Latina. Nesse contexto, em que passa a figurar em relações internacionais, o Brasil é caracterizado como um país pacífico, que passa a imagem de amistoso através da diplomacia, em vez de tentar impor sua superioridade. Ainda, conforme refere Holanda (1997), prefere usar o diálogo que a força, conforme exposto no item 2.2, deste capítulo.

Verificamos, então, nesses três momentos em que ocorreu ruptura e em que se (re)escreveu a história do Brasil, que houve uma (re)interpretação do ‘discurso sobre a brasilidade’, de tal forma que, à imagem do Brasil vêm sendo agregados novos sentidos. E ainda hoje o país é visto como rico, graças aos seus bens naturais e aos valores de sua gente, mas a partir desse momento sócio-histórico, passa-se a vislumbrar sua projeção. Assim, a definição do ‘ser’ brasileiro, passa,

³³ A Carta de Caminha, por exemplo, é um “discurso fundador”, que apresenta ao mundo, um novo mundo. “Este é um momento singular: o discurso sobre a invenção de um novo mundo e de um novo homem” (PAIM, 2009, p. 230).

obrigatoriamente, por essa memória, a tradição de sentidos instaurada com o ‘discurso fundador da brasilidade’ é, nesse sentido, constitutiva da memória nacional.

Trazemos o embasamento teórico acima, além do percurso histórico brasileiro que compõem este Capítulo, para afirmar que o CELPE-Bras ‘rememora’ o ‘discurso sobre a brasilidade’ e que o funcionamento dessa ‘memória’ se dá através de marcas que retomam esse discurso. Tais marcas podem ser observadas, no mesmo, através da presença recorrente das cores que representam o Brasil, de símbolos nacionais, como também nas palavras e expressões que fazem referência à natureza, à cultura, à gente brasileira, etc.

Assim, destacamos sua composição, por áudios, vídeos e textos que, não raramente, reproduzem a tradicional ideia da fartura no país, do Brasil como um território rico em reservas naturais, de terra fértil, capaz de produzir tudo o que nele for plantado, etc. Através de enunciados (como os que se referem ao “feijão com arroz” e à “cachaça”, que serão analisados no Capítulo IV), nomeações, ou mesmo designações, o CELPE-Bras rememora o sentido sobre a brasilidade presente na carta que informa a descoberta do Brasil ao rei de Portugal, escrita por Caminha. Nele, também há uma tentativa de ‘rememorar’ o ‘ser’ brasileiro e o lugar em que esse homem vive, os costumes que fazem parte da sua cultura e a língua que insurge neste ambiente político e social.

Esse exame atualiza a ‘memória’ que se tem do Brasil ao remeter às suas características culturais e/ou naturais, como sua cozinha ou sua fauna e flora. Para tratar do CELPE-Bras, trazemos as expressões de Guimarães (2006), pois consideramos que ao atualizá-la, o exame ‘rediz’ essa ‘memória’, provoca a movimentação dos sentidos, fazendo-a ‘significar algo diferente’. Entre essas marcas, observamos a remissão à Bandeira Nacional, como na composição de seu logotipo. Conforme imagem abaixo, que representa um detalhe da capa do exame:



Figura III: Manual do Candidato – CELPE-Bras (BRASIL, 2010a).

A imagem acima remete à Bandeira do Brasil, pelas cores, formas e disposição de elementos, mas não reproduz esse símbolo. Assim, ‘reescritura’ (GUIMARÃES, 2002b) esse símbolo nacional capaz de provocar determinados sentimentos no povo brasileiro, como o orgulho e como a sensação de pertencimento ao que é nacional (ORLANDI, 1997). Esse quadro ‘reescritura’ o próprio ‘discurso de brasilidade’ – que seria “uma complexa região de sentidos que configura um processo de identificação para a cultura, língua e povo brasileiros” (DINIZ, 2005, p. 2). As relações que visualizamos entre a temática do exame, os materiais empregados nele, a observação do quadro acima, etc., e o ‘discurso sobre a brasilidade’ estão de acordo com o que Diniz (2008) chamou de “eco do discurso de brasilidade”, que ressoa constantemente na composição do exame.

Verifica-se, assim, o funcionamento de uma política a serviço do Estado³⁴, que projeta a língua para o exterior. A partir da utilização desses símbolos que remetem à brasilidade, difunde sua língua, mas, sobretudo, acaba por gerar efeitos de sentido sobre o Brasil e sobre a brasilidade. O exame dá a certificação de língua portuguesa, mas as imagens que funcionam nele trazem um sentido em si, ela indica que se trata do português brasileiro. A língua passa a ser um produto a serviço do Estado.

Compreendemos, dessa forma, que, através desse instrumento, compõe-se uma política linguística que permite ao português brasileiro enunciar-se em um novo espaço e aí estabelecer nova significação. Para isso, evoca a ‘memória identitária do povo brasileiro’ (GUIMARÃES, 1993). Nesse ínterim, o ‘gesto fundacional do discurso sobre a brasilidade’ (ORLANDI, 1993) é ‘rememorado’ pelas imagens que remetem a peculiaridades brasileiras.

E essa imagem rememorada é difundida no exterior, dada a grande circulação do exame. Segundo Zoppi-Fontana (2007 e 2010), o CELPE-Bras integra uma política de governo pela difusão do português como língua estrangeira, a qual ela chama de ‘política de transnacionalização do português brasileiro’. Essa ‘memória’, que é sobre/do povo brasileiro, passa a ser ‘transnacionalizada’ conjuntamente com

³⁴ Consideramos a responsabilidade do Estado brasileiro sobre todas as ações que dizem respeito ao CELPE-Bras, tendo em vista que, atualmente, o exame está vinculado ao INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira através do Ministério da Educação (MEC). Embora, conforme apresentamos anteriormente, o exame seja elaborado e reavaliado pela Comissão Permanente, formada por professores doutores em Linguística de universidades públicas brasileiras.

o exame que certifica o português brasileiro. E o imaginário sobre essa língua, sobre essa cultura, é levado a todos os países que possuem aplicação do CELPE-Bras.

2.7 Representações do Brasil através do ‘discurso sobre a brasilidade’ presente no CELPE-Bras

Segundo Bunge (2008), a decifração do mundo passa pelo movimento de interpretação. Trazemos, então, a interpretação para tratar da representação. Retomamos, inclusive, a noção de ‘imagem enunciativa’ proposta por Orlandi (1997) para abordar a questão da representação do Brasil e do brasileiro, pois a representação se dá com a busca da identidade, na imagem que construímos, fixa-se como uma ‘imagem enunciativa’. Buscamos construir, através da linguagem, um modo de nos relacionarmos com o mundo, isso resulta na representação que temos dele. Segundo Aurox (2008), as representações humanas constituem um dos objetos mais importantes da filosofia tradicional e sobre esses pensamentos foram desenvolvidas outras áreas, como a filosofia das ciências ou a história das mentalidades. Assim, sobre essa questão, coloca que:

Os seres vivos do tipo “animal” são caracterizados pela possibilidade de serem “afetados”, ou seja, de terem estados internos em função de suas relações com o ambiente. Dentre aquilo que os afeta, existem algumas impressões que possuem a propriedade de ser automaticamente relacionadas/relacionáveis aos objetos e aos sujeitos do mundo exterior, não simplesmente como causas, mas como algo que pode eventualmente valer em seu lugar (AUROUX, 2008, p. 125).

Atualmente os estudos envolvidos com a representação são dedicados à “análise da natureza e das funções dos *meios* externos das representações (línguas e linguagens, sistemas gráficos e, de forma geral, todos os sistemas simbólicos.)” (AUROUX, 2008, p. 125). Encontramos assim, respaldo na colocação desse autor para o que nos propomos fazer neste item: pensar o CELPE-Bras como um meio de circulação da língua portuguesa do Brasil e como a representação do Brasil se manifesta nele, por meio do ‘discurso sobre a brasilidade’. Sendo assim, voltamos para o que Aurox (2008, p. 125) chamou de “**externalidades cognitivas** (os livros, as bibliotecas, as calculadoras, etc.), que levam a ultrapassar as capacidades

por meio de instrumentos técnicos e significantes.” Isso significa dizer que nos voltamos para nosso instrumento, o CELPE-Bras.

Nele, observamos a brasilidade, que, segundo entendemos, retoma o mesmo, ainda que em outro tempo e de outra maneira, mas sempre retornando à origem, ao ‘discurso fundador’, o ‘discurso sobre a brasilidade’ (ORLANDI, 1993, 1998). Assim, a ruptura na identidade do brasileiro é o que lhe dá contornos mais precisos, pois graças a ela, a representação do brasileiro é, por vezes, questionada e reinterpretada. Mas sempre passa pela interpretação de discursos como o da carta enviada por Pero Vaz ao rei de Portugal, noticiando que as terras descobertas eram férteis e propensas a dar bons frutos (à coroa portuguesa) (PAIM, 2009). Posteriormente, a observação sobre a fertilidade se expande para as riquezas naturais (no imaginário sobre o Brasil), e os beneficiados com isso passam a ser, também, os brasileiros. Verificamos, portanto, a descontinuidade no ‘discurso sobre a brasilidade’ em busca da identidade do ‘ser’ brasileiro, ainda que a ‘ressementização’ desse discurso retorne, sempre, a sua origem, ao ‘discurso fundador’ do Brasil – ou seja, que se estabeleça a (des)continuidade.

Em nosso trabalho, são relevantes as marcas que constituem o sentido sobre a brasilidade e que representam o Brasil e o povo brasileiro, tais como as que vimos no item 2.6. Algumas delas são estabelecidas, por convenção, como símbolos oficiais, outras não, essas são representativas devido a algum tipo de relação que mantenham com o ‘ser’ brasileiro. Podemos exemplificar essa representatividade do que é oficial com o Hino e com a bandeira Nacional e, por outro lado, do que é ‘brasileiro’ com a sua música, como o samba. Mas, salvo as diferentes formas de se relacionar com esses símbolos, eles representam o que é nacional, guardam em si a propriedade de representar o pertencimento à nação brasileira (ORLANDI, 1997), constituem o imaginário de como é o Brasil e de quem é o ‘ser’ brasileiro.

Refletimos, então, sobre essas representações que constituem a brasilidade, que simbolizam o país, seus costumes, sua cultura, seu povo, no CELPE-Bras. Lima 2008 dedicou-se em sua tese a investigar as *Representações do Brasil em textos do exame CELPE-Bras*. Através de um questionário aplicado aos aprendizes de PLE, fez um levantamento de termos que remetem a imagens do Brasil. A partir das respostas, distribuiu os termos mencionados nos eixos temáticos, como: Meio ambiente: praias, florestas...; Carnaval: carnaval do Rio, folia...; ‘Espírito’ do povo: sorriso, alegria...; Rio de Janeiro: Corcovado, Pão de açúcar...; Futebol: futebol;

Música: bossa nova... ; Mulheres: bonitas...; Alimentos: açúcar...; Outras. Segundo ele:

(...) tínhamos a expectativa de que três imagens brasileiras estereotipadas – carnaval, futebol e mulheres bonitas – estivessem presentes em grande parte das respostas. O carnaval, pela grandiosidade dos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro; o futebol, pelos títulos mundiais conquistados pela Seleção Brasileira e pelos inúmeros jogadores famosos que são *exportados* para várias partes do mundo; as mulheres, pela beleza e pela exibição em trajes sumários, nas praias e no carnaval, mostradas em imagens da mídia e turismo. Além dessas três imagens, também esperávamos encontrar referências a outros clichês: a exuberância da natureza tropical e a cordialidade do povo (LIMA, 2008, p. 120). [grifo do autor]

Devemos considerar, no entanto, que representações como essas se tornaram objetos históricos (AUROUX, 2008). Assim, se observamos que tais símbolos se desdobram e se compõem em outros, compreendemos como as cores da bandeira, isoladas, significam nosso país, em época de Copa do Mundo e de Olimpíadas o verde e o amarelo são o Brasil no mundo, parafraseando Cocco (2009). Esse exemplo ilustra também as relações simbólicas que há entre eles, todos os desdobramentos dos símbolos oficiais representam, dentro do território, o patriotismo do ‘ser’ brasileiro, e dentro e fora dele, o país como uma unidade (ORLANDI, 1997).

Podemos direcionar essas considerações para o CELPE-Bras, que apresenta o Brasil ao estrangeiro explorando a rede de sentidos da brasilidade, por exemplo, da feijoada representando sua comida, do samba representando sua música, da praia representando suas belezas naturais, etc., sobretudo, essa rede de símbolos fixa no outro o que é o/do Brasil. Além disso, podemos pensar que o Certificado, ao explorar as características do Brasil – como as levantadas por Lima (2008), bem como seus atrativos, agrega valor à língua que veicula. Dada a presença do ‘discurso sobre a brasilidade’ nesse instrumento oficial, essa visão da brasilidade é institucionalizada.

Tendo em vista o caráter oficial desse exame, que legitima um discurso sobre a brasilidade e sobre o Brasil, nos parece importante recordar a noção de ‘interpretação’. Orlandi (2004, p. 84) diz que “interpretação é um gesto, ou seja, ela intervém no real do sentido”. Segundo a autora, a leitura permite esse ato simbólico, capaz de intervir no mundo. Relacionamos a essa consideração as palavras de Zen (2008, p. 31), para quem “Toda representação implica em um gesto de leitura”.

De acordo com a estrutura do instrumento em questão, pode-se localizar a figura do leitor no estrangeiro (público 'consumidor'), além de inferir que com a constituição desse exame se busque a 'antecipação' da leitura ('avaliação') do Brasil que será feita. Bem como, que a interpretação que se dará por parte do *candidato* é direcionada por esse instrumento. Por consequência, a circulação do 'discurso sobre a brasilidade' presente nesse exame interfere na constituição de sentidos sobre o Brasil, sobre o imaginário que se tem dele.

Por fim, consideramos que 'o discurso sobre a brasilidade' é produto de uma rede de sentidos mobilizados para representar o Brasil e para significá-lo. Isso nos leva a pensar que a brasilidade não está em um símbolo, por ventura, elevado à categoria de representante da brasilidade, mas um pouco em cada símbolo ou enunciado que a integra, que dá a ideia de pertencimento ou de que é originário do Brasil (ORLANDI, 1998). Assim, ao considerarmos uma das marcas de brasilidade, sempre, obrigatoriamente, retomaremos outras que compõem o mesmo quadro, que são, por conseguinte, responsáveis pela imagem do Brasil, por sua representação, dentro ou fora dos limites de seu território. Isso será passível de ser observado na análise que faremos no Capítulo IV, em que elementos, aparentemente desconexos, são relacionados em uma textualidade, e dado os seus diferentes recortes, vão definindo o Brasil e sua brasilidade a partir dos diferentes sentidos por eles rememorados.

3 O LUGAR DO CELPE-BRAS NA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL

Neste Capítulo nos dedicamos mais precisamente às questões linguísticas com as quais nosso trabalho mantém relações diretas. Para tanto, observamos o contexto da Linguística brasileira, para, a partir dela, compreendermos o porquê da elaboração e o como se dá o funcionamento do CELPE-Bras. Assim, desenvolvemos este Capítulo sob a perspectiva da História das Ideias Linguísticas, inicialmente, nos apoiamos em Auroux (1992) e em sua compreensão do processo de gramatização sob o qual se organizou a humanidade desde o surgimento da escrita. Interessa-nos, sobretudo, alguns resultados das pesquisas realizadas nessa área, como a periodização que Guimarães (1996) estabelece para o processo de gramatização do português no Brasil, dividindo-o em quatro fases. Na esteira dessas investigações, Zoppi-Fontana (2007) apresenta o quinto período de gramatização do português do/no Brasil, configurado pela instrumentalização brasileira, que através do CELPE-Bras legitima o português brasileiro para atingir espaços internacionais. Nesse sentido, devemos tomar esse exame não só como um instrumento de avaliação do português para estrangeiros, mas, sobretudo, como integrante dessa História, bem como, buscar compreender como o Estado o emprega em sua 'política linguística'.

3.1 Concepção e elaboração do CELPE-Bras

Conforme vimos no Capítulo I, as últimas décadas do século XX foram movimentadas pelo desenvolvimento de intercâmbios econômicos, científicos e culturais entre o Brasil e os mais diferentes países. O que impôs ao país a criação de meios legais para incentivar, estruturar e legitimar tais acordos. Isso, devido à língua portuguesa ocupar um lugar fundamental nas relações com falantes dos mais diversos países, mas, sobretudo, para responder à necessidade da validação de cursos e formações realizadas no Brasil. De modo que, como parâmetro para a

comprovação do domínio do português do Brasil, o Estado brasileiro elabora o CELPE-Bras.

Assim, esse instrumento surge em meio ao crescente número de eventos da língua portuguesa, de publicações sobre o português brasileiro e da preocupação com a construção de materiais didáticos próprios para o ensino de português para estrangeiros envolvidos por relações comerciais e ou científicas com o Brasil. Por esse tempo, organizaram-se também as associações focalizadas nas temáticas Lusófonas e/ ou luso-brasileiras. Todas essas questões contribuem imperativamente para a elaboração do exame do domínio da língua nacional (JÚDICE, 2005b).

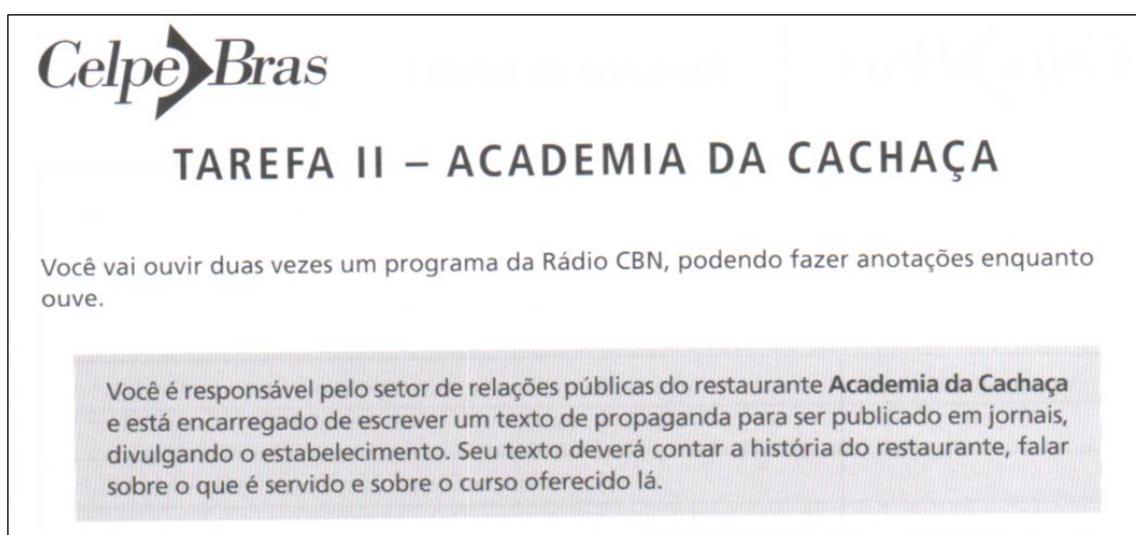
Seguindo uma abordagem Comunicativa, esse exame compreende a realização de tarefas que exploram as quatro habilidades – compreensão leitora e auditiva e produção oral e escrita. Segundo Lilova (2010), essa é uma abordagem que relaciona o ensino de línguas à cultura da língua em questão, mas que considera, no entanto, cultura do ponto de vista das convenções sociais. Dessa forma, no contexto de ensino de PLE,

(...) a competência dos falantes determina-se pela sua capacidade de realizar-se em diversas situações comunicativas, marcadas por convenções e rituais culturais que o caracterizam. Ainda mais, esta capacidade há de ser desenvolvida em três níveis: cognoscitivo, atitudinal e valorativo (LILOVA, 2010, p. 79).

Sendo assim, a ‘competência comunicativa’ é avaliada a partir da capacidade do examinando de se sair bem em situações que simulam o uso cotidiano da língua portuguesa do Brasil. Nesse sentido, é pensado como um instrumento avaliativo de objetivos comunicativos. O que, por sua vez, vai mudar o foco do ensino do PLE. De um ensino tradicionalmente estruturado sobre lista de aspectos formais, passa a abordar preocupações antropológicas e sociológicas, integrando suas Tarefas temáticas como ‘cerimônias, amor, beleza, espírito’, conforme relata Schlatter. De tal forma:

Os objetivos a serem alcançados incluem ajudar o aluno a compreender variáveis sociais, tais como idade, sexo, classe social, lugar onde mora influenciam a fala e o comportamento, que as convenções de uma sociedade determinam as ações dos indivíduos frente às situações mais comuns às mais complexas e que as palavras e expressões mais simples estão associadas a imagens condicionadas culturalmente (SCHLATTER, 1996, p. 16).

E as diferenciadas etapas que compõem o exame avaliarão o uso da língua integrado à realização da *Tarefa* proposta. Portanto, a língua não é observada desde uma perspectiva gramatical, que privilegia erros ou acertos, mas desde uma perspectiva comunicativa, em que se privilegia a adequação do uso linguístico para cumprir objetivos determinados. Cada *Tarefa* tem sua própria grade de correção, de acordo com critérios predefinidos, focados nos objetivos comunicativos – explicitados já na formulação da questão. Como, por exemplo, a Tarefa que integra a Prova Coletiva do CELPE-Bras, cujo áudio será analisado no Capítulo IV:



Celpe **Bras**

TAREFA II – ACADEMIA DA CACHAÇA

Você vai ouvir duas vezes um programa da Rádio CBN, podendo fazer anotações enquanto ouve.

Você é responsável pelo setor de relações públicas do restaurante **Academia da Cachaça** e está encarregado de escrever um texto de propaganda para ser publicado em jornais, divulgando o estabelecimento. Seu texto deverá contar a história do restaurante, falar sobre o que é servido e sobre o curso oferecido lá.

Figura IV: Prova Coletiva – CELPE-BRAS (BRASIL, 2009/1, p. 4).

Coerentemente com a proposta, a avaliação se dará sobre o modo como o candidato utiliza suas competências para se expressar nessa língua ao realizar essa *Tarefa*. A adequação gramatical empregada pelo examinando será observada conjuntamente com os outros critérios, como o gênero discursivo produzido, pois no caso acima, o áudio é de uma entrevista, no entanto, é solicitado ao candidato que produza uma propaganda. Assim, são avaliados: o formato do texto, se o propósito explicitado foi atendido e a desenvoltura do interlocutor para realizar a *Tarefa*.

O Certificado expedido pelo MEC compreende a quatro níveis de proficiência: Intermediário, Intermediário Avançado, Superior e Superior Avançado. Mas, ainda que o exame seja classificado por níveis, ele não exige que o candidato selecione um nível para realizá-lo. O resultado do seu exame é que vai determinar qual o nível de domínio da língua que possui. A avaliação é dividida em duas provas: o 1º Módulo (Parte Coletiva) - composto por duas *Tarefas* que integram compreensão oral e produção escrita, baseadas em um vídeo e em um áudio, e mais duas, que

integram leitura e produção escrita a partir de dois textos; e o 2º Módulo (Parte Individual) – trata-se de uma entrevista em que se estabelece um diálogo com o examinando sobre suas atividades e sobre assuntos de interesse geral – essa entrevista tem o áudio digitalizado para posterior avaliação.

A interação necessária no 2º Módulo é estimulada pela utilização de cartazes com pequenos textos, com fotos, cartuns, etc. Esses cartões com textos e imagens sobre as mais variadas temáticas são denominados *Elementos Provocadores (EP)*. Apresentamos abaixo, um exemplo:

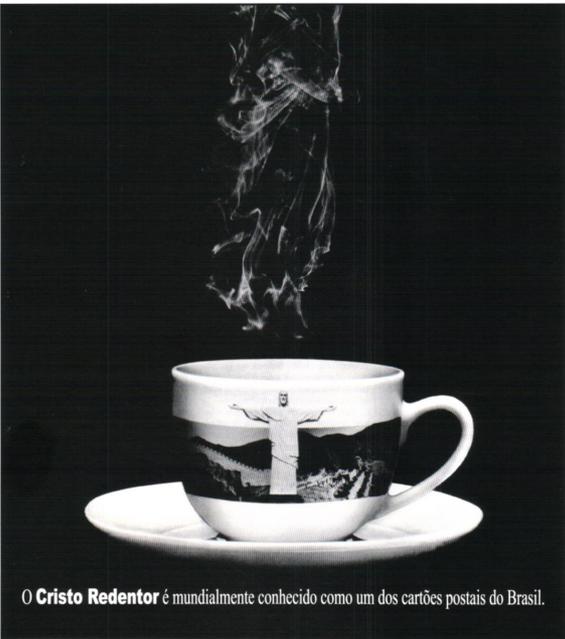
<p>Celpe Bras Interação Face a Face 2008/2</p> <p>Elemento Provocador 9</p>  <p>O Cristo Redentor é mundialmente conhecido como um dos cartões postais do Brasil.</p> <p>cespeUnB</p>	<p>ELEMENTO PROVOCADOR 9 Cristo Redentor.</p> <p>O material servirá como elemento provocador de uma interação face a face entre o aplicador e o examinando. O objetivo da tarefa é avaliar a produção oral, não havendo apenas uma resposta correta.</p> <p>ETAPA 1 O aplicador diz ao examinando:</p> <p>Por favor, leia este pequeno texto e observe a imagem. (O examinando faz isso silenciosamente)</p> <p>ETAPA 2 Após aproximadamente um minuto, o aplicador pergunta ao examinando:</p> <p>O que você entende por "cartão postal" de um país?</p> <p>ETAPA 3 Para dar ao examinando oportunidade de prosseguir com sua produção oral, o aplicador faz perguntas como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Que outros lugares são representativos do Brasil no exterior? Você já visitou ou gostaria de visitar alguns deles? Quais? Por quê?• O que você destacaria como cartão postal do seu país? Por quê? E de outros países?• Você acha que a imagem de um país divulgada na mídia reflete a realidade? Comente.• Como estrangeiro, qual a imagem que você tem do Brasil? Comente.• Se você pudesse modificar algum aspecto do seu país, qual você modificaria? Comente. <p>Celpe Bras</p>
--	--

Figura V: Elemento Provocador 9 e sua 'guia' para Entrevista – CELPE-Bras (BRASIL, 2008/2)

Tais Elementos, geralmente, reproduzem temáticas de capas de revistas de maior circulação no país, como *Veja*, *Isto É*, *Superinteressante*, *Época*, entre outras. A respeito do assunto trazido por esses *Elementos*, o candidato deve produzir, abordar, comentar, ser capaz de argumentar e defender seu ponto de vista durante uma conversação. Essa etapa chama-se *Interação Face a face*, visto que o examinador realiza perguntas para manter as condições de interação em uma

conversação em português. Cada um desses cartões vem com um 'guia' de questões a serem levantadas pelo *aplicador*, para direcionar a entrevista e assim proceder à avaliação dos conhecimentos e desenvoltura do estrangeiro na língua (BRASIL, 2010a).

Em relação à estrutura do CELPE-Bras, Scaramucci, membro da Comissão Permanente para a elaboração da certificação, salienta e justifica alguns aspectos relacionados à abordagem orientadora do exame, a Comunicativa. Segundo ela, é a abordagem “que define o planejamento do curso, a produção de materiais, os procedimentos metodológicos e também a avaliação”. Por isso, o trato com essa abordagem é fundamental, pois ela é que vai possibilitar a melhor avaliação da atuação do candidato estrangeiro em contexto similar ao real emprego da língua.

Ela justifica a preferência da Comissão pela abordagem acima, por compreender que, muitas vezes, é a avaliação que orienta o desenvolvimento das atividades e até mesmo a dinâmica do ensino, conforme suas palavras: “Não se pode esquecer que a relevância de certos conteúdos não é determinada pelo ensino, mas pela avaliação, ou seja, pela sua inclusão em um exame ou uma prova.” (SCARAMUCCI, 1994, p. 75). Sendo assim, a abordagem Comunicativa é empregada nesse exame também com o intuito de estimular mudanças mais rápidas no contexto de ensino/aprendizagem de português como língua estrangeira.

De modo que, embora tal abordagem não domine de todo o ensino de línguas no Brasil, a autora crê em sua influência, “uma vez que abordagens de ensino mais inovadoras juntamente com abordagens de avaliação tradicionais ainda são usadas.” (SCARAMUCCI, 1994, p. 76). A respeito disso, o que pode ser observado é que a metodologia de avaliação do CELPE-Bras influencia o ensino PLE que se configura, também, como uma forma de preparação para o mesmo. Outra influência relevante desse exame, e já apontada no Capítulo I, é a que exerceu, através das trocas de idéias, a partir do MERCOSUL, com a Argentina, o que resultou na elaboração de seu exame oficial de domínio do espanhol língua estrangeira – o CELU: *Certificado de Lengua y Uso*.

Tais informações nos levam a perceber que o exame foi, inclusive, pensado com um propósito de ser inovador para o ensino de línguas no Brasil e que o CELPE-Bras integra um processo mais amplo de ensino/aprendizagem de português L. E. Vislumbra-se, portanto, nessa ação uma 'política linguística' do Estado brasileiro, pois vai além do ensino e da avaliação do português brasileiro como

língua estrangeira, mas que trata de um instrumento criado, também, com o intuito de nortear o ensino do português brasileiro na perspectiva de língua estrangeira. De modo que, busca, além do mais, estabelecer uma nova tradição para a área do ensino de línguas no país, em que se privilegie o uso efetivo da língua e a competência comunicativa/interativa entre seus falantes.

Nesse sentido, é desenvolvida uma 'política linguística' do português do Brasil e o CELPE-Bras a integra, como uma inovação tecnológica na área de avaliação do português para estrangeiros que pode modificar a dinâmica do seu ensino. Assim, ao preparar candidatos para o exame, as aulas de PLE privilegiam a língua em uso, e as atividades são baseadas em situações comunicativas, simulando contextos reais e com o emprego de 'textos reais', conforme apresentado nas Figuras 4 e 5. Podemos exemplificá-las com o uso de textos de uma campanha publicitária, com o áudio de um programa de rádio ou outro material autêntico³⁵, obrigatoriamente significativo para o aluno.

Dessa forma, Scaramucci trata dos efeitos retroativos do exame, das mudanças nas concepções de língua, na formação de professores de LM e LE. O que provoca a mudança na perspectiva de ver o português brasileiro e gera efeitos na prática docente. Essa Certificação proporciona, nesse sentido, uma mudança no ensino de PLE. Tais questões nos dão subsídios para referirmo-nos ao CELPE-Bras como um instrumento avaliativo norteador do ensino de PLE. Porque foi pensado por um grupo de pessoas interessadas em uma política educacional para o processo em direção ao ensino/aprendizagem focado no uso efetivo da língua. A respeito disso, afirma a autora:

[...] estamos conscientes de que essas transformações são, em geral, lentas, ainda mais se considerarmos que os contextos de ensino de português não se limitam a contextos nacionais, mas também internacionais. Uma maneira indireta, a médio prazo, mais eficiente, seria, portanto, a introdução de um exame que viria definir não apenas conteúdos e objetivos, mas principalmente, princípios, fazendo com que o ensino venha, eventualmente, adaptar-se a eles (SCARAMUCCI, 1994, p. 76).

Mas, conforme apresentamos anteriormente, interessa-nos, neste Capítulo, sobretudo, tratar do CELPE-Bras como um 'instrumento linguístico'. E, por conseguinte, do que significou no processo de gramatização do português brasileiro

³⁵ Compreenda-se 'autêntico', por um material selecionado para compor uma atividade do CELPE-Bras por sua função social, mas que não foi preparado para fins didáticos.

(ZOPPI-FONTANA, 2007), esse outro momento de constituição da língua nacional, ou seja, na sua relação com o estrangeiro, quando o português brasileiro se volta para o exterior.

3.2 CELPE-Bras: um ‘instrumento linguístico’.

Para chegarmos ao entendimento do CELPE-Bras como um ‘instrumento linguístico’, devemos antes recordar Auroux (1992), quem esclarece que ‘Gramatização’ se trata do processo de instrumentalização do conhecimento sobre a língua, e que passou a ocorrer a partir do Renascimento. A ‘Gramatização’ é considerada por ele a segunda Revolução Tecno-linguística, sendo que a primeira se deu com a instituição da escrita. Assim:

Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário. (AUROUX, 1992, p. 65). [Itálicos do autor]

Segundo esse autor, as revoluções tecno-linguísticas são muito importantes para o pensamento da Linguística, pois elas vão levar ao processo de gramatização dos vernáculos, e que, portanto, serão fundamentais para definição das línguas nacionais e para sua expansão cultural, geográfica, social e econômica.

Com o intuito de avançar no embasamento teórico para o trato com esse exame, trazemos Zoppi-Fontana e Diniz (2008), que consideram o CELPE-Bras como parte integrante de um amplo processo de ‘Gramatização’. Visto que a Certificação vai figurar como instrumento linguístico-tecnológico na História das Ideias Linguísticas no/do Brasil. Assim, situam o exame no processo de gramatização/instrumentalização do português do Brasil, que vem se desenvolvendo amplamente desde as duas últimas décadas do século XX.

Os autores apontam o CELPE-Bras como um instrumento a serviço da ‘política linguística’ do Brasil, que é direcionada para um público estrangeiro. O Estado brasileiro põe em funcionamento esta política através do exame e faz circular o português do Brasil nos 28 países onde é aplicada a prova. A questão da circulação do português do brasileiro através do exame é um ponto que

consideramos importante levar em conta, pois na ‘circulação de sentidos’ os meios constituem instrumento importante, porque “os meios não são indiferentes ao sentido, não são apenas veículos neutros” (ORLANDI, 2005a, p.153). Isso dá a essa Certificação um lugar central na mobilização do Estado por um maior espaço ao português brasileiro frente ao europeu e na disputa com Portugal pela internacionalização do português como ‘língua estrangeira’ (a respeito disso, ver Capítulo I).

Tendo em vista tal movimentação com origem no interior do país, mas que vai interferir no cenário internacional, com a leitura de Zoppi-Fontana (2007), percebemos que o direcionamento desta ‘política linguística’ estabelece o novo contexto de “transnacionalização” do português do/pelo Brasil. Segundo ela, esse novo período do português brasileiro vem se configurando a partir de acordos políticos e econômicos, como o Tratado do MERCOSUL, firmado em março de 1991. A assinatura desse acordo desencadeou políticas de oferta de ensino obrigatório de espanhol nas escolas públicas brasileiras e da implantação gradual do ensino de português nesses países.

Entretanto, após acordo firmado, foi percebida a carência de meios materiais para o efetivo cumprimento da legislação, tais como professores qualificados, materiais didáticos adequados, instrumentos linguísticos específicos, etc. Tal necessidade desencadeou a busca pela formação de professores, realização de eventos específicos da área, criação de associações e a realização da ação afirmativa do Estado brasileiro, que a partir do órgão competente, o MEC elabora o CELPE-Bras, exame avaliativo do domínio da língua portuguesa empregada no Brasil por estrangeiros.

Tratando dessa problemática e, dentro dela, do CELPE-Bras, consideramos importante observar, para a composição deste Capítulo, a tomada do exame como um ‘instrumento linguístico’³⁶ que integra o processo de gramatização no Brasil. Assim é que Zoppi-Fontana (2007) entende o Certificado como um ‘instrumento linguístico’, no trecho que segue, além de apontar seu fim específico e sua legitimação pelo Estado brasileiro:

³⁶ Para aprofundar o conhecimento sobre as noções de *instrumento linguístico* e *Gramatização*, ver Aurox (1992) - *A revolução tecnológica da gramatização*.

O Brasil se inseriu nesse processo ativamente, tomando medidas a partir do Estado em relação à produção de instrumentos lingüísticos específicos e próprios, como por exemplo o CELPE-Bras, o exame de proficiência em língua portuguesa desenvolvido inteiramente por uma comissão de especialistas brasileiros para ser aplicado por instituições oficiais brasileiras. (ZOPPI-FONTANA, 2007, p. 316).

Ainda segundo a autora, no Brasil, o campo teórico de História das Ciências da Linguagem se caracteriza por trabalhar a história da produção de idéias lingüísticas. Sendo que essa produção compreende “os instrumentos tecnológicos (como gramáticas, dicionários, exames de proficiência, nomenclaturas oficiais, acordos ortográficos, currículos escolares, entre outros) (...)” (ZOPPI-FONTANA, 2007, p. 317). A partir de sua colocação, verificamos a tomada de exames de proficiência, como é o caso do CELPE-Bras, como ‘instrumento tecnológico’.

No entanto, na sequência do texto intitulado *A língua brasileira no MERCOSUL*, observamos que alguns itens apresentados por ela como ‘instrumentos tecnológicos’ figuram, também, como ‘instrumentos lingüísticos’. Essa afirmação pode ser confirmada com o trecho que segue: “(...) investigam-se os instrumentos lingüísticos (vocabulários, dicionários, gramáticas, manuais de ensino, exames de língua) e as instituições vinculadas a sua produção e circulação (...)” (ZOPPI-FONTANA, 2007, p. 317).

Buscamos, no entanto, uma referência mais atual do tratamento dispensado pela autora em relação à questão do CELPE-Bras como ‘instrumento lingüístico’. Assim, temos o texto *O português do Brasil como Língua Transnacional*, em que a autora dedica o item 2 para tratar dos ‘instrumentos lingüísticos’. A respeito disso podemos recortar a passagem que segue:

Em relação ao período de gramatização brasileira que analisamos, observamos a produção de novos e importantes instrumentos lingüísticos. Neste sentido, o início da implementação em 1993 do *Celpe-Bras*, único certificado de proficiência de português como língua estrangeira reconhecido pelo governo brasileiro e aplicado em diversas universidades e centros de ensino do país e do exterior, marca um ponto de inflexão no processo de instrumentalização da língua brasileira como *língua transnacional* (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 24-25) (itálicos da autora).

Nesse trabalho, Zoppi-fontana não afirma categoricamente que o CELPE-Bras é um ‘instumento lingüístico’, mas considera “o exame *Celpe-Bras* como acontecimento lingüístico” (2009, p. 25). Entretanto, nesse item dedicado aos ‘instrumentos lingüísticos’, trata dos livros didáticos de PLE, do CELPE-Bras e das

gramáticas de Vicente Masip, de 2000, e de Mário Perini, de 2002, que explicitam em seus prefácios serem gramáticas descritivas do português do Brasil. Isso nos leva a compreender que tanto o exame como os livros didáticos de PLE e as duas gramáticas integram o processo de gramatização brasileira como ‘instrumentos linguísticos’.

Dessa forma, embasados em Auroux (1992) e mais especificamente em Zoppi-Fontana (2007 e 2009), propomos desenvolver este trabalho focalizado na concepção do CELPE-Bras como um ‘instrumento linguístico’ e como um produto tecnológico que é tomado como instrumento para a expansão do português brasileiro. Pois esse exame oficializa e legitima a existência do português brasileiro. Zoppi-Fontana e Diniz (2008, p. 3) acrescentam que “estes instrumentos linguísticos modificam os espaços de comunicação (hiperlínguas), bem como a relação estabelecida pelo sujeito falante com uma língua (materna ou estrangeira)”.

Consideramos, portanto, que ele carrega em si um saber que é reconhecido institucionalmente ao ser validado pelo Estado brasileiro, tendo em vista que na avaliação é desenvolvida uma metalinguagem para a apropriação do português brasileiro como língua estrangeira. Nesse sentido, com a elaboração do exame CELPE-Bras surge um novo ‘instrumento linguístico’ sobre o português do Brasil. Esse novo instrumento integra uma nova etapa do conhecimento sobre essa língua, produzido como efeito de um novo período de constituição da língua nacional. Faz parte, dessa forma, de um conjunto de saberes que constituem a História das Ideias Linguísticas (HIL) no Brasil.

3.3 A história do português brasileiro

Para compreender o português brasileiro no âmbito da HIL brasileira, antes precisamos conhecer sua própria história. Iniciamos, então, com a formação do português europeu, que se deu a partir de séculos de contato do latim com outras línguas na Península Ibérica. Para chegarmos a esse português, tal como o conhecemos hoje, devemos observar sua origem no latim – língua levada pelos romanos à Península Ibérica, no séc. II a. C. Após um primeiro contato com as línguas que encontrou nessa península, a língua latina sofreu influência de línguas germânicas e, posteriormente, de línguas árabes, formando o galego-português e

logo o português. Paralelamente a essas transformações, ocorre a formação do Condado Portucalense, que culmina com sua independência do condado do reino de Castela e Leão. Assim, para esse novo país, Portugal, tem-se uma nova língua, o português (GUIMARÃES, 2005b).

Conforme esse autor, tais transformações ocorreram durante todo o final da Idade Média, e, com as grandes navegações, no início da Idade Moderna, o português é trazido para o Brasil (PAIM, 2009). “Aqui ela [a língua portuguesa] entra em relação, num novo espaço-tempo, com povos que falavam outras línguas, as línguas indígenas, e acaba por tornar-se, nessa nova geografia, a língua oficial e nacional do Brasil”, segundo Guimarães (2005b, p. 24). Nesse novo ‘espaço-tempo’ ocorreram diferentes modos de relação do português com as demais línguas existentes, para isso, esse autor identifica quatro períodos:

O primeiro começa com o início da colonização, em 1532, e se estende até a saída dos holandeses do Brasil, em 1564. Nesse período, convivem a língua geral, o português e o holandês³⁷. O segundo é demarcado pela saída dos holandeses e pela chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808. Sem a presença de outra língua europeia, com um número cada vez maior de portugueses e com a introdução da escravidão, são tomadas medidas diretas e indiretas, que levam ao declínio das línguas indígenas. O terceiro momento tem início com a chegada da família real e, como final, o ano 1826, quando é formulada a questão da língua nacional no Parlamento brasileiro. O quarto período começa, então, em 1826, quando se propõe que os diplomas dos médicos no Brasil fossem escritos em ‘linguagem brasileira’.

A consideração de uma ‘linguagem brasileira’ indica uma movimentação em torno da língua portuguesa (língua oficial do Estado) para transformá-la de língua do colonizador em língua da nação brasileira. Conforme Guimarães, isso significou a sobreposição da ‘língua oficial’ e da ‘língua nacional’, pois:

Enquanto língua oficial e língua nacional do Brasil, o português é uma língua de uso em todo o território brasileiro, sendo também a língua dos atos oficiais, da lei, a língua da escola e que convive, na extensão do

³⁷ A ‘língua geral’ era formada pelas línguas tupi. Ela era falada pela maioria da população. Funcionava, então, como uma ‘língua franca’, pois permitia a comunicação entre índios de diferentes grupos, entre índios e portugueses e seus descendentes, assim como, entre portugueses e seus descendentes. A Língua Portuguesa era a ‘língua oficial’, língua da administração, do Estado português. O Holandês, língua que também integrava o ‘espaço enunciativo’ era uma língua de outro país europeu, também, colonizador (GUIMARÃES, 2005b).

território brasileiro, com um grande conjunto de outras línguas (de um lado as línguas indígenas e de outro as línguas de imigrantes). Por outro lado, enquanto língua nacional, o português é significado como a língua materna de todos os brasileiros, mesmo que um bom número de brasileiros tenham como língua materna outras línguas, ou indígenas ou de imigrantes (GUIMARÃES, 2005b, p. 25).

Também nesse último período, tem início o processo de imigração para o Brasil, em 1818, quando o português, língua oficial e nacional, estabelece relações com as línguas desses imigrantes – falantes de alemão, italiano, japonês, coreano, holandês, inglês, por exemplo. Essa relação não é a mesma estabelecida com as línguas indígenas e africanas (consideradas de povos primitivos a serem civilizados, com respeito aos índios, ou escravizados, com respeito aos negros). As imigrações iniciam, desta forma, por uma ação do Estado para promover o desenvolvimento do país, como também, essas línguas eram nacionais ou oficiais dos países de origem desses falantes. Assim, eram línguas de povos considerados civilizados, portanto, percebidas de forma diferente das línguas indígenas e africanas.

As considerações anteriores, sobre a formação do português do Brasil nos levam a observar a existência de diferenças fonético-fonológicas, bem como, sintático-semânticas do português de Portugal (NUNES, 1993). Entretanto, buscamos desfazer uma confusão muito comum – a identificação do português brasileiro ao europeu. Nesse sentido, trazemos Guimarães (2005b) para considerar que a vinda da língua portuguesa para o Brasil, se deu em diferentes etapas da nossa história. Assim, como, que a colonização portuguesa se deu com o povoamento por portugueses vindos de diferentes partes de Portugal. Conseqüentemente, a variedade do português brasileiro se deve às variedades do português vindas de Portugal, que se instalaram em diferentes regiões do país, ou mesmo, que conviveram em um mesmo espaço, além de ter sofrido a influência, em diferentes contextos, das línguas indígenas, africanas e de imigração.

Para Guimarães (2005b, p. 27-28), muitas são as características próprias do português brasileiro, mas o que melhor configura essa língua é o fato de que “se divide em falares regionais específicos ou registros distintos de acordo com situações particulares do funcionamento da língua, como o formal ou o coloquial, o íntimo e o público, etc.”. Nesse sentido, é fundamental observar o ‘espaço enunciativo’ em que o português brasileiro funciona (GUIMARÃES, 2002b).

3.4 O ‘espaço enunciativo’ brasileiro e a relação de diversidade x unicidade linguística no CELPE-Bras

Como vimos no item anterior, para pensar no português no/do Brasil, devemos pensar, antes de mais nada, no ‘espaço’ constituído por essa língua, ou seja, no ‘espaço enunciativo brasileiro’. Segundo esse autor, ‘espaço enunciativo’:

[...] são espaços de funcionamento de línguas que se dividem, re-dividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. (GUIMARÃES, 2002b, p. 18).

Nesse sentido, tratar do português brasileiro implica considerar as línguas³⁸ que são faladas em nosso país. Portanto, para abordar essa questão, nos baseamos nesse espaço de relações entre línguas diversas e seus falantes, no espaço em que essas línguas funcionam. Tendo em vista que, segundo o autor, nesse espaço de funcionamento, as línguas são afetadas por condições históricas específicas, funcionando sempre em relação umas com as outras, tornando-se, historicamente, outras. Assim, considerar o português brasileiro implica considerar as variedades desse português que são faladas em todo o país. Pois, para Guimarães (2005a) o português do Brasil é uma língua dividida em várias, seja por regiões ou por seu funcionamento em diferentes condições históricas.

Pelo trato que, historicamente, se teve com a língua no Brasil, é possível constatar que o português foi imposto, servindo como um ‘recurso de aculturação’ de outros povos (ANDERSON, 1993). Podemos destacar entre esses povos: os indígenas, que habitavam as terras ‘do Brasil’ desde antes da chegada dos Portugueses; os negros capturados na África e trazidos para cá para o trabalho escravo; os imigrantes europeus, vindos para substituir o trabalho dos escravos nas lavouras.

Essa imposição da língua portuguesa foi comumente justificada como forma de retirá-los da barbárie e de civilizá-los. No entanto, nessa atitude predomina, sobretudo, a finalidade de se evitar possíveis revoltas contra o domínio do conquistador (MARIANI, 2004). Enfim, embora essa ação normalizadora tenha

³⁸ Para Guimarães (2002a), no ‘espaço enunciativo’ brasileiro, inter-relacionam-se línguas ‘não-só-nacionais’, neste sentido, são consideradas línguas, não só a Língua Portuguesa e as línguas indígenas, mas também, as de origem africana, europeias, entre outras, que compõem esse ‘espaço’.

marcado a nossa formação linguística e cultural, o Brasil continuou a ser um país ‘multilíngue’, para usarmos a terminologia de Guimarães (2002a). Pois, conforme sustenta esse autor, as línguas não são objetos abstratos, e não são passíveis de serem tomadas e/ou abandonadas apenas pela vontade do homem, mas são constituídas historicamente através dos seus falantes.

Assim, juntamente com o português, ‘língua oficial e nacional’ – porque no Brasil, essas duas categorias de língua são identificadas na língua portuguesa – no ‘espaço enunciativo’ brasileiro são faladas outras 200 línguas (OLIVEIRA, 2000). Fazemos aqui, uma separação entre as categorias de ‘língua oficial’ e de ‘língua nacional’ apontada por Guimarães (2005a). Segundo esse autor, ‘língua nacional’ é a língua de um povo, é a língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a esse grupo social. Enquanto que ‘língua oficial’ é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, que é empregada e reconhecida em seus atos legais. Neste sentido, temos no Brasil o português brasileiro, que tanto identifica seu falante à nação brasileira, como que é a língua reconhecida como oficial pelo Estado brasileiro.

Neste ‘espaço de enunciação multilíngue’ que é o Brasil, essas línguas convivem e se relacionam. Considerando-se que, apesar de todas as tentativas de sobreposição da língua portuguesa, em nosso país, as línguas indígenas e europeias (dentre línguas de outras origens) não foram extintas. Se considerarmos as relações entre as línguas nesse ‘espaço enunciativo’ delimitado pelo território nacional, observamos que essas línguas foram modificadas, por sua relação com o português, ao mesmo tempo que modificaram o português brasileiro.

Portanto, o cenário linguístico brasileiro nos mostra e, apoiados em Calvet (2007), sustentamos que há uma grande distância entre as determinações oficiais e a prática linguística de uma sociedade. Mas, ainda assim, a criação de leis para determinar o uso de uma língua e proibir o de outras, como forma de promover a soberania, produz um ‘imaginário de unidade’, o qual constitui uma nação³⁹ (ANDERSON, 1993).

³⁹ A concepção de *nação* começou a ser desenvolvida junto com os nacionalismos emergentes no século XIX, quando se iniciou o processo de independência das ex-colônias de países como Portugal, Espanha e Inglaterra. E define uma comunidade, que vive dentro dos limites de um território soberano. Entretanto, Anderson (1993) desde uma perspectiva antropológica, compreende que tanto essa comunidade política, como seu inerente limite e soberania são imaginados.

Propondo uma relação entre a ‘política linguística’ interna brasileira e a externa, através do CELPE-Bras, verificamos o seguinte: no interior desse exame, o Estado considera as diferenças linguísticas quando ocorrem no português. Nesse sentido, o exame observa a diversidade linguística do português brasileiro, pois os materiais empregados, em suas Tarefas, são colhidos em cada região do país. Dessa forma, não privilegia, por exemplo, um falar de determinada região, tomando-o sempre como base para a avaliação do estrangeiro. Diferentemente de muitos livros de PLE, em que comumente encontramos áudios do falar ‘carioca’, como se esse fosse um padrão de fala para o brasileiro.

Compreendemos que essa necessidade de referência do falar do brasileiro, comumente buscada nos livros didáticos de PLE, reflete um equívoco: tomar uma variedade como se fosse a ‘língua nacional’. Para tal reflexão, vem a contribuir, mais uma vez, Orlandi (1990, p. 75), quando diz que “há vários modos de produção da língua imaginária” e um de seus produtos é “a língua nacional (o português standard)”⁴⁰. No intuito de esclarecer essa problemática em torno da ‘língua imaginária’, trazemos as relações que a autora estabelece com a ‘língua fluida’, definidas como sendo:

A língua imaginária é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas.

A língua fluida – língua-movimento, mudança contínua – pode ser observada quando se focaliza a história dos processos discursivos que constituem as formas dos sentidos da linguagem no seu contexto. (ORLANDI, 1990, p. 75). [Itálicos da autora]

Assim, para concluir a reflexão sobre o diferente trato da língua portuguesa dentro e fora do país, considerando o CELPE-Bras e a ‘política linguística’ nele existente, verificamos que o Estado brasileiro rompe com a ‘língua imaginária’, com o imaginário de ser o mesmo português de Portugal. Ao passo que, privilegia a ‘língua fluida’ falada no Brasil, ao dar espaço, nesse exame, para a diversidade linguística brasileira. No entanto, essa ‘política’ não pode ser tomada como ‘de diversidade linguística plena’, pois, recordemos, seu espaço é ocupado pelo

⁴⁰ Entendemos que no Brasil são faladas diversas variedades do português brasileiro, bem como, que o português *Standard* é a de maior prestígio e *status* social (ORLANDI, 1990), por isso tomada como norma de uso e elevada à categoria de ‘Língua Nacional’.

português do Brasil e não por todas as línguas que compõem o ‘espaço enunciativo’ brasileiro.

3.5 O CELPE-Bras e a História das Ideias Linguísticas no Brasil

Voltamo-nos, então, para o CELPE-Bras no interior da História das Ideias Linguísticas no Brasil, assim, mais uma vez retornamos a Zoppi-Fontana. Pois em sua investigação, a autora busca subsídios para a descrição e para a discussão sobre o processo de gramatização do português brasileiro no final do séc. XX e início do séc. XXI - período especialmente importante para a configuração de nosso trabalho, no qual surge o CELPE-Bras.

Para delinear o que chamou de ‘quinto período da gramatização do português brasileiro’, Zoppi-Fontana (2007) toma como base a organização do processo de gramatização do português brasileiro em quatro períodos. Tal periodização foi feita por Eduardo Guimarães, em 1996, como parte de um projeto de historicizar o processo de constituição da ‘língua nacional’ no Brasil. E, por tratar-se de uma sistematização sob a qual se estrutura nosso trabalho, retomamos tal periodização, inscrita, pelo pesquisador, na História das Ideias Linguísticas no Brasil.

A História das Ideias Linguísticas (HIL) é um campo do saber que toma como objeto o surgimento dos instrumentos da Gramatização, conforme a exemplificação clássica da Gramática e do Dicionário (Auroux, 1992). Na esteira desse processo, ocorre a gramatização brasileira, e, trabalhando nessa perspectiva, Guimarães (1996) recorda que:

O estudo das idéias lingüísticas no Brasil tem entre seus objetivos abordar a produção de tecnologias como dicionários e gramáticas que se fazem no Brasil desde o século XVI. Lembremos aqui a gramática de Anchieta e as listas de palavras e dicionários bilíngües que são feitos no Brasil com a tarefa de estabelecer relação com os índios (GUIMARÃES, 1996, p. 127).

Observamos, com a transcrição do trecho acima, que os primeiros ‘instrumentos linguísticos’ elaborados no Brasil, assim como também o CELPE-Bras, contém um saber sobre a língua, mas que, também, respondem a um objetivo político vinculado à língua. Assim, é muito importante considerarmos o fato de que Guimarães dividiu em diferentes momentos essa História, pois cada período é

caracterizado por algumas idéias linguísticas e pela consequência dessas idéias na produção sobre o português no Brasil. Procedimento que é condizente com o objetivo do desenvolvimento da HIL em nosso país, conforme refere no trecho acima. De modo que, Guimarães (1996) aborda a produção das tecnologias brasileiras para tratar dessa língua. Esses momentos constituem o subitem que segue.

3.5.1 A gramatização brasileira, segundo Guimarães

Para Guimarães, na gramatização brasileira são reconhecidos quatro períodos distintos, devido às ideias em torno das questões linguísticas do país e pela conseqüente produção de conhecimento sobre o português brasileiro. Abaixo apresentamos sua periodização, que segundo ele, iria desde 1500 até o período contemporâneo:

O primeiro período da gramatização brasileira é localizado por Guimarães entre a “descoberta” do Brasil, em 1500, e a primeira metade do séc. XIX. Sua característica principal reside na inexistência de estudos sobre a língua portuguesa produzidos no país, mas seus últimos anos coincidem com a Independência do Brasil, como também, com a entrada das idéias Românticas no país. Período em que o país se abre para ideias vindas de outros centros, que não de Portugal. Nessa mesma época cessa o tráfico de escravos e, então, a decadência do nordeste força uma reorganização econômica. Esse é o “momento em que se desenvolvem debates entre brasileiros e portugueses a propósito de construções consideradas inadequadas por escritores ou gramáticos portugueses” (GUIMARÃES, 1996, p. 127-128).

O segundo período dessa gramatização tem início na segunda metade do séc. XIX e se estende até fins dos anos 30 do séc. XX. Caracteriza-se pelo início do estudo do português do Brasil, com a publicação das primeiras gramáticas e dicionários no país e com a realização de debates sobre as diferenças entre o português do Brasil e o português de Portugal. Tais ações levam, por exemplo, à polêmica entre Rui Barbosa e o português, Ernesto Carneiro Ribeiro, a respeito da redação do Código Civil (1902 a 1905). Essa época é marcada pela *Réplica*, obra que Rui Barbosa escreveu nesse contexto, e que, com suas lições de português,

pontuou um antes e um depois nos debates sobre o português usado no Brasil (GUIMARÃES, 1996).

O terceiro período da gramatização do português brasileiro inicia em fins dos anos 30 e vai até meados da década de 60 do séc. XX. Neste período as questões da linguagem vão sendo institucionalizadas e ganham um espaço de pesquisa com a criação dos Cursos de Letras no Brasil. Contribui para expandir esse espaço, a obrigatoriedade da Linguística na grade curricular desses Cursos, decisão, esta, tomada pelo Conselho Federal de Educação em 1962.

No ano de 1943 ocorre um acordo ortográfico que estabelece diferenças entre a ortografia do português do Brasil e a do português de Portugal – que sofre algumas modificações feitas pelo acordo de 1971. Mas, sobretudo, é importante destacar que é na década de 40 que ocorre o debate sobre que nome dar à língua falada no Brasil. O autor apresenta, assim, a medida tomada para encerrar essa questão: o parecer encaminhado ao Ministro da Educação pela comissão responsável pela opinião sobre a “Denominação do Idioma Nacional do Brasil”. Que, baseada no art. 35 da Constituição Brasileira de 1946, reconhece que o nome da língua nacional deve continuar sendo língua portuguesa (GUIMARÃES, 1996, p. 131).

Segundo a periodização estabelecida por Guimarães (1996), o quarto, e último, período tem início em meados dos anos 60 do séc. XX e segue até hoje. Esse período é caracterizado pela institucionalização da Linguística em todos os Cursos de Graduação em Letras e pela implantação de cursos de Pós-graduação em Linguística no Brasil. Interessante é observar o direcionamento que toma, ao não se “referir, dada a proximidade histórica, aos pesquisadores, mas às línguas de trabalho que vêm se desenvolvendo” no país (Guimarães, 1996, p. 133).⁴¹

A gramatização do português do Brasil, sistematizada por Guimarães, é pensada no ‘espaço enunciativo’ brasileiro, em que as línguas relacionam-se entre si, dentro dos limites territoriais e os falantes relacionam-se de acordo com o espaço ocupado por suas línguas. Como vimos, figuram nesse ‘espaço’, além do português,

⁴¹ Entendemos aqui, “línguas de trabalho” (GUIMARÃES, 1996, p. 133) como as linhas de trabalho, ou de pesquisa, que vêm sendo desenvolvidas sobre o português do Brasil: a) Trabalhos gramaticais sob perspectiva estrutural, funcional ou gerativa; b) Trabalhos de semântica; c) Trabalhos de Sociolinguística; d) Trabalhos de Linguística Histórica; e) Trabalhos em análise do discurso sob a perspectiva da linha francesa; f) Trabalhos de pragmática, análise da conversação e linguística textual.

línguas indígenas, línguas africanas e línguas de imigração. No entanto, o atual contexto de reorganização dos países, que envolve questões políticas, sociais, linguísticas, etc., influenciado, sobretudo, pela economia, levou esse autor a aproximar o conceito de 'espaço enunciativo' à noção de Globalização. Definiu, então, Globalização como a 'ampliação do espaço enunciativo de línguas não-só-nacionais' (GUIMARÃES, 2002a). Pois, em sua perspectiva, essa definição melhor condiz com as diversas relações que ocorrem entre falantes, seja em âmbito regional, seja em âmbito global.

Zoppi-Fontana, no entanto, questiona essas noções, tal como foram formuladas, e passa a pensar a 'ampliação dos espaços enunciativos' do português brasileiro e a 'transnacionalização desse português'. A autora compreende que se dá uma transposição, não em termos geopolíticos, mas em termos discursivos, desse 'espaço'. A partir dessas noções e da periodização estabelecida por Guimarães, Zoppi-Fontana localiza, contemporaneamente, um quinto período da gramatização do português no Brasil. A respeito disso tratamos no próximo subitem.

3.5.2 O quinto período de gramatização do português brasileiro

Zoppi-Fontana (2007) considera que tratados assinados a partir da década de 1980, como o do Mercosul, foram responsáveis pelo aumento significativo de intercâmbio estudantis e econômicos, como também, pelo intenso desenvolvimento e expansão da promoção do português brasileiro. Bem como que, esses movimentos, a princípio, de ordem econômica, política e social, influenciaram enormemente na instrumentalização/gramatização do português do Brasil. E como um dos resultados, tem que essa língua ganha o *status* de 'língua transnacional'. A respeito desse período, Zoppi-Fontana e Diniz destacam que:

Privilegia-se o estudo da produção de instrumentos lingüísticos (principalmente gramáticas e dicionários) no Brasil por autores brasileiros e a exploração dos processos institucionais de criação de colégios, academias e exames/planos de ensino oficiais, através dos quais um saber autóctone sobre a língua nacional ganha legitimação (ZOPPI-FONTANA e DINIZ, 2008, p. 3).

Neste sentido, a partir da esquematização/periodização da gramatização do português no/do Brasil, feita por Guimarães, Zoppi-Fontana propõe um quinto período de gramatização desse português. Para tanto, a autora segue os critérios já traçados pelo autor, ou seja, propõe mais uma divisão na gramatização brasileira, dada à mudança de idéias e à elaboração de novos ‘instrumentos linguísticos’ sobre o português brasileiro. O quinto período corresponde, então, à gramatização do PLE.

Sendo assim, a autora aponta o início para esse quinto período da gramatização/instrumentalização brasileira no final dos anos 80 do séc. XX e o caracteriza pela construção de um novo espaço de cooperação internacional entre os países do Cone Sul – Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil. Pois, segundo ela, os tratados políticos, econômicos, culturais e educativos assinados entre tais países originaram, com o MERCOSUL, “um novo espaço geopolítico transnacional”. (ZOPPI-FONTANA, 2007, p. 316). Para melhor delinear essa questão, Zoppi-Fontana e Diniz acrescentam que:

Diferentes autores têm se dedicado a refletir sobre as mudanças que vêm se esboçando na Contemporaneidade, em que temos um certo apagamento das fronteiras nacionais e um declínio do poder do Estado através da formação de espaços transnacionais – a exemplo do Mercosul –, no movimento da “globalização”. (ZOPPI-FONTANA e DINIZ, 2008, p. 16).

Assim, o quinto período da gramatização do português no Brasil surge com a consolidação dessa língua, como uma língua própria do país e com a sua ‘exportação’. Haja vista que, conforme havíamos mencionado, esse novo ‘espaço geopolítico’ vem sendo expandido pelo Brasil através de uma ‘política linguística’ centrada no CELPE-Bras (ZOPPI-FONTANA, 2007)⁴² – exame que contém uma metalinguagem sobre a língua, sobre o português do Brasil. Destacamos ainda a forma como Zoppi-Fontana e Diniz pensam

(...) o Estado e o Mercado como duas instâncias de interpelação simbólica e ideológica que estabelecem uma relação de tensão, trabalhando contraditoriamente a relação do sujeito com a língua e redefinindo seus sentidos em relação aos espaços de enunciação implicados (nacional/transnacional) (ZOPPI-FONTANA, 2008, p. 17).

⁴² Dentro do Brasil, o órgão responsável pelo CELPE-Bras é o MEC, no exterior, quem faz sua divulgação é o Ministério de Relações Exteriores.

De modo que, ao observarmos esse exame, constatamos que o mesmo faz a divulgação da língua portuguesa, mas não promove a língua de Portugal, mas a língua do Brasil, o português brasileiro. Inserindo, assim, o português brasileiro no ‘mercado de línguas’ (DINIZ, 2010). Além disso, corroboramos com este autor quando afirma que o CELPE-Bras remete, constantemente, ao Brasil, dado às referências que faz ao ‘discurso sobre a brasilidade’, ao tematizar a natureza, os costumes, a cultura brasileira, etc. De tal forma, o português brasileiro chega até um exame oficial, como esse, sendo assim, legitimada sua aplicação nas Universidades brasileiras⁴³ e por órgãos oficiais brasileiros, no exterior.

3.6 A tomada da autoria sobre o português brasileiro

Orlandi, tratando da periodização estabelecida por Guimarães, concluiu que a relação brasileira com a língua portuguesa foi mudando em cada um desses períodos. E que traços que marcam diferentes posicionamentos em relação à identificação do português brasileiro e do português de Portugal foram sendo percebidos e destacados por pensadores brasileiros. Em *Língua Brasileira e Outras Histórias*, a autora se propõe a observar “alguns autores brasileiros falando sobre a língua, a gramática, as curiosidades, as dificuldades, os vícios de linguagem, os brasileirismos” (ORLANDI, 2009, p. 55). Dentre eles, trata de Pacheco Silva, João Ribeiro e Eduardo Carlos Pereira.

Assim, inicia por Pacheco Silva e sua *Grammatica Histórica da Língua Portuguesa*, publicada em 1878, no Rio de Janeiro – em que reproduz o discurso da época, tratando de alteração, evolução, distinção entre popular e erudito. Orlandi (2009, p. 56), observa que a “partir de certo momento, não temos mais citações de autores e aí não podemos decidir, no modo como segue o discurso da época, se estaria ele elaborando alguma reflexão sua ou retomando autores que fazem parte de seu arquivo de trabalho”. No entanto, ao fazer considerações sobre a *História da Língua Portuguesa* retoma diferentes autores europeus, além dos portugueses, desde uma perspectiva da gramática histórica comparada.

⁴³ Tocamos aqui nessa questão, pois, em trechos de uma entrevista a Diniz (2010), Scaramucci recorda que antes do CELPE-Bras, cada Universidade tinha seu próprio exame de Língua Portuguesa para Estrangeiros, e que como protótipo para esse Exame, a Comissão reunida pelo MEC, em 1993, tomou como base o exame que era empregado pela UNICAMP.

Considera então que o português só tem 3 dialetos : o galego, o indo português e o suajo. Não considera o português falado no Brasil como dialeto pois diz que as diferenças, por exemplo, com Lisboa, são equivalentes às que Lisboa tem com Coimbra, Porto, ao das ilhas etc. E as que, no Brasil, existem entre o Rio, São Paulo etc. (ORLANDI, 2009, p. 63).

A autora compreende, então, que as diferentes perspectivas teóricas se acumulam na *Grammatica* de Pachecho Silva porque está pensando no ensino da língua nacional e porque nessa época não havia gramáticas brasileiras disponíveis.

Mais tarde há a publicação da *Grammatica Elementar Expositiva*, em 1887, por João Ribeiro. Segundo a autora, ele renova os estudos históricos no Brasil, como também, faz referência à existência de instrumentos de reflexão sobre a língua que interferem na sua evolução. Mas é quando trata da “língua nacional que aparecerá sua contribuição mais específica sobre a língua no Brasil (...)” (ORLANDI, 2009, p. 66). Entre os dialetos da língua portuguesa (de Portugal), João Ribeiro encontra o galego, o indo-português, o áfrico e o brasileiro. Entretanto, faz a ressalva de que este último é, impropriamente, chamado de dialeto. Segundo Orlandi, João Ribeiro não trata de uma língua nova, mas de língua de Estado, língua brasileira para o Estado brasileiro, língua portuguesa para o Estado português. Assim, conclui: “Basta pelo momento guardar que João Ribeiro argumenta pela diferença afirmando que a pronúncia é sintoma de outras diferenças (idéias, sentimentos) e que é preciso se pensar uma língua de Estado, a língua nacional” (ORLANDI, 2009, p. 73).

Em seguida, a autora se dedica a analisar a escrita de Eduardo Carlos Pereira, a partir da *Gramática Expositiva*, por ele publicada em 1907. A respeito de seu trabalho, a autora observa a presença do protestantismo em sua escrita, tendo em vista que era um dos educadores da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, estabelecida no Brasil desde 1859. Segundo Orlandi (2009, p. 107), nas reflexões do ‘pastor gramático’, “podemos constatar que ele pratica uma doutrina em que sua relação com a língua está de acordo com a Reforma”. Neste sentido, a *Gramática* de Eduardo Carlos Pereira suscita a observação crítica sobre o processo de gramatização brasileira, iniciado no século XIX.

Assim, podemos dizer, agora de modo mais geral, que a gramática em seu processo de produção faz muito mais do que ser um lugar de conhecimento ou um repositório de normas. Ela é a forma da relação da língua com a

sociedade na história, realizada por um sujeito também representado no modo como a sociedade se organiza na história. (ORLANDI, 2009, p. 110-111).

Nesse sentido, então, construiu-se um saber sobre a língua portuguesa do Brasil por brasileiros. De acordo com Zoppi-Fontana e Diniz (2008), os instrumentos linguísticos constituem objetos/lugares simbólicos que intervêm efetivamente na constituição e legitimação de uma posição de autoria. Pois, a “gramatização da língua está determinada historicamente pela sua relação com a conjuntura sócio-política, com seus falantes e com as Instituições” (ORLANDI, 2009, p. 175). De tal forma, a gramatização que ocorreu no Brasil significou, também, a autoria e a autoridade sobre a língua portuguesa pelos brasileiros⁴⁴.

3.7 O CELPE-Bras e os ecos de uma ‘memória’ na língua

Conforme o que foi sendo delineado neste Capítulo, relacionando-o também, ao anterior, podemos considerar que na composição do CELPE-Bras há referências a imagens do Brasil. Essas imagens, do seu povo, de suas riquezas naturais, de seus hábitos, etc. remetem ao ‘discurso de brasilidade’ – que é “um discurso sobre a nossa origem: a constituição da brasilidade e suas conseqüências, ou seja, como vamos formando – significando – esse jeito de ser brasileiro” (ORLANDI, 1990, p. 19)⁴⁵.

Sendo assim, nesse discurso particular, percebe-se a formação de um imaginário de identidade do brasileiro, construído a partir de discursos sobre o Brasil, que, reiteradamente, versam sobre sua constituição multiétnica, sobre sua cultura, sobre seu jeito de ser, que indistintamente resulta em “exotismo” (ORLANDI, 1990, p. 16). Nesse sentido, a leitura de Orlandi (1990) e de Paim (2009) se faz importante quando corroboramos com a afirmação de que o ‘discurso de brasilidade’ é fruto da apropriação do discurso do europeu sobre o brasileiro. Acrescentamos, no entanto, que o Brasil, através desse exame, mais uma vez, toma como seu, e se identifica na imagem que o outro lhe dá. Dessa forma, é retomada a identidade

⁴⁴ Para Orlandi, (2009, p. 175), os “brasileiros nesse momento estão produzindo um processo de descolonização: a legitimação da língua brasileira”. E toma isso como base para sustentar que esse deveria ser o nome da nossa língua – ‘língua brasileira’ (ORLANDI, 2009, p. 189).

⁴⁵ Tratamos mais especificamente sobre *brasilidade* (ORLANDI, 1998) no Capítulo II, item 2.6.

brasileira, mas esse movimento sempre retorna aos sentidos já dados pelo 'discurso de brasilidade'.

Tendo em vista que o 'discurso sobre a brasilidade' integra o CELPE-Bras, também, sobre esse 'discurso' se estrutura uma 'política linguística' brasileira. Agora não mais para a legitimação de uma 'língua nacional', mas, a partir do quinto período de gramatização do português brasileiro, para promovê-lo à 'língua transnacional' (ZOPPI-FONTANA, 2007 e 2009). Compreendemos que assim o 'discurso sobre a brasilidade' é movimentado pelo CELPE-Bras, que leva para fora do Brasil essa brasilidade constitutiva das textualidades que integram suas Tarefas.

De tal forma que, com o CELPE-Bras, o Estado brasileiro também assume a autoria sobre o 'discurso sobre a brasilidade'. Pois, como vimos com Schlatter (1996) no item 3.1, essa Prova não se estrutura sobre questões gramaticais, mas sobre temáticas sócio-antropológicas, embora nele se fale do homem, sua referência é o homem brasileiro. Não mais predomina, então, a definição do brasileiro pelo discurso estrangeiro, mas dessa forma, com o CELPE-Bras, o brasileiro assume a 'autoria' do discurso sobre o Brasil. Nesse sentido:

Conseqüentemente, investigam-se os instrumentos lingüísticos e as instituições vinculadas à sua produção e circulação, enquanto objetos/lugares simbólicos que intervêm efetivamente na constituição e legitimação de uma posição de autoria para o cidadão brasileiro em relação à língua portuguesa, no contato que ela estabelece com outras línguas na história e nos espaços de enunciação por ela ocupados (ZOPPI-FONTANA e DINIZ, 2008, p. 3).

Não esqueçamos que nos 'instrumentos linguísticos' encontramos relações de uma língua com a própria constituição da sociedade, conforme explanamos com Orlandi, no item anterior. É certo que a autora tratava da gramática, no entanto, consideramos possível aplicar a propriedade também ao CELPE-Bras. Com Zoppi-Fontana e Diniz, (2008, p. 3),

Vemos, então, que a produção de um saber metalingüístico está materialmente ligada à produção de efeitos imaginários que atuam através das políticas de línguas do Estado, configurando lugares de enunciação para os brasileiros em relação à sua própria língua (ZOPPI-FONTANA e DINIZ, 2008, p. 3).

Da mesma forma, não podemos esquecer os diferentes períodos da história brasileira em que novos sentidos foram sendo constituídos para o 'ser' brasileiro e

passando a integrar esse imaginário. Recordamos os momentos históricos abordados no item 2.5, em que, desde a perspectiva enunciativa, consideramos que houve uma ‘ressemantização’ do ‘discurso sobre a brasilidade’.

Segundo Orlandi (2007) o processo de gramatização do português brasileiro corresponde ao processo de descolonização linguística de Portugal, pois, quando autores brasileiros passaram a tratar de sua língua não foi mais necessário recorrer àquele país para saber sobre o português. Mas essa questão vai muito além disso, tendo em vista que, ao assumir a autoria de trabalhos sobre o português (brasileiro), o brasileiro assume também a autoria de um discurso sobre si, tomou para si a tarefa de falar sobre si. Conforme verificamos abaixo:

A gramatização do português brasileiro, além do fato de construir um saber sobre a língua brasileira, teve por consequência algo mais substancial e definidor: a construção de um sujeito nacional, de um cidadão brasileiro com sua língua, estável, capaz de unidade e visível gramática (mas não acessível a todos...). (ORLANDI, 2007, p. 15).

Nesse sentido, pensamos que a ‘política linguística’ brasileira, influenciada por esse exame, toma nova direção, pois, ao certificar o português brasileiro, muitos sentidos estão em jogo. Verificamos que essa língua tem uma ‘memória’ que é levada pela Certificação para inúmeros países, trata-se de uma ‘memória’ na língua. A língua difundida pelo CELPE-Bras não escapa aos sentidos historicamente constituídos, ao ‘discurso sobre a brasilidade’.

Isso significa, de acordo com Diniz (2010), que o CELPE-Bras reflete o Brasil no exterior. Por isso, consideramos, neste trabalho, os modos de funcionamento dos sentidos que constitui a brasilidade nas textualidades que compõem o exame CELPE-Bras. No entanto, dedicaremos a tais questões o próximo Capítulo, em que fazemos a análise de dois áudios que compuseram esse exame, o primeiro trata do ‘feijão com arroz’ (áudio CELPE-Bras 2010b/1) e o segundo trata da ‘cachaça’ (áudio CELPE-Bras 2009/1).

4 O FUNCIONAMENTO DO SENTIDO SOBRE A BRASILIDADE NO EXAME CELPE-BRAS

O desenvolvimento de nosso Capítulo IV será pautado sobre a busca da interpretação dos diferentes sentidos da brasilidade em duas textualidades que integram o exame CELPE-Bras. Recordamos que essa Certificação conta com duas Provas: a primeira - Coletiva, que traz o material com o qual os candidatos prestam avaliação, consta de um vídeo, um áudio e dois textos; a segunda - Individual, que corresponde à entrevista estimulada com Elementos Provocadores, cartazes que trazem diferentes textualidades, muitas delas, publicadas em revistas de grande circulação nacional.

O ‘discurso sobre a brasilidade’ insurge nessas textualidades, e conforme colocamos anteriormente, interessa-nos compreender como a brasilidade representa o Brasil nesse instrumento. Então, obedecendo a esse critério temático, nos dispomos a analisar dois dos mais significativos exemplares de áudios que compõem o exame do CELPE-Bras 2010/1 e 2009/1. No tocante à delimitação temporal, para a seleção das textualidades a serem analisadas, obedecemos ao período em que se deu meu acompanhamento da divulgação e aplicação semestral desse exame, junto ao Projeto Entrelínguas (UFSM), sob coordenação da professora Eliana Sturza, ou seja, durante os anos de 2008 a 2010.

As textualidades selecionadas para tal interpretação serão apresentadas através de transcrição e também de áudio (ver Anexos). Entretanto, nos é imperativo esclarecer que faremos um recorte nos mesmos, para a formação do *corpus* de nossa análise. De cada um desses textos, que compõem o *corpus*, destacaremos algumas Sequências Enunciativas (SEs)⁴⁶. A organização dessas SEs em SE 1, SE 2, etc. obedecerá a ordem linear em que aparecem em cada texto. O recorte dessas sequências será definido de acordo com a ocorrência de enunciados e/ou palavras que constituam os sentidos da brasilidade. Para a análise tomamos o procedimento de ‘reescrituração’ (GUIMARÃES, 2002b) no funcionamento semântico do texto.

⁴⁶ Compreendemos ‘Sequência Enunciativa’ como um recorte operado em um dado enunciado, mas que mantém uma unidade de significação.

Sendo que o elemento ‘reescriturado’ será destacado por negrito, assim como também o serão os elementos que o ‘reescrituram’ nas demais SEs.

4.1 Memória e sentido: quando os ecos da brasilidade ressoam no exame CELPE-Bras

Para realizar a análise, embasamo-nos teoricamente na Semântica do Acontecimento, que toma como base de análise o ‘enunciado’ – “um elemento lingüístico próprio do acontecimento do funcionamento na língua quando um locutor diz algo” (GUIMARÃES, 2006, p.122). Segundo este autor, “A enunciação é o acontecimento em que a língua funciona e assim constitui sentido. E ao constituir sentido constitui aquele que fala enquanto locutor, e a seu interlocutor como destinatário” (GUIMARÃES, 2006, p.124). Assim, ao considerar o sujeito, essa Semântica o toma como lingüístico, ele é, então, constituído enquanto significado no funcionamento da linguagem e não como um sujeito empírico.

Para compreender a relação do sujeito com a linguagem é fundamental pensar como está sendo tratada a língua, conforme Guimarães (2006, p. 123) apresentou no texto *Semântica e Pragmática*⁴⁷: “A língua pode ser definida como um conjunto de regularidades cujo funcionamento é autônomo”. Neste sentido, ela se constitui de relações que lhe são próprias, de modo que, os elementos lingüísticos de um ‘enunciado’, antes de significarem no dizer de alguém, respondem as suas características próprias, as quais são constitutivas do sentido.

Por outro lado, as línguas podem ser tomadas como objetos históricos. Essas línguas são distribuídas enquanto constituem seus falantes – aqueles tomados enquanto tal pelas línguas que deles fazem falantes. Tais relações dão subsídios para Guimarães (2006, p. 124) afirmar que: “a linguagem significa porque existem falantes que falam línguas”. Portanto, alguns acontecimentos se caracterizam pelo funcionamento da língua, porque algo é dito, pois é pela ‘enunciação’ que acontecimentos passam a contar a história.

⁴⁷ Que integra o livro *Introdução às Ciências da Linguagem – A Palavra e a Frase*. GUIMARÃES e ZOPPI-FONTANA (Orgs.). Pontes, 2006.

Ou seja, é preciso que alguém diga algo (ou escreva) para que as palavras, as expressões em geral, signifiquem na medida em que a língua funciona. É a relação *alguém diz algo pelo funcionamento da língua, de um certo modo, a alguém* que faz a significação. Ou seja, a significação é produzida por um dizer de alguém. (GUIMARÃES, 2006, p. 125). [grifos do autor]

Como vimos no Capítulo anterior, as línguas que interagem em um mesmo espaço enunciativo determinam a configuração desse espaço. De acordo com Sturza, o espaço de enunciação é:

[...] um espaço configurado por uma relação de línguas e falantes. Os sentidos que se constituem em um espaço de enunciação decorrem dessa relação umbilical. Os sentidos são constituídos no interior de um embate, que é determinado pelo lugar político que as línguas tomam ao se confrontarem, ao se mesclarem, ao serem contidas e interdidas, na configuração de um espaço próprio, significadas enquanto línguas, dadas à existência pela existência de seus falantes (STURZA, 2006, p. 60).

Compreendemos, então, com Sturza (2006), os estreitos laços de sentido que amarram as línguas a seus falantes e eles a elas. Pois elas significam à medida que significam para seus falantes. Inscrevemos, portanto, nosso trabalho aos estudos enunciativos, na perspectiva de Eduardo Guimarães, e tal como ele, estabelecemos um diálogo com a Análise do Discurso desenvolvida no Brasil, em especial, por Eni Orlandi. Assim, consideramos construtivo o diálogo dessas perspectivas, pois, conforme aponta Guimarães:

[...] é decisivo para nós o tratamento da enunciação como a língua posta em funcionamento pelo interdiscurso no acontecimento. O acontecimento é constitutivo do sentido, mas enquanto configurado pela relação do presente com a memória do interdiscurso e as regularidades da língua que [...] são regularidades históricas e assim sua autonomia é relativa: a sua interioridade tem as marcas da exterioridade (GUIMARÃES, 2002a, p. 86)

Desta forma, trazemos para o nosso trabalho algumas noções desenhadas no interior da AD, como a de 'interdiscurso'. Isso nos permite fazer uma relação do exterior com o interior na interpretação do CELPE-Bras, buscando compreender como a expressão linguística da brasilidade significa fora do exame, ou o que é exterior a ele e está nele significado.

No item 2.6 do capítulo anterior, apresentamos 'memória' segundo Pêcheux (1999), ou seja, a partir dos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador, e não no sentido psicologista da 'memória individual'. Com Orlandi (2005b, p. 31), tratamos da

'memória', que, segundo coloca, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. Nessa perspectiva, é tratada como 'interdiscurso' – que “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. Para Orlandi (2005b, p. 31), o 'interdiscurso' é definido como aquilo que fala antes, é independente: “Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”.

No entanto, desde uma perspectiva enunciativa, temos que o interdiscurso traz a 'memória', mas que em cada enunciado, seus sentidos já não são os mesmos, porque há um recorte sócio-histórico que é diferente. Assim, ao 'redizer' uma palavra o tempo é outro, como o sentido é outro. Tomamos 'memória', então, como um 'redizer', ela é, assim, passível de ser 'reescrita'. De tal forma, encontramos na 'reescrituração', dispositivo de interpretação desenhado por Eduardo Guimarães em *Semântica do Acontecimento* (2002b), uma forma de buscar compreender como os sentidos do interdiscurso funcionam na constituição dos sentidos pela história da palavra, no CELPE-Bras. Mas para chegar ao delineamento desse procedimento o autor passa pelos processos de 'designação' e de 'referenciação'.

A 'designação' ocorre em processos nos quais nomes estão relacionados a outros nomes pela textualidade, sob a aparência de substituição, mas que constituem modos de determiná-lo, de predicá-lo, ou seja:

A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. (GUIMARÃES, 2002b, p. 42) [grifo do autor]

No entanto, a 'referência' é vista, por Guimarães (2002b), como a particularização de algo na e pela enunciação. Pois ela “resulta do sentido do nome constituído por seu funcionamento no acontecimento enunciativo”. Assim ela é empregada para referir objetos enquanto significados, não somente enquanto existentes, opera, no entanto, em uma função denotativa. Em outras palavras, a 'referenciação' serve para apresentar quais são os objetos do discurso.

Bunge (2008) diferencia duas concepções para ‘referência’. Uma derivada do conceito semântico de ‘referência’ e outra que obedece à noção psicológica ou pragmática para o termo. Nesse sentido:

Esta otra noción de referencia está incluida en el conocimiento de cómo las personas crean, aprenden o utilizan realmente las ideas, mientras que el concepto semántico de referencia surge cuando se pregunta acerca de qué trata un enunciado, sin importar el modo en que este haya sido concebido, aplicado, erróneamente aplicado o puesto a prueba. (BUNGE, 2008, p. 59).

Milner (2003) reconhece a existência de dois tipos de ‘referência’. Pois, segundo ele,

Para exprimir esta situación, pode-se recorrer aos termos seguintes: o segmento da realidade associado a uma seqüência é sua *referência real*; o conjunto de condições que caracterizam uma unidade lexical é sua *referência virtual*. (MILNER, 2003, p. 86), [grifos do autor].

Em relação ao primeiro tipo, Milner (2003, p. 85) esclarece que: “Costuma-se reconhecer que, sob certas condições, as seqüências lingüísticas podem ser associadas a certos segmentos da realidade, as quais elas supostamente designam e que são sua referência”. Já para o segundo, destaca que “essa noção se prende ao que se chama naturalmente de sentido lexical, e, de fato, a referência virtual de uma unidade é exatamente aquela que tenta representar a definição do dicionário”. (MILNER, 2003, p. 86).

O sentido ‘denotativo’, para Negroni e Colado (2001, p. 63) responde a um sentido passivo e imóvel, que, por sua vez, corresponde à concepção de que a função principal da língua é a comunicação. Assim, argumentam que: “la consideración de la lengua como un *código*, la *codificación* y *descodificación* y la definición del signo lingüístico – lleva a comprender la lengua como conjunto de unidades o piezas independientes que se montan y se desmontan (...)”. Ainda, segundo as autoras, esse tratamento do sentido é, desde uma perspectiva saussureana, separar língua e fala e excluir da primeira a subjetividade constitutiva da segunda. A consequência disso é que: “La semántica queda ya en cierto modo excluida de la lengua, así como por otra parte la propia enunciación (...)” (NEGRONI e COLADO, 2001, p. 63).

No entanto, como nos interessa saber que sentidos são constituídos pelo emprego da brasilidade nos ‘enunciados’ recortados do exame, atentamos para o

argumento de Guimarães (2002b), de “que não há texto sem o processo de deriva de sentidos, sem reescrituração”. Esse processo pode dar-se pela predicação de nomes por outros nomes, que ocorre de forma não segmentada, pela inter-relação entre diferentes enunciados do mesmo texto. Além disso, a ‘reescrituração’ de nomes pode ser compreendida como o “processo que constitui o sentido destas expressões” (GUIMARÃES, 2002b, p. 27-28).

Assim, a ‘reescrituração’ é o modo pelo qual um elemento dentro de um texto é ‘reescrito’, por exemplo, por anáfora ou por substituição⁴⁸, em segmentos enunciativos diferentes, mas que ao reescrever, o significa de modo diferente. Nela, um termo, o ‘reescriturado’, é reescrito pelo ‘reescriturante’, através de uma relação não segmental, que, segundo esse autor, é um procedimento próprio da textualidade e também o que lhe dá sentido e que constrói o texto. Compreendemos a ‘reescrituração’, portanto, como um processo de derivação de sentidos, que faz da ‘reescritura’ de um nome, dentro da mesma textualidade, uma expressão linguística, expressão tal, que se instaura no acontecimento enunciativo, no momento próprio da enunciação.

Pois é pela ‘reescrituração’, que “esse movimento de predicação na duração do presente pelo memorável significa porque projeta um futuro, o tempo da interpretação no depois do acontecimento no qual o reescriturado é referido pelo reescriturante” (GUIMARÃES, 2002b, p. 28). Assim, com a ‘reescrituração’ de sentidos trazidos pelo interdiscurso que uma ‘memória’ é presentificada. Entretanto, nas condições sócio-históricas em que é enunciada, produzem-se efeitos de sentido que extrapolam o presente textual. Isso é o que garante que os sentidos ganhem uma ‘imagem enunciativa’, ou seja, parafraseando Orlandi (1998), que se perpetuem como uma versão legítima da história.

Neste sentido, empregamos a ‘reescrituração’ como dispositivo de análise que nos possibilitará compreender como é mobilizada a noção de ‘interdiscurso’ para tratar da memória dos sentidos historicamente constituídos. Mais precisamente, nas textualidades do CELPE-Bras, com elas, buscamos responder como os sentidos de brasilidade, historicamente significados, são ‘rememorados’ nesse exame e quais

⁴⁸ Compreendemos, com Guimarães (2002b), que ‘designação e referenciação’, de um lado, e ‘anáfora e substituição’, de outro, obedecem a níveis diferentes. Enquanto que os primeiros estão no nível da ‘reescrituração’, que é o nível do discursivo, ‘anáfora e substituição’ estão no nível do linguístico. Nesse sentido, estes cumprem determinadas funções que resultam em determinado efeito de sentido, como a ‘reescrituração’ de um nome, por exemplo.

sentidos se projetam para sua interpretação. Assim, observamos como funciona a ‘memória’ na língua, ou seja, como o ‘discurso sobre a brasilidade’ faz significar o português brasileiro.

A ‘reescrituração’ é, assim, um procedimento analítico que utilizamos para indicar como opera o interdiscurso, uma categoria discursiva, na enunciação. A partir do qual interpretamos o funcionamento da ‘memória’. No entanto, o funcionamento da ‘memória’ nos interessa enquanto funcionamento ‘discurso sobre a brasilidade’ no CELPE-Bras, toda vez que ela significa um ‘redizer’ de enunciados relativos à brasilidade. Neste sentido, a rememoração de sentidos está relacionada com elementos que constituem representação da brasilidade no exame. Pois, segundo Bunge (2008, p. 133) se não fosse a propriedade representável das coisas não saberíamos de sua existência, “puesto que nuestro conocimiento de las cosas y sus propiedades se funda en nuestra representación de ellas”.

4.2 Feijão com arroz e a representação do Brasil: uma expressão de brasilidade

Neste item, procederemos à análise das Sequências Enunciativas (SEs) retiradas da transcrição do áudio da Prova Coletiva do CELPE-Bras (2010/1), texto que destaca a importância social para o Brasil do feijão com arroz. Assim, apresentamos as sequências:

SE 1: “Nada diz mais a respeito do povo brasileiro e do anil Brasil do que **feijão com arroz.**”

SE 2: “É **algo** que já merecia um estudo sério, e foi o que aconteceu no livro DNA Brasil,”

Na SE 1 do áudio que compõe a Prova Coletiva do CELPE-Bras 2010/1 ocorre a primeira aparição do nome que nele será ‘reescriturado’: “feijão com arroz”. A união desses dois alimentos forma um prato típico do brasileiro, mas funcionam, também, como marcas que determinam o significado para “povo brasileiro” e para “Brasil”. Isso porque, trazem em si uma ‘memória de brasilidade’, e o sentido dessa

memória é delineado pela relação que estabelece com “anil Brasil” – enunciado que ‘rememora’ a cor do céu do país: cor de anil.

Na SE 2, esse SN é ‘reescrito’ por “algo”, por um mecanismo de substituição, ou seja, no lugar de “feijão com arroz” (SE 1) , ressignificando-o. Nessa sequência, “algo” promove uma indefinição ao sentido do SN que ‘reescreve’. Serve para generalizar sua significação e isso expande as possibilidades de interpretação. Não se trata apenas de um alimento, pois “algo” dá abertura para entendermos que “feijão com arroz” pode dizer muito sobre o sentido sobre a brasilidade. Portanto, é representativo para o Brasil e para os brasileiros, tanto que ganha atenção especial no livro “DNA Brasil”⁴⁹.

SE 3: “**O feijão com arroz** transita por todas as classes sociais, vai de norte a sul e em todas as estações,”

SE 4: “**O feijão com arroz é uma identidade social brasileira, é o denominador gastronômico comum** para praticamente 190 milhões de ‘brazucas’.

As SE 3 e 4 trazem a ‘reescritura’ dos nomes “feijão com arroz”, de modo que o movimento de ‘reescrituração’ se dá por uma generalização, conforme a (SE 1), esse alimento representa o Brasil. Na SE 3 o sentido de “feijão com arroz” se significa pelo lugar social, ao determinar sua transitividade por “todas as classes sociais”, como também sua difusão geográfica, pois “vai de norte a sul”. Na SE 4, “feijão com arroz” se ‘reescritura’ por uma definição em é “uma identidade social brasileira” e é “o denominador gastronômico comum”. A partir desse ponto, a expansão de sentidos possíveis para esse nome, indicada por “algo” (SE 2), vai sendo especificada e definida.

Dessa forma, o “feijão com arroz” determina o ‘ser’ brasileiro, predicando sua ‘identidade social’ e ‘sua alimentação’. Além disso, nessa SE, é importante considerar a relação com o termo “brazucas”⁵⁰, expressão da língua brasileira que se apresenta como sinônima ao sentido de brasilidade, designando também o brasileiro. Na SE 4, “brazucas”, por sua vez, está predicado por “uma identidade

⁴⁹ “Para promover uma leitura inspiradora sobre o *DNA* brasileiro, capaz de revelar o que faz do Brasil um país ao mesmo tempo global e local e o que torna os brasileiros um povo singular em termos de comportamento e consumo” (RAMOS, 2009) o SENAI/ CETIQT o livro *DNA Brasil: Tendências e Conceitos emergentes para as cinco regiões brasileiras*.

⁵⁰ Expressão empregada pelo brasileiro, geralmente aquele que vive fora do Brasil, para referir a si próprio.

social brasileira” e por “o denominador gastronômico comum”. Observamos que, através de diferentes recortes para “feijão com arroz” a rede de sentidos da brasilidade vai sendo tecida e a identidade do Brasil e dos brasileiros começa a ser configurada pelo funcionamento dessa expressão no texto.

SE 5; **“a epidemia nostálgica do feijão com arroz** que consome àqueles que longe da pátria ficam.”

SE 6: “colocarão um par de Havaianas e irão logo, logo comer **uma Feijoada,**”

Na SE 5 a ‘memória’ do “feijão com arroz” constitui uma metáfora “epidemia nostálgica” associada ao que seria uma marca tão brasileira que remete a falta de “feijão com arroz”. Nesse funcionamento de sentidos, o alimento faz significar, para aqueles que estão fora do país, seus costumes, sua cultura, suas origens, seu lar, seu país. Os sentidos para “feijão com arroz” de SE 5 se ‘reescrevem’ em SE 6 pela mesma relação de sentidos, pois – colocar “um par de Havaianas” e comer “uma Feijoada” rememoram um sentimento brasileiro, referem à brasilidade. Na ‘reescritura’ por “Feijoada” o sentido do alimento é movimentado. Mas, sobretudo, destacamos a presença de outro produto, que, tal qual o “feijão com arroz” (e, aqui, relacionado a ele), dado a difusão do seu consumo entre os brasileiros, é mobilizado para significar a brasilidade, um par de chinelas Havaianas.

SE 7: “querem correr para o colo da mamãe e pedir **aquele feijão bem temperadinho, com arroz soltinho ‘pra chuchu’.**”

SE 8; **“O arroz com feijão é tão forte,** e é associado à família, é **associado ao carinho,** é associado ao amor, claro que também é associado ao trabalho,”

A ‘reescritura’ de “feijão com arroz” na SE 7 se faz por um mecanismo de especificação remetendo às relações familiares do brasileiro, pois rememora “o colo da mamãe” e “aquele feijão bem temperadinho, com arroz soltinho ‘pra chuchu’”. Na SE 8 essa rememoração, os sentidos trazidos pela ‘memória’ do “arroz com feijão” é rescrito por uma substituição, “é associado à família”, “é associado ao carinho”, “é associado ao amor”. Com as sucessivas ‘reescrituras’, o “feijão com arroz” vai ganhando matizes de significação. Nesse caso, os sentidos constituídos por essa expressão que remetem a um alimento tipicamente brasileiro, significando esse

brasileiro em seu caráter afetivo, popular, nacional, econômico, social e político. Essas sequências enunciativas vão configurando, pela ‘reescrituração’ de “feijão com arroz”, o funcionamento polissêmico dessa expressão, pois ‘feijão com arroz’ é família, é carinho, é amor, é trabalho, é brasilidade.

SE 9: “96% dos brasileiros afirmam **comer arroz** todos os dias. Assustou? E que tal saber que 94% deles [ou seja, nós] declaram **comer feijão** todos os dias?”

SE 10: “me perguntou se não poderia dá-la dinheiro porque precisava dar **comida** para os filhos.”

Na SE 9 encontramos a ‘reescrituração’ por particularização dos produtos que compõem o prato típico do brasileiro aliada a níveis estatísticos de seu consumo. Esse índice ‘reescreve’ a afirmação presente na SE 4, de que quase 190 brasileiros comem feijão com arroz todos os dias. Mas, fundamentalmente, essa especificação dada pelo percentual ‘reescreve’ a SE 8, quando trata do feijão com arroz como alimento do trabalhador, da maior parte dos 190 milhões de brasileiros, ou seja, da parcela mais humilde da nossa sociedade⁵¹.

Essa generalização sobre o consumo de “arroz e feijão”, significada em “todos os dias”, é determinada pela importância desse alimento para seus consumidores. Esse sentido de ‘arroz com feijão’, que determina seu consumo generalizado refere, por sua vez, o sentido do ‘reescriturante’ na SE 10, “precisava dar comida para os filhos”, ou seja, “feijão com arroz” é “comida” para o povo brasileiro, é sua comida⁵².

SE 11: “**um ‘feijãozinho com arroz’** ‘pras’ crianças.”

SE 12: “da importância nutricional, da relevância social do **feijão com arroz** em nossas vidas.”

⁵¹ “O consumo de feijão e arroz caiu e somente a população de baixa renda continua mantendo este hábito. Entre as famílias de renda per capita mensal de até 50 reais, o feijão corresponde a 9,7% do total de alimentos consumidos em um mês” (NIEDERAUER, 2010, p. 118).

⁵² Em um trabalho sobre estranhamentos culturais em sala de aula no ensino de PLE, Niederauer (2010, p. 117) exemplifica a atitude de um professor, tomado por sua cultura, quando afirma “categoricamente que a dieta diária brasileira, incluindo arroz e feijão, havia sido considerada por pesquisas como uma das mais saudáveis do mundo, altamente balanceada e nutritiva”. Segundo a autora, esse professor apenas repetiu estereótipos sobre a realidade do brasileiro.

Nesse recorte, “feijão com arroz” (SE 12) predica a “importância nutricional” e a “relevância social” que determinam o que vai alimentar suas “crianças”. O autor/locutor relata que poderia dar a quantia necessária para que a senhora oferecesse uma boa refeição a seus filhos, mas as relações de sentidos estabelecidas sobre o ‘feijão com arroz’ para os brasileiros, determinaram sua ‘escolha’. Na SE 11, “um feijãozinho com arroz” se ‘reescritura’ por um mecanismo de graduação da palavra feijão, apresentada pelo diminutivo, que remete novamente ao seu sentido afetivo. Assim, Bernardo Küster⁵³ é um brasileiro que fala sobre seu alimento, sobre o que ele representa e sobre o que ele representa de si. Fala sobre si, enuncia-se no aspecto de brasilidade impresso nas ‘reescrituras’ de ‘feijão com arroz’.

SE 13: “experimente acrescentar R\$1,00 no **pacote de arroz ou feijão**, seria uma revolução,”

SE 14: “Mas se os preços subirem, não fique nervoso, não, pois isso já virou **aquele mesmo ‘arroz com feijão’**.”

Na SE 13 a ‘reescrituração’ funciona por uma especificação de quantidade, o que leva a remeter de novo ao seu sentido econômico – trata-se do preço mercadológico. Por conseguinte, “arroz ou feijão” predica “experimente acrescentar R\$1,00 no pacote”, que, por sua vez, determina “uma revolução”. Dessa forma, o aumento nos preços desses produtos, dada sua relevância entre os brasileiros e, por consequência, seu consumo, geraria um conflito.

A princípio, tal problemática é colocada como “revolução”, mas revolução se ‘reescritura’ se modalizado por “não fique nervoso, não” (SE 14), rememorando sentidos atribuídos ao brasileiro, como povo pacífico ou, mesmo, conformado com os problemas sociais. A conformidade apresentada no último enunciado gera uma ironia ao concluir-se a fala de forma diferente da previamente sugerida pela “revolução”, expressa na SE 13. Essa ironia nos leva a perceber que o sentido de “arroz com feijão”, recortado nessa SE, também é diferente. Neste recorte, “arroz com feijão” funciona semanticamente pela ironia.

⁵³ Observemos o nome do autor/locutor do texto, Bernardo Küster, ele mesmo representa um aspecto da brasilidade, um brasileiro com sobrenome de origem alemã.

Tal compreensão pode dar-se, sobretudo, pelos sentidos que se configuram pela especificação de “aquele mesmo”, que remete a algo já conhecido, algo comum, costumeiro. Sendo assim, “arroz com feijão” (SE 14) tem sua significação também determinada pelo conformismo com a situação, considerando-se os sentidos que carrega. Apresenta-se, portanto, como uma expressão linguística de tudo o que é lugar comum para o ‘ser’ brasileiro. Nesse sentido, “feijão com arroz” não é mais o alimento do brasileiro, mas a própria expressão da brasilidade. Nessa textualidade, “feijão com arroz” é, portanto, sinônimo de brasilidade.

A ‘reescrituração’ de um nome predica o nome, e assim, constrói a textualidade e o movimento dos sentidos no texto com o ‘reescriturado’, de modo que o faz ser diferente de si. Nesse sentido, através dos diferentes recortes, ‘feijão com arroz’ nunca é o mesmo, ao determinar o que é memorável: os costumes, a família, a comida, o lar, o Brasil, etc. No ‘feijão com arroz’ está o que Orlandi (1998) chamou de ‘espírito do brasileiro’.

‘Feijão com arroz’ é também o alimento que está na base gastronômica do país, visto que, segundo o texto, constitui o alimento que por volta de 95% da população brasileira consome. Mas essa deriva de sentidos segue, e o seu caráter comum e fundamental, que está na base da própria constituição social do brasileiro toma o aspecto da cotidianidade, de algo que é comum, corriqueiro, que é visto todos os dias. Assim, “arroz com feijão” (SE 14) é uma expressão linguística brasileira para significar o mesmo.

A respeito do sentido, Guimarães toma uma posição “radicalmente anticomposicional”, pois, segundo ele:

Só assim se torna possível deixar intervir na descrição do sentido os rememorados que os diversos pontos de um texto recortam. Ou seja, a descrição do sentido não pode se limitar ao estudo do funcionamento do enunciado. Este é parte da questão e não seu lugar. (GUIMARÃES, 2002b, p. 28).

Nossa interpretação das SEs apresentadas obedece, necessariamente, à proposta de interpretação desse autor. Verificamos, assim, que a ‘reescritura’ do alimento ‘feijão com arroz’ passa pela deriva de sentidos, pelos diferentes mecanismos de funcionamento na enunciação da expressão ‘feijão com arroz’, significado é algo tão intrínseco ao ser brasileiro, que passa a ser expressão dele, a expressão da brasilidade. Isso porque, para um nome se tornar expressão,

inevitavelmente, sua interpretação deve extrapolar os limites textuais e passar para o nível de sentidos possíveis, afetado pela história.

Conforme vimos com Küster, com ‘feijão com arroz’ se agenciam vários sentidos, que, de diferentes formas, podem ser retomados para expressar a brasilidade, dada a importância que esse produto assumiu para o povo brasileiro. ‘Feijão com arroz’ passa a ser uma expressão linguística sinônimo de brasilidade, portanto tem a propriedade de representar o português brasileiro.

4.3 Academia da Cachaça: o tradicional e o novo, da cozinha brasileira para o mundo

Neste item, tal como no anterior, buscamos compreender a constituição de sentidos que ocorrem através do processo de “reescrituração” (GUIMARÃES, 2002b), procedemos, assim, à análise de Sequências Enunciativas (SEs). Essas foram retiradas da transcrição do áudio da Prova Coletiva do CELPE-Bras (2009/1), o texto é uma entrevista da Rádio CBN à Danúsia, sobre a Academia da Cachaça (RJ). Assim, apresentamos as sequências:

SE 1: “Nós vamos conversar sobre a Academia da **Cachaça**.”

SE 2: “Não há alemão que resista, quando chegam aqui e mostro **as caipirinhas**.”

Na SE 1, a palavra ‘reescriturada’ constitui uma designação para um estabelecimento comercial que está sendo divulgado na entrevista: “a Academia da **Cachaça**”. Temos que, dado a sua participação na formação sócio-histórica brasileira, a cachaça traz em si um sentido de brasilidade. Na SE 2, “Cachaça” é ‘reescriturada’ por um mecanismo de substituição por “caipirinhas”. Embora substituída por “caipirinhas”, a ‘reescrituração’ de “cachaça” significa um produto de marca nacional enquanto bebida brasileira. Ao ser ‘reescriturada’, a palavra vai tecendo novos sentidos por apresentar-se em outro tempo da enunciação, logo a cada vez que aparece sentido já não é o mesmo. “Caipirinha” está predicada por outros dizeres, referida aos seus clientes, ao público estrangeiro (“alemão” é a parte, tomada, metonimicamente, pelo todo – ‘o estrangeiro’), que não resistem a suas

caipirinhas. Observamos, assim, uma referência ao sucesso da ‘cachaça’ entre o público consumidor.

SE 3: “É **uma amostra da boa cozinha brasileira.**”

SE 4: “Tem feijoada todo dia, tem petisco de bar, tem **uma carta de cachaças** que é imbatível.”

Na SE 4, ‘cachaça’ é ‘reescriturada’ por um mecanismo de determinação, que a faz funcionar por o que lhe atribui “uma carta de”, não apenas a cachaça bebida brasileira, é determinada por variedades dessa bebida a qual a palavra carta remete. Por um mecanismo de associação, a variedade de cachaças está relacionada à “feijoada”, a “petisco de bar”, na mesma rede de significações dos produtos nacionais, logo marcas da brasilidade. Ambos fazem parte de um conjunto que é a “boa cozinha brasileira” (SE 3). Nesse sentido, ao longo da entrevista, Danúsia vai elencando propriedades da ‘cachaça’ que dão valor a seus produtos e serviços, ressignificando a cada dizer os sentidos atribuídos a cachaça no interior do texto da entrevista.

SE 5: “Foi a **própria Academia da Cachaça** que promoveu a **cachaça a uma coisa nobre**. Não é?!”

SE 6: “E **acompanhada** de uns pratos que acabaram ficando, também, **uns clássicos**, por exemplo: o ‘escondidinho’...”

Na SE 5 ‘cachaça’ está determinada na sua ‘reescrituração’ por “Academia” que por sua vez está determinada por “a própria”. Essas determinações da palavra cachaça funcionam no enunciado para predicar algo sobre ela, ou seja, “uma coisa nobre”, que substitui “cachaça”. A ‘cachaça’ é, então, um produto nobre. Considerando-se que a ‘Academia’⁵⁴ foi responsável por transformar um produto comum em algo nobre, isso nos leva a crer que o estabelecimento, capaz de elevar à nobreza os produtos que comercializa, oferece produtos de qualidade. Nesse sentido, ‘cachaça’ é sinônimo de qualidade.

⁵⁴ A nomeação do estabelecimento funciona como uma analogia de uma academia convencional, assim, o significado da palavra ‘academia’ legitima sua condição de nobreza, de qualidade, de superioridade. Pois, de acordo com o dicionário *Luft*, 20^a ed. Academia é: 1 – Sociedade de artistas, literatos ou sábios; 2 – Escola de instrução superior.

Na SE 6, seu produto principal, a ‘cachaça’, é “acompanhada por uns pratos”, em que o indefinido (“uns”) generaliza os pratos que a acompanham. No entanto, na sequência, são especificados por exemplificações como “escondidinho”⁵⁵. No entanto, damos especial atenção à “também”, que introduz a expressão: “também, uns clássicos”. Nesse recorte, observamos que a ‘cachaça’ movimentava o sentido sobre os pratos servidos com ela, significando-os como ‘clássicos’. Assim, também o seu sentido é redefinido, ‘cachaça’ é mais que tradicional, é um clássico – digno de ser oferecido pela ‘Academia’ a seus clientes. Nesse sentido, ‘cachaça’ é um clássico da cozinha brasileira.

SE 7: “Tem **muitas novidades ali**, né, que foram **inventadas ali** na..., na **Academia da Cachaça.**”

SE 8: “As próprias maneiras, vários tipos de fazer **caipirinha**, é **uma coisa muito boa.**”

Na SE 7, detemo-nos na capacidade inventiva do brasileiro, essa criatividade é expressa nas “muitas novidades” “inventadas” na “Academia da Cachaça”. A invenção/criação, expressa na SE 7, integra a produção de outra bebida típica brasileira muito apreciada por estrangeiros, mas que leva a ‘cachaça’ como base do preparo – a “caipirinha”.

É, portanto, a “caipirinha”, que na SE 8 ‘reescritura’ ‘cachaça’, substituindo-a. Além disso, é a ‘cachaça’ que determina a “caipirinha” (dado a sua composição) como “uma coisa muito boa”. A “caipirinha”, por sua vez, predica a “Academia da Cachaça”. A ‘cachaça’ determina, portanto, o sentido para a Academia e para as novidades existentes lá. Fazendo-as significar, em síntese, como “uma coisa muito boa (SE 8). A ‘Academia da Cachaça’ é boa, porque a ‘cachaça é boa’. A ‘caipirinha da Academia da Cachaça’ é boa, porque a ‘cachaça é boa’. ‘Cachaça’ é uma coisa boa, um produto muito bom.

⁵⁵ Chamamos atenção para esse modo de nomear caracteristicamente brasileiro, que realiza, através do diminutivo, um trabalho discursivo para incidir sobre a imagem do objeto nomeado. Segundo Barbosa (2009, p. 114), “Os argumentos com diminutivos têm duplo valor: podem conotar sentidos de afetividades e de ironias.” No caso das comidas e bebidas brasileiras, verificamos o primeiro desses sentidos, pois ao apresentar o ‘escondidinho’, a entrevistada expressa a uma apreciação pela comida, que se quer compartilhada pelo cliente estrangeiro.

SE 9: “Ela, **ela** lança moda.”

SE 10: “E todo mundo acabava ‘pegando’, gostando da **tradição**, mas também querendo conhecer **as coisas novas**.”

Na SE 9 a ‘Academia da Cachaça’ se ‘reescritura’ por “ela” e sua repetição funciona para dar ênfase ao seu status como produto nacional. Retoma-se aqui, sua clientela estrangeira, pois na SE 10, a entrevistada (Danúsia, que representa a Academia da Cachaça), ao generalizar por “todos”, generaliza: “todo mundo acaba ‘pegando’”. “Todo mundo” faz uma remissão ao “alemão”, por extensão, ao estrangeiro. Nesses enunciados os sentidos de cachaça se instauram pela projeção do produto no mercado interno e externo.

Desta forma, na SE 10, “tradição” está por cachaça, ao se ‘reescriturar’ como parte de produtos tradicionais: como o “escondidinho” e a “cachaça”, ao passo que “as coisas novas” ‘reescrituram’ as criações a partir do tradicional: como os novos sabores que integram a “carta de cachaças”. Assim, a ‘Academia da Cachaça’ não só lança moda, como determina o tradicional e a novidade a partir dos sentidos de ‘cachaça’. Esses sentidos é que determinam o que “todo mundo” deve acabar “pegando”, “gostando” ou “querendo conhecer”. Portanto, a ‘cachaça’ é moda no mundo todo.

Nos diversos recortes, ‘cachaça’ é significada pelos diferentes modos como se rediz, é esse movimento de sentidos que determina que a ‘Academia da Cachaça’ é um estabelecimento que só oferece produtos de qualidade a seus clientes. Esses sentidos para a ‘Academia’ só são possíveis porque determinados por aquela que se apresenta como seu carro-chefe: a ‘cachaça’. É a ‘cachaça’ que lhe capacita para dar uma ‘amostragem da boa cozinha brasileira’. Embora tenha sido a ‘Academia’ responsável por tornar a ‘cachaça’ em uma bebida nobre, é a ‘cachaça’ que compõe a ‘carta imbatível’, que a torna irresistível para o “alemão”. O funcionamento semântico da palavra ‘cachaça’ se dá no domínio de sentidos, se ela é clássica, tradicional, boa ou imbatível, pelo modo de fazer significar no texto os sentidos para os produtos e serviços da ‘Academia da Cachaça’.

Conforme apresentamos no item anterior, a ‘reescrituração’ produz um deslizamento de sentido dos nomes ‘reescriturados’ de acordo com cada recorte produzido em enunciados não segmentados. Assim, a leitura não pode ser feita de

forma linear e a interpretação, bem como a produção de sentidos se dará com elementos ‘rememorados’ em cada recorte dessa textualidade. Na entrevista concedida à Radio CBN são ‘rememorados’ também, na fala da entrevistada, uma ‘característica’ tradicionalmente atribuída ao brasileiro: a criatividade.

O deslizamento de sentidos dessa característica gera outra, que mais recentemente vem sendo estimulada no Brasil: a do empreendedorismo. Esse empreendedorismo é praticado, conforme vimos ao longo da fala, pela ‘Academia da Cachaça’, ao estimular o consumo de seus produtos: os clássicos e os novos. No entanto, tal como no ‘feijão com arroz’, encontramos na ‘cachaça’, seja a tradicional ou a inovadora, sentidos que remetem à brasilidade.

4.4 O CELPE-Bras e um novo ‘espaço-tempo’ para o ‘discurso sobre a brasilidade’

A partir das análises que fizemos nesses áudios, através do funcionamento da ‘reescrituração’ nessas textualidades, constatamos que ocorre um movimento de sentidos nos dizeres que constituem essas textualidades. E, a partir desse pressuposto, depreendemos que a ‘Academia da Cachaça’ vem obtendo sucesso ao valer-se das características brasileiras, para explorar o consumo dos produtos genuinamente brasileiros. Dessa forma, podemos aproximar os sentidos constituídos nessa entrevista aos que compõem o texto sobre o ‘feijão com arroz’, pois mais uma vez encontramos elementos da cozinha brasileira que se tornam representante de sua cultura, se tornam sua expressão, portanto, uma expressão da brasilidade e representativos do ‘ser’ brasileiro.

No entanto, o ‘espaço-tempo’ (GUIMARÃES, 2005) em que se trata da ‘cachaça’ é diferente daquele em que se trata do ‘feijão com arroz’. Enquanto esse trata de sentidos que promovem um movimento ‘retorno’ ao Brasil, como a representação da ‘nostalgia’ dos que estão longe da pátria, a ‘cachaça’ é promovida a algo nobre. Tendo em vista essa propriedade, ela é tomada como representante da boa cozinha brasileira em um movimento de *exportação* desse produto – conforme o emprego do termo por Lima (2008) –, dada sua apreciação pelos estrangeiros.

Compreendemos que o ‘espaço-tempo’ é configurado pelas condições sócio-históricas em que os sentidos são mobilizados. Se considerarmos que o ‘espaço-tempo’ está relacionado ao ‘espaço-enunciativo’ do português brasileiro, devemos considerar, também, que, conforme Zoppi-Fontana, o ‘espaço enunciativo’ dessa língua foi, ‘discursivamente’, ampliado com a gramatização do PLE (ZOPPI-FONTANA, 2007, p. 320). Portanto, tomamos esse novo ‘espaço-tempo’ desde uma perspectiva enunciativo-discursiva, para, então, localizar nele uma nova ‘imagem enunciativa’ para o sentido sobre a brasilidade.

Assim, tanto o ‘feijão com arroz’ quanto a ‘cachaça’ são representativos do Brasil e da brasilidade, mas enquanto o primeiro define o ser brasileiro, a ‘cachaça’ demonstra o porquê de seus produtos estarem ocupando cada vez mais o mercado mundial. Fazendo uma relação com o ‘espaço-tempo’ em que funcionam no CELPE-Bras, constatamos que esse ‘instrumento’ aparece, nesse contexto, como o lugar em que se legitima uma nova representação de brasilidade, a representação de um país mais próximo da conquista de sua sustentabilidade.

Tendo em vista que um dos principais setores industriais brasileiro é o que corresponde a alimentos e bebidas e seu principal setor de exportação nos últimos anos foi o da produção agrícola. Entre esses produtos mais exportados pelo Brasil se encontra o açúcar e o álcool (produzidos a partir da cana-de-açúcar) (LANDIM, 2010). Segundo reportagem publicada pelo Estadão, o Brasil já é o terceiro maior exportador agrícola do mundo⁵⁶. Esse é o “devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo” que se apresenta (COCCO, 2009, p.48), que se impõe a todo mundo, inclusive a nós brasileiros. Essa é uma realidade, pois, segundo esse autor, o ser do Brasil já não pode ser colocado para o futuro, como em outras épocas em nossa história, a ‘mundialização’ do Brasil é um ‘devir’, cada vez mais presente com a Globalização.

⁵⁶ LANDIM, Raquel. O Brasil já é o terceiro maior exportador agrícola do mundo. (Reportagem). In: *Economia & Negócios*. O Estadão de S. Paulo: 06 de março de 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,brasil-ja-e-o-terceiro-maior-exportador-agricola-do-mundo,520500,0.htm> acesso: 15/01/2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos traçar, aqui, algumas considerações a respeito da observação das marcas da brasilidade veiculadas pelo exame CELPE-Bras, e como, através de seus sentidos, o Estado faz significar no mundo o português brasileiro. Assim, primeiramente, buscamos conhecer o atual movimento de organização dos países em blocos e suas inter-relações. Conforme vimos, esse movimento, necessariamente, passa pela questão das línguas, mais precisamente, pelas 'políticas linguísticas' que determinam e/ou são determinadas pelos Estados envolvidos.

Nas relações estabelecidas entre esses países atuam inúmeras línguas. Elas são organizadas hierarquicamente, de acordo com o maior ou menor grau de prestígio social que possuem, ou seja, quanto maior seu *status*, maior seu poder de representação. Fator, esse, que reflete nas questões econômicas e políticas mundiais, e, por conseguinte, desencadeia a busca pela valorização das línguas menos prestigiadas, ou que se percebem em desvantagem em relação a outra língua.

É quando Estados passam a planejar ações para a promoção de suas línguas nacionais, ou seja, quando passam a articular políticas linguísticas de promoção das línguas, apoiadas, sobretudo na indústria cultural e no turismo. Como exemplo disso, apontamos a Francofonia, a Hispanofonia e a Lusofonia, nesse último movimento de promoção de uma língua, o Brasil se insere ativamente, inclusive, empregando o CELPE-Bras como um instrumento a serviço da expansão do português brasileiro.

Em um segundo momento, dedicamo-nos a verificar como se dá a representação do Brasil no CELPE-Bras, que difunde seu português no exterior. Encontramos na língua certificada por esse instrumento avaliativo marcas do português brasileiro. Mas, sobretudo, encontramos traços de organização social de uma comunidade única, que podem ser entendidos em seu processo avaliativo, como a adequação do uso da norma, formas de tratamento, hábitos de cortesia, etc. No entanto, encontramos também a representação da brasilidade expressa nas textualidades utilizadas por ele, como vídeos, áudios, textos e Elementos Provocadores que tratam da música, da comida, dos esportes brasileiros, etc.

Fazemos, então, uma relação da brasilidade presente nessas textualidades com o que foi se constituindo, histórica e sócio-antropologicamente, como características que definiriam o Brasil e os brasileiros.

Feito isso, buscamos nos embasar teoricamente nas questões que tratam do processo de gramatização do português no Brasil, ou, como referiu Guimarães (1996), na gramatização brasileira. Pois nela encontramos o estabelecimento de uma história pela busca da identidade linguística de nosso país, conforme os períodos de gramatização do português brasileiro reconhecidos por esse autor. Entretanto, mais precisamente sobre o CELPE-Bras, nos baseamos em Zoppi-Fontana (2007), que propõe um quinto período de gramatização do português no Brasil. Período que somado ao trabalho de Guimarães, integra a História das Ideias Linguísticas no Brasil.

Por fim, buscamos reunir a fundamentação encontrada em todas essas questões e empregá-las na análise de nosso *corpus*. Salientamos, entretanto, que em nosso último Capítulo trabalhamos sob a perspectiva da Semântica do Acontecimento e que consideramos a historicidade constitutiva do *corpus* que recortamos. Historicidade que buscamos recuperar sob diferentes perspectivas nos capítulos anteriores.

Como dispositivo de análise dos materiais selecionados, empregamos a ‘reescrituração’, delineada por GUIMARÃES (2002b) para buscar a interpretação dos sentidos de uma mesma textualidade, que por anáfora ou substituição, vão reescrevendo os nomes em uma mesma textualidade e provocando a deriva de sentidos. Sendo assim, observamos a brasilidade constitutiva do ‘feijão com arroz’, no áudio da Prova Coletiva do CELPE-Bras (2010b/1), como também, da ‘cachaça’, no áudio da Prova Coletiva do CELPE-Bras (2009/1).

No primeiro caso, levamos em conta que esse prato típico da cozinha brasileira, por vezes, aparece ‘reescrito’, recortado em diferentes configurações no mesmo texto, dado suas relações com os outros nomes aí presentes. Verificamos que ‘feijão com arroz’, em cada recorte, retoma uma memória já estabelecida e vai, dessa forma, determinando sentidos para o brasileiro. Nessa textualidade, a partir de um processo de deriva de sentidos, ‘feijão com arroz’, de expressão da brasilidade se transforma em uma expressão linguística do português brasileiro empregada para representar tudo o que já se tornou comum, corriqueiro.

No segundo caso, observamos os diferentes recortes para o sentido de ‘cachaça’, como uma bebida tradicional brasileira que é elevada à categoria de um produto nobre pela ‘Academia da Cachaça’. No entanto, verificamos, pelo movimento de deriva de sentidos, que a ‘cachaça’, produto genuinamente brasileiro, passa a determinar o sentido para os outros produtos oferecidos pela ‘Academia’. Conseqüentemente, passa a valorizar o próprio estabelecimento e a determinar o sucesso de seus produtos entre o público consumidor, em especial, entre o estrangeiro.

Operando uma relação entre as textualidades analisadas, compreendemos ‘feijão com arroz’, assim como ‘cachaça’, como produtos ‘exportados’ pelo Brasil. Relacionamos, no entanto, tais produtos a outros difundidos no exterior que, não necessariamente sejam da mesma natureza. Podemos enumerar, por exemplo, a música e o esporte brasileiros. No entanto, todos esses ‘produtos’ guardam em si a propriedade de representar o Brasil e o brasileiro. Dessa forma, compreendemos que eles levam ao exterior um sentido de brasilidade, por significar como uma representação do ‘ser’ brasileiro. Essas marcas criam um imaginário sobre o brasileiro. E a difusão desse imaginário generaliza diferentes estereótipos, como de que todo brasileiro ‘respira’ carnaval, de que toda mulher brasileira é mulata, de que o Brasil é o país do futebol, etc.⁵⁷

O CELPE-Bras se vale dessa propriedade constitutiva desses ‘produtos’ para representar a língua portuguesa que certifica. Desde uma perspectiva mercadológica, o português brasileiro difundido pelo exame pode ser considerado, também, como um ‘produto de exportação’. Entretanto, focamos, aqui, nos materiais autênticos que emprega e faz circular, pois, como esclarecemos anteriormente, não são projetados para fins didáticos. Dois desses materiais formaram nosso *corpus*, como foi exposto acima: o primeiro foi um texto da coluna Manga na cozinha – tratando do ‘feijão com arroz’, e o segundo foi uma entrevista à Rádio CBN – tratando da Academia da ‘Cachaça’.

Conforme observamos em nossa análise, tais textualidades trazem um imaginário sobre esses produtos, que é também um imaginário sobre o brasileiro e

⁵⁷ Como, por exemplo, uma aluna argentina, que em uma das aulas de PLE oferecidas pelo Entrelínguas/UFSM em 2009, comentou sua surpresa em relação às frutas encontradas no Brasil durante seu intercâmbio estudantil, pois imaginava que as frutas brasileiras eram “algo de outro mundo”. Verificamos aqui um eco do ‘discurso de brasilidade’, já comentado por Paim (2009) e em nosso Capítulo II, pois desde o ‘descobrimento’, o Brasil foi associado à *Terra da bem-aventurança*, um paraíso na terra.

sobre o Brasil. Esse imaginário atravessa esses áudios como uma ‘memória’ na língua. Assim, o português brasileiro, aí representado, é carregado de brasilidade, através desses ‘produtos’ que se transformam em sua marca. Mas tais marcas já são fixadas em um imaginário geral sobre o Brasil como ‘imagens enunciativas’ que rememoram o ‘discurso sobre a brasilidade’, para usar expressões de Orlandi (1998).

Segundo aquilo que nos propomos a fazer em nossa pesquisa, compreendemos que assim se realiza o funcionamento do sentido sobre a brasilidade no exame CELPE-Bras. Como uma forma de representação de origem, de pertencimento, de afirmação, de que o português que está no mundo tem a mesma brasilidade dos produtos que o Brasil exporta e dos brasileiros que trabalham nas mais diversas partes do mundo – o português brasileiro.

No entanto, ao fim desse trabalho, percebemos que muitas são as questões implicadas nessa relação. Uma delas seria: será que essa postura adotada pelos elaboradores do exame e legitimada pelo governo brasileiro, de utilizar textualidades ‘não didáticas’ que reforçam os estereótipos que supostamente definiriam o ‘ser’ brasileiro, não estaria contribuindo para um equívoco sobre como é o Brasil e quem é o brasileiro?

E, a partir dessa: que consequências essa ‘contribuição’ traria ao ‘dever’ do Brasil, considerando-se que, com a promoção do português brasileiro, busca-se conquistar maior espaço linguístico, social, político e econômico? A nosso ver, essas são questões extremamente relevantes que ainda não foram respondidas e que, parafraseando Bernardo Küster (autor/locutor da textualidade que trata do ‘feijão com arroz’ – item 4.2), merecem um estudo sério.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Simonetta L. *O marketing como instrumento de difusão da Língua Portuguesa*. INSTITUTO CAMÕES. Nº 123. Suplemento do JL, nº 977, ano XXVIII. 12 de Março de 2008. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/encarte-jl/o-marketing-como-instrumento-de-difusao-da-lingua-portuguesa.html>, acesso em: 25/05/2010.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. SUÁREZ, Eduardo L. (trad.). Fondo de Cultura Económica: México, 1993.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. ORLANDI, Eni P. (trad). Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. *A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências*. Tradução de Mariângela Peccioli Gali Joanilho. Campinas: Editora RG, 2008.

BAGNO, Marcos. *A norma oculta*. Língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BARBOSA, Marinalva V. Linguagem e Emoções. In: *Revista do GEL*, São Paulo, v.6, nº. 2, p. 104-124, 2009. Disponível em: http://www.gel.org.br/revistadogel/volumes/6/RG_V6N2_T05.pdf, acesso em 16/11/2010.

BONFIM, Manuel. *América Latina: Males de Origem*. Ed. A Noite: Rio de Janeiro, s.d.

BOTTARO, Silvia E. G. El fenómeno del bilingüismo en la comunidad fronteriza uruguayo-brasileña de Rivera. *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Hispanistas*. ABH (Associação Brasileira de Hispanistas): outubro de 2002. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000012002000100053&script=sci_arttext, acesso: 13/01/2011.

BRASIL. *Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros*. Prova Individual – Entrevista. CESPE/UNB. MEC. Brasília, Outubro 2008.

_____. *Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros*. Prova Coletiva – Caderno de questões. CESPE/UNB. MEC. Brasília, Abril 2009.

_____. *Manual do Candidato*. Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros. Inep. MEC. Brasília, Abril 2010a.

_____. *Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros*. Prova Coletiva – Caderno de questões. Inep. MEC. Brasília, Abril 2010b.

BUNGE, Mario. *Semántica I: Sentido y Referencia*. Tratado de filosofía - Vol. I. Rafael Gonzáles del Solar (Trad.). Barcelona: Editorial Gedisa, 2008.

CALVET, Louis-Jean. As políticas linguísticas. DUARTE, Isabel de O., TENFEN, Jonas e BAGNO, Marcos (Trad.). São Paulo: Parábola Editorial – IPOL, 2007.

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta a El Rei D. Manuel. [1500]. In: MATIAS, Dorothy B. R. *Cartas na História*. São José dos Campos. Disponível em: <http://sites.google.com/site/dorothybluyus/cartasnahist%C3%B3ria>, acesso 02/03/11.

COCCO, Giuseppe. *MundoBraz: o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

DINIZ, Leandro R. A. *Para uma análise discursiva do processo de gramatização do Português como língua estrangeira no âmbito do MERCOSUL*. Unicamp: 2005. <http://www.prp.unicamp.br/pibic/congressos/xiiicongresso/paineis/016548.pdf>

_____. Instrumentos Lingüísticos de ensino e avaliação de português (brasileiro) como língua estrangeira. In: Caderno de Resumos. I Colóquio Internacional de Análise do Discurso. Análise do Discurso: Heranças, Métodos e Objetos. São Carlos: UFSCar, 2006. Disponível em: <http://www.prp.unicamp.br/pibic/congressos/xiiicongresso/paineis/016548.pdf>, acesso em: 25/09/08.

_____. *Mercado de línguas: a instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira*. Dissertação de Mestrado em Lingüística. Campinas – São Paulo: 2008.

_____. *Mercado de Línguas - A instrumentalização brasileira do Português como Língua Estrangeira*. Campinas - SP: Editora RG, 2010.

DEL VALLE, José. VILLA, Laura. (artigo) *Lenguas, Naciones y Multinacionales: las políticas de promoción del Español en Brasil*. In: Revista da ABRALIN. Vol. 4, nº 1 e 2, p. 197 – 230, dezembro de 2005.

DOURADO, Maura R. e POSHAR, Heliane A. A Cultura na educação linguística no mundo globalizado. In: SANTOS, Percilia e Maria L. O. ALVAREZ (orgs.). *Língua e Cultura no contexto de Português Língua Estrangeira*. Campinas – SP: Pontes, 2010.

FARIA, Isabel H. *A Língua Portuguesa no Ano Europeu das Línguas*. Portugal, AILP – Associação Internacional de Linguística do Português, 2001. Disponível em: <http://www.fl.ul.pt/pessoais/ailp/noticias/destaque.htm>, acesso em: 28/09/10.

FAUSTO, BORIS. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/FDE, 1996. 4ª ed. [1994].

FIORIN, José Luiz. Autodescrição da cultura brasileira: triagem ou mistura? As relações do português com outras línguas no espaço cultural brasileiro. In: BASTOS, Neusa B. (org.). *Língua Portuguesa. Lusofonia – memória e diversidade cultural*. São Paulo: EDUC, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2006. 51ª ed. [1933].

GUIMARÃES. Eduardo. Sinopse dos Estudos do Português no Brasil: A gramatização brasileira. In: GUIMARÃES. Eduardo e ORLANDI. Eni P. (orgs.). *Língua e Cidadania. O Português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 127-138.

_____. Independência e Morte. In: ORLANDI (org.) *Discurso Fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas – SP: Pontes, 1993.

_____. *Os limites do sentido*. Campinas – SP: Pontes, 2002a. 2ª ed.

_____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas – SP: Pontes, 2002b. 2ª ed.

_____. Brasil: país multilíngüe. (Apresentação). *Línguas do Brasil*. Ciência e Cultura. V.57, n.2. São Paulo abr./jun. 2005a.

_____. A Língua Portuguesa no Brasil. In: *Línguas do Brasil/Artigos*. Ciência e Cultura. V.57, n.2. São Paulo abr./jun. 2005b. p. 24-28.

_____. Semântica e Pragmática. In: GUIMARÃES e ZOPPI-FONTANA (orgs.). *Introdução às Ciências da Linguagem - A palavra e a Frase*. Campinas – SP: Pontes, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 26ª ed. [1936].

IILP. *Instituto Internacional da Língua Portuguesa*. Site Oficial. Disponível em: http://www.iilp-cplp.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=54. Acessado em: 15/05/2010.

JÚDICE, Norimar. Apresentação. In: JÚDICE, Norimar (org.). *Ensino da língua e da cultura do Brasil para Estrangeiros*. Niterói: Intertexto, 2005a, p. 7-8.

_____. Seleção e abordagem de fotografias, cartuns e quadrinhos no ensino da língua e da cultura do Brasil para estrangeiros. In: JÚDICE. Norimar (org) *Ensino da língua e da cultura do Brasil para Estrangeiros*. Niterói: Intertexto, 2005b, p. 31-51.

LANDIM, Raquel. O Brasil já é o terceiro maior exportador agrícola do mundo. (Reportagem). In: *Economia & Negócios*. O Estadão de S. Paulo: 06 de março de 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,brasil-ja-e-o-terceiro-maior-exportador-agricola-do-mundo,520500,0.htm> acesso: 15/01/2010.

LILOVA, Nadejda. A abordagem intercultural no contexto búlgaro do ensino de PLE. In: SANTOS, Percília e ALVAREZ, Maria L. O. (orgs.). *Língua e Cultura no contexto de Português Língua Estrangeira*. Campinas – SP: Pontes Editores, 2010.

LIMA, Ronaldo A. *Representações do Brasil em textos do exame CELPE-Bras*. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Letras Estudos Linguísticos da UFF. Niterói: 2008. Disponível em: http://www.btdt.ndc.uff.br/tde_arquivos/23/TDE-2008-07-28T124009Z-1527/Publico/Ronaldo%20Lima-Tese.pdf, acesso em: 05/03/11.

LODARES, Juan Ramón. In: DENIS, Victoriano Colodrón. La imagen de la lengua española según Juan Ramón Lodares. *Cuaderno de lengua: crônicas personales del idioma español*. Nº 34, 21 de diciembre de 2004. Majadahonda (Madrid). (Entrevista). Disponível em: <http://cuadernodelengua.com/cuaderno34.htm>, acessado em 13/05/2010.

MARIANI, Bethania. Quanto vale uma língua? O apagamento do político nas relações econômicas e lingüísticas. (artigo) In: *Revista Encontros de Vista*. Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Linguagem (NIEL) Segunda Edição. JUL/DEZ 2009. ISSN 1983-828X. P. 1 – 12.

_____. *Colonização Lingüística*. Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas, SP: Pontes, 2004.

MILNER, Jean-Claude. Reflexões sobre a referência e a correferência. Mônica Magalhães Cavalcante (Trad.). In: CAVALCANTE, Mônica M., RODRIGUES, Bernardete B., CIULLA, Alena. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MOREIRA, Adriano. Temas da Lusofonia. In: *Discursos: Lusofonia: uma história, um projecto, uma questão*. Coimbra: Universidade Aberta. Nº 15. Abril – 1998. ISSN 08720738. p. 13-24.

MOURA, Vasco G. Acordo Ortográfico: A Perspectiva do Desastre (Comunicação). In: *Audição Parlamentar sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*. Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República. Lisboa: 7 de Abril de 2008. Disponível em: <http://ciberduvidas.sapo.pt/controversias.php?rid=1675>, acesso em: 10/05/2010.

NEGRONI, María M. G., COLADO, Marta T. *La enunciación en la lengua*. De la deixis a la polifonía. Madrid: Editorial Gredos, 2001.

NIEDERAUER, Marcia E. F. Estranhamentos culturais em sala de aula de Português para Estrangeiros. In: SANTOS, Percilia e ALVAREZ, Maria L. O. (Orgs.). *Língua e Cultura no contexto de Português Língua Estrangeira*. Campinas – SP: Pontes, 2010. p. 101-121.

NUNES, José H. Manifestos modernistas: a identidade nacional no discurso e na língua. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Discurso Fundador*. A formação do país e a construção da identidade nacional. Pontes: São Paulo, 1993, p. 43-57.

OLIVEIRA, Gilvan M. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico. In: *Direito à fala - A questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Insular, 2000, p. 83-92.

_____. Prefácio. In: CALVET, Louis-Jean. As políticas linguísticas. DUARTE, Isabel de O., TENFEN, Jonas e BAGNO, Marcos (Trad.). São Paulo: Parábola Editorial – IPOL, 2007.

_____. *O lugar das línguas: A América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia*. Synergies Brésil nº Spécial 1 – 2010. p. 21-30.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. DORNELLES, Clara. Políticas Internacionales del Portugués. In: Real Instituto Elcano. Área: *Lengua y Cultura*. ARI – Nº 135/2007. Artigo publicado em 28/12/2007. Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTENT=/elcano/elcano_es/zonas_es/ari135-2007. Acessado em: 28/04/2010.

ORLANDI, Eni P. (org.). *Terra à vista*. Discurso do confronto: velho e novo mundo. Cortez: São Paulo, 1990.

_____. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI (org.) *Discurso Fundador*. A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas – SP: Pontes, 1993.

_____. Um sentido positivo para o cidadão brasileiro. In: ORLANDI, Eni P., LAJOLO Marisa e IANNI, Octavio. *Sociedade e Linguagem*. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. Les discours fondateurs de la brésilienneté. In: *Naissance du Brésil moderne. 1500 – 1808*. Civilisations nº 22. Presses de l'Université de Paris – Sorbone. 1998. p. 131 – 142.

_____. *Interpretação*. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas, SP: Pontes: 2004. 4ª. ed.

_____. *Discurso e texto*. Formulação e Circulação dos Sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2005a. 2ª ed.

_____. *Análise do Discurso*. Princípios e Procedimentos. Campinas - SP: Pontes, 2005b. 6ª. ed.

_____. Descolonização Linguística e “Lusofonia”. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. Campinas, Unicamp: 2007. Nº 19. ISSN: 15194906. Jan-jun/ p. 9-19.

_____. *Língua Brasileira e Outras Histórias – Discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas – SP: Editora RG, 2009.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. 5ª. ed. [1985].

PAIM, Zélia M. V. *O movimento dos sentidos*. Da utopia à conversão. Tese de Doutorado. Pós-graduação em Letras da UFSM: Santa Maira - RS, 2009. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ppgletras/intro.htm>.

PÊCHEUX, Michel. *Delimitações, inversões, deslocamentos*. Horta Nunes, José (Tradutor). Caderno de Estudos Linguísticos. Campinas: (19): 1-179, jul./dez. 1990 [1982].

_____. Papel da Memória. In: *Papel da Memória*. Pierre Achard ... [et al.]; tradução e introdução José Horta Nunes – Campinas, SP: Pontes, 1999.

RAMOS, Marcelo. Comportamento & Consumo. Tendências, Pensamentos, Opiniões, Referências. (Blog). SENAI/CTIQT. 27 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.cetiqt.senai.br/blog/comportamento/?p=277>, acesso: 13/01/2011.

RAZA, Cláudio. “BRIC”. O Potencial Econômico do Futuro. (artigo on-line). In: *ADMINISTRADORES*. João Pessoa – PB: 21/09/2008. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/bric-o-potencial-economico-do-futuro/25365/>, acesso em: 01/10/2010.

REIS, Carlos. Acordo Ortográfico: para além de Portugal. Universidade Aberta de Lisboa. (Artigo on-line). In: *Ciber dúvidas da Língua Portuguesa*. Lisboa: 7 de Abril de 2008. Disponível em: <http://www.ciberduvidas.pt/controversias.php?rid=1674>. Acesso em: 10/05/2009.

ROCHA-TRINDADE, Maria B. O espaço da Lusofonia: migrações e diálogo intercultural. In: *Discursos: Lusofonia: uma história, um projecto, uma questão*. Coimbra: Universidade Aberta. Nº 15. Abril – 1998. ISSN 08720738. p. 37-48.

SANTILLI, Maria A. O papel do Brasil na Lusofonia. In: *Discursos: Lusofonia: uma história, um projecto, uma questão*. Coimbra: Universidade Aberta. Nº 15. Abril – 1998. ISSN 08720738. p. 25-36.

SCARAMUCCI, Matilde V. R. Celpe-Bras: um exame comunicativo. In: CUNHA, M. J. e SANTOS, P. *Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros*. Editora da Universidade de Brasília: Brasília, DF, 1999, p. 75-81.

SCHLATTER, Margarete. Inimiga ou aliada? O papel da cultura no ensino da língua estrangeira. In: TROUCHE, Lygia, et. al. (orgs.). *ANAIS. III SEMINÁRIO DA SOCIEDADE INTERNACIONAL PORTUGUÊS - LÍNGUA ESTRANGEIRA*. Niterói – Rio de Janeiro: Instituto de Letras – UFF, 1996. p. 12-18.

SILVA, Luiz Inácio L. da. Os Bric: Pensando o Futuro. (artigo on-line) In: *Economia e Negócios*. SP: O Estado de São Paulo 16/04/2010. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100416/not_imp539012,0.php, acesso em: 01/10/10.

STURZA, Eliana R. *Línguas de Fronteira e Políticas de Língua: uma História das Idéias Lingüísticas*. Tese de Doutorado. Campinas – SP: Unicamp, 2006. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000391067&fd=y>

VARELA, Lía. OTERO, Jaime. *Hacia una política lingüística iberoamericana*. In: Real Instituto Elcano. (Artigo publicado em 02/12/2005. P. 1-10). Disponível em: <http://nuevamayoria.com/ES/ANALISIS/instituciones/051226.html>. Acessado em 28/04/2010.

ZEN, Tânia M. C. *A constituição do sujeito-leitor na crônica fotográfica*. Tese de Doutorado. Pós-graduação em Linguística da Unicamp, SP: SBU, 2008. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000428334>

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. e DINIZ, Leandro R. A. Declinando a Língua pelas Injunções do Mercado: Institucionalização do Português Língua Estrangeira (PLE). *Estudos Lingüísticos* (São Paulo), v. 37, p. 89-119, 2008. http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N3_10.pdf.

ZOPPI-FONTANA. Mónica G. Lugares de enunciação e discurso. In: *Leitura*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFAL), Maceió, v. 23, n. jan/jun-99, p. 15-24, 2002. ISSN/ISBN: 01036858.

_____. A Língua brasileira no MERCOSUL. Instrumentalização da língua nacional em espaços de enunciação ampliados. In: *X SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 10. Actas 1...* Santiago de Cuba: Centro de Lingüística Aplicada, 2007. P. 1316-1321.

_____. O Português do Brasil como Língua Transnacional. In: ZOPPI-FONTANA. Mónica G. (org.). *O Português do Brasil como Língua Transnacional*. Campinas: Editora RG, 2009.

Anexo I

Transcrição do áudio que compõe a Prova Coletiva do CELPE-BRAS (2010/1):

MANGA NA COZINHA. Gastronomia é cultura

Com Bernardo Küster

Caros ouvintes:

Nada diz mais a respeito do povo brasileiro e do anil Brasil do que feijão com arroz. É algo que já merecia um estudo sério, e foi o que aconteceu no livro DNA Brasil, uma recente publicação do SENAI/CTIQT pela editora Estação das Letras. O feijão com arroz transita por todas as classes sociais, vai de norte a sul e em todas as estações, se for inverno o feijão vai travestido de Feijoada. O feijão com arroz é uma identidade social brasileira, é o denominador gastronômico comum para praticamente 190 milhões de 'brazucas'.

Meses no exterior é a causa mais conhecida para a epidemia nostálgica do feijão com arroz que consome àqueles que longe da pátria ficam. Dizem que, assim que chegarem ao Brasil, colocarão um par de Havaianas e irão logo, logo comer uma Feijoada, querem correr para o colo da mamãe e pedir aquele feijão bem temperadinho, com arroz soltinho 'pra chuchu'. O arroz com feijão é tão forte, e é associado à família, é associado ao carinho, é associado ao amor, claro que também é associado ao trabalho, mas hoje menos, pois os boias-frias estão cada vez mais sendo substituídos por absurdas máquinas de milhares de dólares. Para dizer em números, 96% dos brasileiros afirmam comer arroz todos os dias. Assustou? E que tal saber que 94% deles [ou seja, nós] declaram comer feijão todos os dias?

Olha, essa semana no restaurante em que trabalho uma pessoa chegou a mim, e me perguntou se não poderia dá-la dinheiro porque ela precisava dar comida para os filhos. Aí eu lhe perguntei gentilmente de quanto ela precisava: - Quanto seria o bastante? Aí então ela, ao invés de me dizer a quantia de que necessitava, me disse: - Ah senhor, o bastante 'pra' comprar um 'feijãozinho com arroz' 'pras' crianças. Eu fiquei emocionado e dei-lhe uma quantia na hora. Ela poderia ter dito: o bastante 'pra' dar de comer às crianças. Ou mesmo: um tanto que 'dê pra fazê' uma mistura 'pra' minha família. Mas não, ela queria feijão com arroz. E é disso que eu 'tô' falando: é da importância nutricional, da relevância social do feijão com arroz em nossas vidas. Parece exagero, mas experimente crescer R\$1,00 no pacote de arroz ou feijão, seria uma revolução, seria guerra civil na certa. Mas se os preços subirem, não fique nervoso, não, pois isso já virou aquele mesmo 'arroz com feijão'.

Contato com esta coluna pelo blog: manganacozinha.blogspot.com

Anexo II

Transcrição do áudio que compõe a Prova Coletiva do CELPE-BRAS (2009/1):

Entrevistadora: - Bom dia Danúcia. Tudo bem?

Danúcia: - Bom dia Lúcia. Bom dia ouvintes da Rádio CBN. Tá tudo ótimo!

Entrevistadora: - Nós vamos conversar sobre a Academia da Cachaça. É isso Danúcia?

Danúcia: - É lógico. São 23 anos de um programa super carioca.

Entrevistadora: - Humm.

Danúcia: - Não há alemão que resista, quando chegam aqui e mostro as caipirinhas. Eles ficam... (pum), desmaiam todos.

Entrevistadora: - Ficam, ficam todos agoniados. É isso 'mermo'!

Danúcia: Pois é. Então, vamos ver quais são as coisas que a Academia da Cachaça oferece pra gente. É uma amostra da boa cozinha brasileira. Tem feijoada todo dia, tem petisco de bar, tem uma carta de cachaças que é imbatível. Basta dizer que são dois restaurantes, tem duas lojas, é o mesmo restaurante. E a loja que fica na Barra, ela tem um minimuseu com mais de mil rótulos, lá...

Entrevistadora: - Humm.

Danúcia: - Devidamente, uma amostragem para saber o que os cariocas têm.

Entrevistadora: - Foi a própria Academia da cachaça que promoveu a cachaça a uma coisa nobre. Não é?!

Danúcia: - Exatamente. E acompanhada de uns pratos que acabaram ficando, também, uns clássicos, por exemplo: o 'escondidinho' que originalmente é uma carne de charque, que, desfiadinho com bolinho de aipim e requeijão gratinado, tudo escondendo a carniinha. Além do 'escondidinho' original que é com carne de charque, eles fizeram também com bacalhau, com truta, com frango e, principalmente, eles também fizeram uma outra coisa, que era o 'arrumadinho'. Então vocês tinham o 'escondidinho', que esconde, e o 'arrumadinho'. Pegaram também os ingredientes que eram dispostos em camadas: ar-ru-ma-di-nhas.

Entrevistadora: - É, não. Tem muitas novidades ali, né, que foram inventadas ali na..., na Academia da Cachaça.

Danúcia: - Muitas... As próprias maneiras, vários tipos de fazer caipirinha é uma coisa muito boa. Ela, ela lança moda. E todo mundo acabava pegando, gostando da tradição, mas também querendo conhecer as coisas novas. E também tem alguns pratos (é) bons para quem tá de dieta. Inclusive, eles têm lá uma salada de rúcula com pato desfiado e manga grelhada que é muito gostosa. E você tá em plena Academia da Cachaça pra combinar isso com uma cachacinha. E a Academia da Cachaça agora tá com uma coisa que eu achei muito legal.

Entrevistadora: - Humm.

Danúcia: - Ela tá fazendo um curso, se você quiser, você pode aprender a ser um excelente barman de academia.

Entrevistadora: - Olha!

Danúcia: - Então..., É, eles oferecem um curso que é assim: vem um barman da casa, né, o curso ensina como preparar os drinks, desde o manuseio, assim, dos utensílios. (É) passando pelo corte das frutas, pela quantidade certa de gelo e limão e açúcar, enfim. Conforme o pessoal for botando. Esse passo-a-passo é feito junto com os alunos, que é, então, a festa..., o curso vira uma grande festa de coordenação.

Entrevistadora: - Claro!

Danúcia: - E quem quiser pode se inscrever diretamente na Academia da Barra. Que fica na Avenida Armando Lombardi, 800. Aqui do Condomínio Condado dos Cascais...

Entrevistadora: - Humm.

Danúcia: - (...) e o telefone é 24921159.

ANEXO III